



JOSÉ RICARDO BASÍLIO DA SILVA

Territorialização do capital na Zona Costeira cearense: resistência camponesa no
Assentamento Pachicu

SÃO PAULO – SP
2024

JOSÉ RICARDO BASÍLIO DA SILVA

Territorialização do capital na Zona Costeira cearense: resistência camponesa no
Assentamento Pachicu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “campesinato, capitalismo e tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.

SÃO PAULO – SP

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, José Ricardo Basílio da.

S586 Territorialização do capital na Zona Costeira cearense : resistência camponesa no Assentamento Pachicu / José Ricardo Basílio da Silva. – São Paulo, 2024.

163 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Camponeses – Ceará. 4. Assentamento Pachicu (Itarema, CE). I. Título.

CDD 301.35098131

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Contribuir na fundamentação e exposição de elementos sobre o processo de territorialização do capital na Zona Costeira Cearense, através da instalação de empreendimentos, empresas e projetos que tendem a transformar a terra, o sol e mar e demais bens da natureza como ativos de grande relevo ao capital, tendo o Estado como cúmplice e promotor.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research contributes to the study and reasoning in the process of territorialization of the Capital in Ceara's coast, through the development of companies, industries, and projects that tend to transform the land, the sun, the sea, and other natural resources into assets of great importance to the Capital, having the State as ally and promoter.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Contribuir a la fundamentación y exposición de elementos sobre el proceso de territorialización del capital en la Zona Costera de Ceará, a través de la instalación de emprendimientos, empresas y proyectos que tienden a transformar la tierra, el sol y el mar y otros bienes de la naturaleza como activos de gran importancia para el capital, con el Estado como cómplice y promotor.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JOSÉ RICARDO BASÍLIO DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2024, às 10:00 horas, por meio de Video conferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JOSÉ RICARDO BASÍLIO DA SILVA, intitulada **TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA ZONA COSTEIRA CEARENSE: RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PACHICU**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Geografia/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PROFESSOR DOUTOR MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geociências/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Prof. Dr. FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia/Universidade Federal do Ceará - UFC. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora
Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO



Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO
Data: 18/11/2024 15:48:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico ao MST em sua história e trajetória com base na carta inspiradora de Witcel (09/02/2023).

Uma organização social, um movimento popular que carrega em seu tempo e suas histórias, o horizonte. Passeia pelo nosso humano sentimento e pela nossa alma, e adentra nos infinitos espaços de nossa prática social e de nosso ser.

Ele tem acampamentos e assentamentos, é povoado de gente e de esperanças, traz memórias em cada olhar para o futuro. Na sua gênese, um universo de saberes, de sabores, de linguagens e emoções, entre elas, essa infinita capacidade de nos tocar no centro de nossa existência, com a linguagem da luta e na defesa da vida.

Nesses mais de 40 anos, cortamos as cercas no silêncio que se ouvia, que se sentia com o vento que roçava nossa pele nas madrugadas escuras em cima dos caminhões, contando-nos que triunfaríamos.

Muitas das vezes, cantamos nosso hino de coração despedaçado pelas vidas que foram arrancadas de nós, mas, coletivamente e com nenhum passo a menos, soubemos nos reinventar para seguir adiante.

Sob nós, habita a estranha mania da serenidade política, de um projeto de país e de humanidade que teimosamente nos carrega adiante.

Teçamos a nossa liberdade, que nos convoca com doçura, loucuras e bravuras a continuarmos erguendo nossa voz e nossa bandeira rumo à liberdade.

Fomos gestados pelos que nos antecederam, fomos paridos pelo povo. Quando nascemos, envolveram-nos em uma linda bandeira vermelha, e é dela que buscamos a força viva e pulsante da transformação.

Chegamos na maturidade sabendo que não estamos e nem queremos andar só. Aprendemos a olhar o tempo e a distância com a vontade de caminhar ao encontro daquela bela moça chamada **REVOLUÇÃO!**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, honrosamente, ao MST por ser essa grande escola que todo dia nos educa para a vida, em especial, ao coletivo do Ceará, por apostar e proporcionar na luta a justa ocupação do latifúndio do saber.

À minha família, meu pai José Maria, minha mãe Raimunda, meus irmãos Rômulo, Robério e Rosangela, cunhadas, cunhado e aos meus sobrinhos Levi, Melissa, Calebe e Maria Clara pelo zelo e respeito ao MST.

Às companheiras Lourdes Vicente, Simone Silva, Andrea Francine, Ana Terra, Cosma Damasceno, Selma Santos e Claudia Baumgardt pela motivação e pelas contribuições, fazendo com que agarrasse este desafio.

A todos e todas da turma do mestrado e pela justa homenagem feita à nossa companheira Neusa Paviatto.

Ao coletivo do Núcleo de Base Joaquim Piñero por compartilharmos processos e aprendizados em coletivo.

A todos os professores e a todas as professoras da UNESP e convidados(as), que contribuíram com suas aulas, conhecimentos, trocas de experiências e compromisso com as lutas e os movimentos populares. Estendo também a todos os(as) profissionais que estiveram ligados ao curso.

Ao professor Paulo Alentejano, meu orientador, pelo companheirismo, paciência e grandiosa contribuição para realização da pesquisa e do trabalho.

Com muito carinho e afeto, à professora, companheira, Adelaide Gonçalves e ao professor, companheiro, Amaro Alencar, pela contribuição, camaradagem e cumplicidade.

Ao Assentamento Pachicu, todas as suas famílias, pela recepção da pesquisa, acolhida, pelo respeito e por permitir ser parte de seu cotidiano. Estendo para a brigada e para a Escola do Campo Francisco Araújo Barros.

À Sintia Paula, companheira de luta, de sonhos e a quem comparto amor, afeto e carinho, pela compreensão e apoio durante a caminhada.

Ao coletivo do setor de formação, em especial, às companheiras Michele e Adriana e ao companheiro Geraldo Gasparin.

A ENFF por nos acolher, encantar e ensinar, ser a escola do povo e do mundo que motiva para a tarefa do estudo e da formação política.

Se eu devo morrer,
Você deve viver
Para contar a minha história
Para vender minhas coisas
Para comprar um pedaço de pano
E algumas cordas,
(deixe-o branco com uma cauda longa)
Para uma criança, em algum lugar em Gaza
Enquanto ela encara o céu nos olhos
Esperando seu pai que partiu em chamas
E não se despediu de ninguém
Nem mesmo de sua carne
Nem mesmo de si –
Vê a pipa, minha pipa que você fez, voando acima
E imagine por um momento que um anjo está lá trazendo de volta o amor
Se eu devo morrer
Deixe que isso traga esperança
Deixe que isso seja um conto
Refaat Alareer - poeta Palestino

Viva o povo palestino
Viva a resistência popular
O canto sagrado alimenta a utopia
O fogo dessa guerra faz nascer um novo dia
E a Palestina livre vencerá!
(Encontro nacional de Música - MST)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a territorialização do capital e a resistência camponesa no Assentamento Pachicu, município de Itarema, 1984 a 2023. Tem como objetivos específicos analisar a transformação da terra, do sol e mar e demais bens da natureza como ativos de grande relevo ao capital em praticamente toda a Zona Costeira do Ceará; discutir a especulação imobiliária, a expansão da hotelaria e dos negócios associados ao turismo; debater a carnicultura e os projetos de energia eólica; analisar a privatização dos assentamentos, agravando as condições de existência e reprodução da vida dos povos que vivem no e do campo. A pesquisa recupera a moldura das lutas camponesas no Ceará por um determinado tipo de conflito pautado na propriedade da terra, nos grandes latifúndios improdutivos, e numa política agrária coronelista, reconhecendo seu legado para a trajetória da luta de classes no Brasil. A territorialização do capital se realiza nos marcos da financeirização; da hegemonia neoliberal num Estado cúmplice da privatização e destruição dos bens naturais e dos serviços públicos e no avanço da ideologia dominante junto aos diferentes segmentos da sociedade. Nesse âmbito, o tema da terra diante dos cercamentos, expulsão e desterritorialização do campesinato e dos povos originários nessa região do Ceará, é o cerne dessa pesquisa. Tais problemas levam a uma situação de redimensionamento do caráter da luta camponesa, posicionando-a diante de novos desafios para este tempo histórico. A pesquisa se apoia em diferentes fontes documentais como revisão bibliográfica, consultas em documentação do INCRA-Ceará, MST-Ceará, imprensa do Ceará e alarga seu escopo com as entrevistas semiestruturadas de homens e mulheres coimplicados nas lutas de resistência no assentamento. Obteve-se algumas conclusões com essa investigação: o Assentamento Pachicu é um território em disputa e em permanente conflito, um campo de forças, de poder, uma teia ou rede de relações sociais que com o seu entrono se faz resistência e persistência da luta pela terra e de afirmação do campesinato. As famílias são sujeitas de sua história.

Palavras-chave: território; campesinato; capital; assentamento; resistência.

ABSTRACT

The overall objective of this study is to analyze the territorialization of the Capital and the peasant's resistance in Pachicu settlement, city of Itarema, from 1985 to 2023. The specific objectives are: to analyze the transformation of land, sun, sea, and other natural resources as assets of great importance to the Capital in almost the entire coastline of the State of Ceara; to promote a debate on real estate speculation, on the expansion of hotel business and business associated to tourism; promote a debate on farm-raised shrimp companies and wind energy projects; analyze the privatization of settlements, which worsen the live conditions of the people that live in and off the countryside. This research restores the framework of the peasants' struggle in Ceara that involves a specific type of conflict coming from the property, the large unproductive land properties, and from oligarchical land policies, and their legacy to the class struggle in Brazil. The territorialization of the Capital happens within the financially-mediated trade, in the context of neo-liberal hegemony in a State that is complicit with the privatization and destruction of natural resources and public services, as well as in this ever growing dominant ideology over the different portions of society. In this context, the discussion about the land, its peasants, and native peoples of Ceara State facing fencing, expulsion, and de-territorialization is at the center of this research. Such problems lead to the resignification of the peasant struggle that now needs to face new challenges in this historical time. The research draws on documental sources such as literature review, documents from INCRA-Ceara, MST-Ceara, Ceara press, as well as semi-structured interviews with men and women directly and indirectly involved in the settlement's resistance struggle. The conclusion obtained from this study: the settlement of Pachicu is a territory in dispute and in permanent conflict, a field of forces, of power, a network of social relationships that builds resistance in the struggle for land and for the peasantry. The families are subject of their history.

Key-words: territory; peasantry; capital; settlement; resistance.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación es analizar la territorialización del capital y la resistencia campesina en el Asentamiento Pachicu, en el municipio de Itarema, entre 1985 y 2023. Sus objetivos específicos son analizar la transformación de la tierra, el sol y el mar y otros bienes naturales en grandes activos para el capital en prácticamente toda la zona costera de Ceará; discutir la especulación inmobiliaria, la expansión de hoteles y negocios asociados al turismo; debatir los proyectos de carcinicultura y energía eólica; y analizar la privatización de los asentamientos, empeorando las condiciones de existencia y reproducción de la vida de las personas que viven en y del campo. La investigación recupera el marco de las luchas campesinas en Ceará sobre un determinado tipo de conflicto basado en la propiedad de la tierra, el latifundio improductivo y una política agraria coronelista, reconociendo su legado para la trayectoria de la lucha de clases en Brasil. La territorialización del capital se da en el marco de la financiarización, de la hegemonía neoliberal en un Estado cómplice de la privatización y destrucción de los bienes naturales y de los servicios públicos, y del avance de la ideología dominante entre los diferentes segmentos de la sociedad. En este contexto, la cuestión de la tierra frente al cercamiento, la expulsión y la desterritorialización del campesinado y de los pueblos originarios en esta región de Ceará está en el centro de esta investigación. Estos problemas han llevado a una situación en la que el carácter de la lucha campesina se ha redimensionado, posicionándola frente a nuevos desafíos para este período histórico. La investigación se basa en diferentes fuentes documentales, como una revisión bibliográfica, consultas al INCRA-Ceará, al MST-Ceará y a la prensa cearense, y amplía su alcance con entrevistas semiestructuradas a hombres y mujeres involucrados en las luchas de resistencia en el asentamiento. De esta investigación se extraen algunas conclusiones: el Asentamiento Pachicu es un territorio en disputa y en conflicto permanente, un campo de fuerzas, de poder, una trama o red de relaciones sociales que, en su seno, es resistencia y persistencia en la lucha por la tierra y la afirmación del campesinado. Las familias son los sujetos de su historia.

Palabras clave: territorio; campesinado; capital; asentamiento; resistencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização geral do projeto de Assentamento Pachicu.....	78
Figura 2 –	Faixa de protesto de populares na missa de sétimo dia de falecimento de Francisco Araújo Barros.....	84
Figura 3 –	Imagem área da agrovila, quintais e do açude.....	86
Figura 4 –	Sede da associação e casa de farinha comunitária.....	89
Figura 5 –	Parte interna da casa de farinha.....	90
Figura 6 –	Escola do Assentamento Pachicu.....	91
Figura 7 –	Fachada da empresa Ducoco.....	96
Figura 8 –	Aerogeradores próximos às estradas que dão acesso à comunidade.....	105
Figura 9 –	Mapa da área diretamente afetada pelo empreendimento e próxima o Assentamento Pachicu.....	109
Figura 10 –	Complexo Eólico Pedra Cheirosa.....	110
Figura 11 –	Registro da fartura da pesca em Icarai de Amontada.....	114
Figura 12 –	Mapa de situação de unidades propostas pelo IDACE.....	116
Figura 13 –	Foto da área do Assentamento Pachicu que foi invadida.....	119
Figura 14 –	Foto da estrada irregular entre os assentamentos.....	120
Figura 15 –	Foto de uma das áreas desmatadas para fazer a estrada (A)..	121
Figura 16 –	Foto de uma das áreas desmatadas para fazer a estrada (B)..	122
Figura 17 –	Foto aérea da estrada feita com piçarra sob área de dunas móveis.....	123
Figura 18 –	Vista aérea de trecho de uma das matrículas que sobrepõe os assentamentos.....	124
Figura 19 –	Desmatamento e cerca de arame.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCC	Associação Brasileira dos Criadores de Camarão
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCA	Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEASA	Central de Abastecimento do Ceará
CEBS	Comunidade Eclesial de Base
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COEP	Coletivo de Orientação, Estágio e Pesquisa
CPP	Coordenação Pastoral de Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Curso Realidade Brasileira
DNOCS	Departamento Nacional das Obras Contra a Seca
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EEMFAB	Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FIEC	Federação das indústrias do Estado do Ceará
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
JURA	Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária

MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadores Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVP	Método de Validação Progressiva
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACRA	Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
RL	Reserva Legal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIGEL	Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico
SPCMA	Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSS	Territórios Sustentáveis e Saudáveis
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a

Ciência

UNESP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Quantas chinelas gastei e os caminhos trilhados – Passos de uma trajetória.....	15
1.2	Aprender sempre – justificativa, procedimentos metodológicos e estrutura da dissertação.....	33
2	HISTÓRIA DA LUTA CAMPONESA NO CEARÁ E DO ASSENTAMENTO PACHICU.....	42
2.1	Os ciclos de acumulação do capital no Ceará.....	42
2.2	Territórios de lutas e resistência no Ceará.....	62
2.3	Pai Chico, Chicó, Pai Chicú ou Pachicu: “O melhor lugar do mundo”	75
3	MALDITAS CERCAS DO LATIFÚNDIO E DAS EMPRESAS QUE AMEAÇAM E IMPEDEM AS FAMÍLIAS DE VIVER NO TERRITÓRIO.....	94
3.1	Cercamentos e as disputas do território no Assentamento Pachicu.....	94
3.2	Resistência, trilhas e caminhos que se articulam na luta pelo território camponês do assentamento Pachicu.....	139
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE – ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	160
	ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PACHICU.....	161
	ANEXO B – PROJETO DE ASSENTAMENTO PACHICU.....	162
	ANEXO C – MAPA DA TOPOGRAFIA DO ASSENTAMENTO PACHICU.....	163

1 INTRODUÇÃO

1.1 Quantas chinelas gastei e os caminhos trilhados—passos de uma trajetória

Nasci em Fortaleza, em 1976, sou o mais velho entre os quatro irmãos – três homens e uma mulher, filho de uma família camponesa semialfabetizada. Nosso pai, muito cedo, se viu na contingência de deixar a vida no campo para trabalhar na indústria têxtil na grande cidade. Nossa mãe, também camponesa, logo cedo teve de abandonar a escola e não conseguiu se alfabetizar, pois saiu do Rio Grande do Norte para trabalhar no serviço doméstico em Fortaleza. Outra realidade que perdura ainda hoje, quando as jovens mulheres são recrutadas para "trabalhar em casa de família", na maioria das vezes sem quaisquer direitos ou amparo da legislação trabalhista.

Uma realidade que atravessa os tempos do calendário social e, muitas vezes, os estudos acadêmicos, sendo nomeada como "êxodo rural". Na verdade, esse, de fato, é o tortuoso caminho da migração forçada, ou, como muito bem analisa Ecléa Bosi, o desenraizamento social. Nesse ponto, lembro-me das leituras de certas passagens dos estudos do antropólogo José Sérgio Leite Lopes, em: *O Vapor do Diabo - o Trabalho dos Operários do Açúcar* (1978); *A Reprodução da Subordinação Mudança Social no Nordeste* (1979); *A tecelagem dos Conflitos de classe na cidade das chaminés* (1988) e do belo documentário *Tecido Memória* (2008) por ele codirigido, sobre a história dos trabalhadores têxteis de Pernambuco.

Na família, as condições de vida se tornaram muito difíceis e já não era possível manter os quatro filhos morando na cidade grande, dependendo de um salário minguado e dos programas de distribuição de alimentos, à época, feitos pela Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL. Lembro que tinha completado sete anos, e nenhum de nós éramos batizados. Com meu segundo irmão, iniciamos as séries primárias em uma escola perto de casa. Nesse primeiro contato com o repertório escolar, lembro-me bem da Cartilha da Ana e do Zé e da tabuada; de certo modo, permanecia atravessando os tempos, pois a escola, para os pobres, era como um lugar de instrução nas primeiras letras, para aprender o alfabeto, juntar sílabas, formar palavras, aprender a escrever o nome e os rudimentos de aritmética, bem como para fazer contas básicas de somar e diminuir.

Tudo era mínimo em nossas vidas, e o fato de ir à escola não alterou sensivelmente a rotina, pois não tínhamos os meios de fazer as tarefas da escola em casa. Hoje, lendo memórias saltadas do mundo do trabalho, vejo as interseções nas trajetórias de vida da classe trabalhadora: a falta de acesso ao estudo, o trabalho desde a infância, os deslocamentos rumo à cidade grande em busca de trabalho, bem como a grande questão da concentração fundiária.

No ano de 1981, deslocamo-nos da capital, Fortaleza, rumo ao interior, onde moram meus pais, até hoje. Fomos para o lugar de origem de meu pai, a Comunidade de São Jerônimo, pertencente ao município de Guaiuba na região metropolitana de Fortaleza, umas das primeiras áreas de colonização para fins de reforma agrária do Ceará. Meu avô morava na gleba de terra que cortava no formato horizontal todo o distrito. Foi lá também que algumas famílias japonesas, no ano de 1960, se instalaram para explorar o território, chamado de Núcleo Colonial Pio XXI.

As terras pertenciam à igreja e eram destinadas aos colonos pelo INCRA. Tinham infraestrutura de açudes, canais e drenagens administradas pelo DNOCS. Uma das primeiras providências adotadas por meu pai e por minha mãe foi batizar os filhos; a cerimônia se deu no mesmo dia, tendo como padrinhos e madrinhas, parentes e pessoas do círculo de amizades, significando, também, além do rito católico, uma forma de ampliar as relações de amizade, fortalecer os laços de parentesco e sustentar os vínculos de vizinhança, reciprocidade e de ajuda mútua, traços comuns na vida camponesa. Por muitos anos, moramos em casa de taipa, com meu pai retomando a vida no campo e o trabalho na agricultura, enfrentando antigas dificuldades, visto que seu pequeno pedaço de terra não nos permitia plantios extensivos para garantir o sustento da família, embora todos trabalhassem.

Logo fomos à procura de pequenos proprietários, em busca de arrendar terra ou trabalhar no sistema de meeiro para os plantios de inverno. Sempre buscamos tirar nosso sustento da agricultura, produzindo conforme as relações que o proprietário impunha pelo uso da terra, ou com a venda de nossa força de trabalho no regime de diárias. Na Comunidade de São Jerônimo, havia a produção de cereais e também de algumas formas de beneficiamento com a máquina para pilar arroz ou na casa de farinha. Além disso, essa Comunidade se constituiu com um dos berços da produção de frutas que era escoada para a Central de Abastecimento do Ceará – CEASA.

Nos períodos de seca, a memória traz de volta o tempo dos alistamentos de trabalhadores, quando o Estado realizava obras de construção e de reparos em determinados equipamentos sociais da comunidade (escola, praça, entre outros) e, na maioria das vezes, nas fazendas dos grandes proprietários (açudes, barragens, estradas vicinais, cacimbões, entre outras). Eram as frentes de emergência ou de serviços tratando o problema secular (e social) das secas de modo a persistirem as formas de exploração do trabalho e o pouco ganho. Além desse tipo de trabalho, fazíamos muitas empreitadas para garantir renda.

Trabalhávamos na construção e na recuperação de pequenos açudes, canais de irrigação, aplicando agrotóxicos nas lavouras, fazendo colheitas, atuando nos mutirões e tantos outros trabalhos periódicos que apareciam. Meu pai sempre arranhou um tempo para se dedicar à pescaria, o que também passou a ser uma das fontes de alimento e recurso na família. Vivi o tempo da infância e juventude dedicado fundamentalmente a duas tarefas: trabalho e estudo.

A educação foi e continua sendo, para minha mãe e meu pai, o grande passo para o estudo e quiçá para termos direito a um curso de graduação, alçar voos e conseguir um bom trabalho, ou seja, *“não ser que nem eles”*, que pouco ou quase nada conseguiram na educação formal. Comecei estudando na própria Comunidade de São Jerônimo. Pela manhã, o caminho era para a Escola das primeiras letras e, às tardes, o caminho era para o roçado da família; o mesmo se deu com os outros dois irmãos. Já adolescente, quando o ensino fundamental não mais podia ser ali, seguimos para a Escola em outra comunidade, Dourados, distante 7km de nossa casa. Seguiu trabalhando, e agora não apenas na roça da família, mas em busca de diárias de trabalho para ajudar nas despesas pessoais e contribuir com a parca economia da casa.

Em 1992, concluída a 8ª série do ensino fundamental, e por viver em uma região bastante produtiva, nossa luta em família foi por meu ingresso no ensino médio, na Escola Agrícola Juvenal Galeno, na cidade de Pacatuba, onde concluí, em 1995, aos 19 anos de idade. A instituição tinha muitos jovens vindos de várias regiões do Ceará, a formação na citada escola, em tese, abria a possibilidade face às condições agricultáveis da região de se conseguir trabalho em algumas fazendas ou sítios produtivos. Em retrospecto, e diante do que hoje aprendi nos processos formativos em agroecologia no MST, percebo como aquele ensino se restringia à preparação de técnicos agrícolas à disposição do mercado e, no caso, às

propriedades e empresas em implantação no período.

No entanto, naquele tempo, era a aspiração máxima daquelas famílias aos seus filhos homens. Na época, uma aspiração comum era conseguir trabalho em fazendas de produção de frutas, em outros municípios e, assim, ingressar na profissão recém-conquistada. Minha primeira e malograda experiência profissional se deu em fevereiro de 1996, em Santana do Acaraú, na região Norte do Ceará, para trabalhar numa fazenda de criação de gado leiteiro.

Talvez tenha sido naquela época um primeiro despertar para não aceitar as condições de trabalho impostas: o trabalho técnico não era como esperávamos (eu e um amigo), pois as condições de trabalho eram bastante desfavoráveis e, logo depois de um mês, regressamos para nossas localidades. Até ali não tinha qualquer noção sobre movimentos populares e lutas por terra e direitos. Entretanto, começava a ampliar minha visão de mundo, seja quando contribuí no trabalho popular de catequese da comunidade, ou no acompanhamento de estágios dos estudantes universitários do Curso de Serviço Social que prestavam serviços comunitários na comunidade.

Em março de 1996, rondavam conversas sobre uma ocupação de terra que o MST havia realizado no município de Chorozinho (onde hoje é o Assentamento Zé Lourenço); sendo que algumas das famílias da comunidade de São Jerônimo participaram da ocupação, entre as quais, meu tio, um dos irmãos mais novos de meu pai e sua esposa. Passados alguns dias, deu-se o despejo no acampamento em Chorozinho, e as famílias seguiram ocupando outra área, no município de Aracati, no litoral leste do Ceará.

Naquele 26 de maio de 1996, recebi um convite de meus tios para acompanhá-los numa atividade do acampamento de sem-terra em Aracati. Eles pretendiam tentar um possível contrato para trabalho como técnico para acompanhar as atividades produtivas. Arrumei a pequena mala e decidi ir ao acampamento do MST. Lá chegando, vi e conheci um pouco o que era um acampamento: difícil acesso, muitas barracas, chão de areia, cajueiros com redes armadas, pouca água e comida. No entanto, percebi também que havia muita alegria, muitas mulheres e crianças, e vi sementes e brotos de luta e organização. Comecei a aprender, no ato, um vocabulário de resistência e organização naquelas famílias trabalhadoras, tornando-me Sem Terra em Movimento.

Meus familiares não concordaram com minha ida para o acampamento e, por

muito tempo, escutei o desagrado deles, ecoando as palavras do estigma: *“como pode, você formado e ir para um acampamento de sem-terra?”* ou *“devia estar ganhando um bom salário e ter uma vida boa”*. Tal relato, por certo, é comum nas famílias trabalhadoras, quanto ao vislumbre da escola, da instrução como um meio de mobilidade social, como um caminho de subir alguns degraus. Era difícil, para eles, escutar como trabalhadores do eito, de poucas posses, internalizavam e repetiam a condenação da luta social, quando os próprios trabalhadores derrubavam a cerca e erguiam um acampamento em luta.

Ao verbalizarem o descontentamento com minha decisão, pensavam contristados e sem entender como um jovem de 20 anos, sabendo ler e escrever, sabendo trabalhar na roça e com alguma experiência aprendida nas técnicas da produção, escolhia estar no meio de um povo camponês pobre, em sua maioria, analfabetos. Não compreendiam a disposição para se organizar em luta por um pedaço de terra, e uma vida melhor, degraus na escala social de uma vida onde não se enxergam horizontes.

Naquele Acampamento se deu meu primeiro contato com a luta organizada pela terra, com o tema da reforma agrária e foi lá que vi (e comecei a compreender) como se dava o trabalho de base. Ademais, o contato guardava identidade: ali estavam alguns de meus parentes e amigos da Comunidade. Essa minha vivência – transformação – faz com que eu me lembre de dois grandes pensadores. O primeiro, Karl Marx, quando escreveu: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determinam o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1983, p. 24).

O segundo, Paulo Freire, ao afirmar que nos educamos em comunhão com o mundo, tomando de seus escritos objetivos e características do que vem a ser a Pedagogia do Oprimido:

[...] aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.[...] A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização (Freire, 1987, p.32-33 *apud* Lima, 2024, p. 24).

O que é certo é que a aproximação foi um caso de "paixão à primeira vista", e logo consegui me adaptar, me envolver no trabalho, na organização e nas tarefas, assumindo funções na condução política e organizativa do Acampamento. No mês de junho, indicaram-nos para "tomar um banho" mais amplo de MST, participando de um Curso de Formação estadual de militantes realizado em Canindé, no Sertão Central do Ceará, onde, durante um mês de estudos, intercambiamos experiências e inquietações com outras regiões que o MST estava organizado.

Entretanto, ainda havia nosso desejo à esperança do contrato como técnico, mas, desde lá e até hoje, não teve contrato e nunca exerci a profissão formalmente certificada. Tal afirmação não expressa um desalento, mas quer indicar como uma vida se altera em vivência e aprendizados coletivos, animada por um propósito que vai se afirmando em resistência ativa e utopia concreta.

O que é fato é que já não desejava mais retornar para minha comunidade, no sentido anterior, pois a sensibilidade já se havia envolvida nas ações e tarefas na organização, formando uma embrionária consciência de pertencimento e organicidade. Doutra parte, afirmava-se o desejo do jovem, de atravessar as fronteiras de um pequeno mundo e conhecer outras realidades.

Destaca-se, no processo de aprendizado coletivo, a necessária capacidade de escuta, bem como o exercício da "animação" das reuniões, assembleias e outros momentos de sentido coletivo; as músicas, os repentes, o toque da viola, do violão, um verso de cordel, um grito de ordem. Assim se vivia o sentido da Mística, como propulsora de nosso sentido de pertença, do horizonte das lutas e do fortalecimento das energias. Dessa forma foram os meus primeiros passos com o trabalho de base popular e os fundamentos da organicidade do MST.

Após o acampamento Zumbi dos Palmares, fui transferido como acampado para um território em processo avançado de desapropriação da Fazenda Santa Barbara, no município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Entretanto, as atividades militantes e a condição de trabalhar e viver no lote não se compatibilizaram. Permaneci por uns meses contribuindo na organicidade, nos trabalhos coletivos e na construção da Associação e, em seguida, transferi o cadastro para outra família que se comprometia em cuidar do lote e conviver na comunidade.

Uma outra etapa que destaco, é o momento de minha atuação no MST, junto ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente – SPCMA, quando assumi a

tarefa de direção estadual e no colegiado de direção da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará–CCA. No período, nos aproximamos das experiências concretas e aprofundamos estudos teóricos em Economia Política e sobre as bases do Sistema de Cooperação do MST e as cooperativas. Participei do Curso de Formação em Gestão de Cooperativas, realizado junto à Universidade de Campinas; do Curso de Organização das Agroindústrias e Comercialização; do Curso sobre o Método de Validação Progressiva (MVP), entre outros.

O desafio de me dedicar a cursar uma Graduação se deu em 2007, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, quando concorremos a uma vaga para o Curso (Licenciatura) em História na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Consolidamos uma turma nacional em regime de alternância e vivenciamos as possibilidades e limitações de pobres, camponeses/as, militantes de movimentos populares chegarem à Universidade Pública, compartilhando e estudando nos mesmos espaços historicamente reservados às elites e camadas médias.

A Graduação em História foi um momento de descoberta e aprofundamento de novos conhecimentos, com o inestimável apoio de professores e professoras de larga proficiência propondo novas leituras, aprofundamento de estudos sobre personagens, fatos e interpretações da História do Brasil, além de debates de qualidade no campo da teoria da História. Entretanto, convém destacar que nossa turma (Fidel Castro) chegava à Universidade com uma base de estudos e reflexão construída na experiência do MST, em seus cursos de formação.

Dito de outro modo, ler na Universidade, num Curso de História, sobre debates historiográficos em torno dos estudos seminais de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Marilena Chaui, Regina Célia, Rosa Maria Godoy, Josué de Castro, Clóvis Moura, Manoel Correia de Andrade, Florestan Fernandes, entre outros, nos remetia a leituras anteriores nos CRBs (Curso Realidade Brasileira) e outras experiências de formação. Algumas vezes, em sala de aula, meu espírito vagava, confesso e ante a pergunta sobre nosso conhecimento sobre tal ou qual pensador ou pensadora brasileiros, eu respondia em pensamento: Sim! Sei quem é, pois, no MST, como homenagem, é nome de Escola, de Assentamento, de Acampamento, de Auditório, de Refeitório!

Como produção acadêmica, o Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, apresentado em 2011, intitulado *“No leito e nas margens: histórias, conflitos e,*

resistências no Rio Jaguaribe (1990-2010)”, espelha, como primeiro desejo, a busca por contribuir para a luta e a organização do Movimento, assim como uma aproximação da história e da questão agrária, numa região atravessada por intensos processos de luta contra o avanço do capital no campo, se apropriando não mais somente da terra, mas das águas, das reservas florestais, dos mangues e das áreas úmidas.

O estudo teve como referência o Rio Jaguaribe e a Chapada do Apodi, os aspectos produtivos e reflexos políticos gerados pela modernização da agricultura, adquirindo relevo na luta de classe no Ceará. O Rio Jaguaribe é um caminho que leva uma grande parte de sua água, tanto da superfície como do subsolo, nos aquíferos, para nutrir os processos de produção e geração de riquezas sob domínio e apropriação do capital privado.

Tentamos compreender as dimensões sócio-históricas do (e no) Rio Jaguaribe, relacionando-as aos conflitos em defesa da terra, da água e da vida, bem como as evidências históricas da resistência camponesa em face ao modelo implantado pelo *agro* e *hidronegócio*. Pretendíamos também contribuir com os debates gerados pelos Movimentos Sociais no Ceará e na região, pondo em relevo a memória coletiva das lutas sociais, suas organizações e movimentos.

No ano de 2014 após um processo seletivo, ingressei no Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), no Rio de Janeiro. O Curso se deu em regime de alternância, conforme a pedagogia do MST: *Tempo Escola* e *Tempo Comunidade*, possibilitando nos apropriarmos melhor dos estudos críticos da educação brasileira. Do ponto de vista da pesquisa, realizei, no Trabalho de Conclusão de Curso–TCC, um estudo abordando a “*História e memória de uma trajetória de lutas do MST Ceará–1989-1993*”, com o objetivo de registrar dimensões do legado histórico da luta, assim como recuperar escritos de memórias militantes, e atualizar fontes de informações, o que pode suscitar novas pesquisas, sistematizar informações e registros dispersos, dimensionando as formas de luta e os enfrentamentos nas diversas conjunturas.

Em traços panorâmicos, no citado estudo, teci uma narrativa dos cinco primeiros anos de caminhada do MST no Ceará, enfatizando experiências singulares, e a construção da organicidade do Movimento. O trabalho gerou um artigo “Histórias de luta e resistência no MST-Ceará”, integrado ao livro *À sombra*

das castanheiras: luta camponesa, cultura, memória e história, publicado pelo Plebeu Gabinete de Leitura, em 2017, sendo um subsídio para outros estudos e consulta entre militantes na elaboração e escrita de projetos de pesquisa e trabalhos finais de cursos.

Na lida nas diversas frentes pedagógicas do MST, aprendi a defender a palavra de ordem “*todos e todas Sem Terra estudando*”, por ser um direito e em razão da necessidade política de melhor qualificar as intervenções, as elaborações e as ações. Evidente que participar de um Curso não é todo o caminho, mas reforça a necessidade do estudo, da atualização das leituras e do respeito ao conhecimento crítico. Assim, em 40 anos, no MST, caminhou-se para a construção de argumentos da Pedagogia da Terra, do Movimento, em escuta e diálogo com as fontes primordiais do pensamento crítico.

A participação nos cursos universitários, de graduação ou pós-graduação, nos qualifica ao estudo, à pesquisa e adensa a ação política, fortalecendo nossa intervenção na realidade, assim como incide sobre a construção de nossos valores, em perspectiva de uma educação emancipatória.

Acerca dos fios da relação do MST com as Universidades, um levantamento de interesse à nossa reflexão se encontra no livro *MST Universidade e Pesquisa* (2014), organizado por Roseli Caldart e Paulo Alentejano, além de outros estudos acadêmicos como *MST e Universidade: Espaço de Tradução, Ecologia de Saberes e Justiça Cognitiva* (2019), de Marcos Moraes Valença, além de outras reflexões suscitadas na última década como parte da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular – JURA.

Participar desse Curso, na pós-graduação, nessa cooperação entre a UNESP e MST, por meio da Escola Nacional Florestan Fernandes– ENFF, adquire grande relevo em minha formação. Uma outra razão que me motiva à continuidade do estudo é a possibilidade de encontro com professores e professoras universitários, em compromisso com um conhecimento em diálogo com as lutas sociais, os movimentos populares, o campesinato e com a batalha ideológica em defesa de outro projeto de sociedade. Assim, o projeto de pesquisa apresentado, e ora se transformando em Dissertação de Mestrado, começa por ser uma necessidade coletiva, expressa pelo MST-Ceará e chega até aqui como um esforço de pesquisa em torno da dinâmica do avanço do capital nos territórios da luta camponesa.

Embora este lugar de escrita siga um protocolo e alguma formalidade, julgo pertinente expressar o reconhecimento e gratidão ao quadro docente do Curso de Mestrado, visto que ultrapassa o desenho formal da pós-graduação e firma um compromisso de grande valia na realização de nossos estudos e pesquisas. Basta que se dê uma vista de olhos no repertório de pesquisas do Programa para se observar os liames com um conhecimento que amplie fronteiras disciplinares e reverta na formação e pesquisa empenhada.

Faço o registro, porque é cada vez mais objeto de nossa preocupação a captura de grupos acadêmicos na direção de pesquisas que atendem aos interesses do mercado e das corporações. Faço tal registro para afirmar que muito de nosso aprendizado é tributário da luta em defesa da universidade pública, "que se pinte de povo", ecoando as palavras do intelectual militante Florestan Fernandes que tanto nos ensina nesta reflexão urgente sobre a função social da Universidade. O livro de Florestan Fernandes, *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, com escritos de 1969, sendo relançado em 2020, é um clássico que muito nos ajuda nessa reflexão. Para Florestan (2020, p. 255), "a reconstrução da universidade é possível e necessária. Mas ela não poderá ser alcançada sem que a própria sociedade se reconstrua, modificando-se completamente suas relações com a educação escolarizada, com a cultura e com a imaginação intelectual criadora".

A obra e a reflexão de Florestan sobre a universidade brasileira são apreciadas por Roberto Leher que comenta a atualidade do citado livro e alarga nossa compreensão, ao afirmar:

Florestan elaborou uma obra que, seguramente, nos permite pensar os desafios das universidades brasileiras, no seu processo de constituição histórica, assim como, com esse livro, Florestan faz indicações preciosas sobre o que poderia ser uma universidade plurifuncional num país que enfrenta o capitalismo dependente. Por todos esses motivos, eu entendo que é uma obra fundamental para o Brasil de hoje, em que vivemos desafios que são diferentes, de outra natureza, em vários sentidos, mas também guarda muitas similaridades (Brasil de Fato, 2020, p. 02).

Minha aproximação ao Programa e ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento na América Latina e Caribe se deu pela necessidade de continuidade dos estudos, e para qualificar a contribuição na luta e na organicidade do MST; bem como pela valorização de nossa luta por Educação do Campo e pelo direito à educação, como parte da construção de um projeto de campo, de agricultura, do campesinato e da reforma agrária popular; ou seja, trata-se da

educação como processo de formação humana, no seu sentido mais amplo, como no legado de Paulo Freire, como bem indicam os estudos e a reflexão continuada de Roseli Caldart, desde *Educação em Movimento* (1987); *Caminhos para Transformação da Escola* (2015); até o mais recente *Sobre as Tarefas Educativas da Escola e a Atualidade* (2024); e em seus diversos artigos, como em "Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso (2009)", quando afirma:

Entendo que uma das características constitutivas da Educação do campo é a de se mover desde o início sobre um 'fio de navalha', que somente se consegue compreender pela análise das contradições reais em que está envolvida e que, nunca é demais repetir, não são as contradições do território estrito da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve hoje no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade (Caldart, 2009, p.38).

Ressaltando também o magnífico trabalho coletivo apresentado no Dicionário de Educação do Campo (2012), entre vários outros estudos apresentados nos Encontros de Educação do Campo e noutros espaços de articulação de saberes, como o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) e nas Conferências da Via Campesina.

No ano de 2021, em pleno auge da crise sanitária da pandemia da COVID 19, fui motivado por um grupo de companheiras para fazer a seleção para ingresso no Mestrado. A situação era de muita apreensão e medo ante a pandemia, agravada pela aterradora situação política no país, gerando incertezas e as mais diversas consequências em nossas vidas militantes.

O Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI-UNESP, conta com o apoio da Cátedra da UNESCO de Educação no Campo e Desenvolvimento Territorial. A cooperação entre o TerritoriAL, a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e a Via Campesina resulta na construção de um espaço de estudos e pesquisas, fruto de muita luta e dedicação; o programa gestado pela Universidade e pelos movimentos populares do campo permite ao pesquisador e a pesquisadora escolher diferentes linhas de pesquisa.

Obtida a aprovação, uma certeza: estudar nesse Programa é um desafio e uma afirmação do compromisso político com o estudo. No início, fomos nos apropriando dos conteúdos das diferentes linhas e participando do Coletivo de Orientação, Estágio e Pesquisas – COEP. O início das aulas exigiu muito de toda a turma, era o pico da Pandemia e não poderíamos realizar a etapa de estudos de

forma presencial. Imaginemos a mudança de hábito para quem sempre gostou de pegar nos livros, realizar estudos e debates em grupo, de ter aula presencial e fruir a convivência, para, naquele momento, encarar a forma virtual. Foi necessário reorganizar as tarefas da militância e o estudo de Mestrado: reuniões virtuais ou híbridas, leituras, trabalhos, avaliações, reuniões do núcleo de base, COEP e da turma. E quase tudo pela tela do computador.

Muitas dificuldades enfrentadas pelo intenso uso do meio eletrônico, além da necessária adaptação ao estudo da Geografia, um novo conhecimento, um novo repertório de leituras, novas palavras. Paciência e ajuda mútua, parecia um caminho a adotar e aos poucos fomos conciliando todos esses processos com o aprendizado das disciplinas e o curso. Textos, livros, trocas de experiências, fomos aos bocados nos apropriando da proposta do TerritoriAL e dos fluxos de nossas pesquisas em fase embrionária. Um grande momento se deu ao conseguirmos realizar duas etapas, seminários e a pré-qualificação na ENFF e a etapa de qualificação, mas todos os momentos foram desafiadores quanto ao estudo; entretanto, o contato com a turma e a socialização das diferentes experiências acrescentaram novas camadas de aprendizado e indicaram caminhos ao desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa de Mestrado, ora apresentada, analisa a territorialização do capital, as relações de poder, historicamente estabelecidas no campo, na Zona Costeira, região Oeste do Ceará, e a resistência camponesa. Analisamos como se organizou o processo de mobilização do campesinato na região, entendendo como pequenos produtores e produtoras, assentamentos de reforma agrária, agricultores e agricultoras familiar, pescadores e pescadoras artesanais, ribeirinhos e ribeirinhas, meeiros, moradores de condição, e parceiros, engendraram formas de resistência contra a dominação do latifúndio, observando as estratégias de luta pela conquista e permanência da/na terra e chegando à conjuntura mais recente, as formas de resistência contra o avanço do capital financeiro e suas corporações.

Partimos da evidência, com base na jornada de estudo e na pesquisa, de que ocorre, nesse território, uma luta política, um enfrentamento entre classes. De um lado, o grande latifúndio, associado ao capital financeiro, por meio da especulação imobiliária, do turismo de negócios e dos grandes empreendimentos hoteleiros, das usinas eólicas, anunciadas como energias limpas e renováveis, entre outras formas de destruição da natureza e dos territórios camponeses. De outro lado, as famílias

assentadas, pequenos agricultores, comunidade indígenas e quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, entre outros, tecendo suas artes da resistência e lutando para permanecer em seu território, na tentativa de fazer valer seus direitos.

Historicamente, desde a invasão dos estrangeiros, pelo menos ao alvorecer do século XVI, o campo brasileiro tem sido um território de genocídios, disputas, conflitos e violências, provocados pelas relações de produção, estabelecidas e sustentadas na concentração da terra, na negação do direito de camponeses e camponesas à possibilidade de acessar terra e construir perspectivas de autonomia política, econômica e social no meio rural.

A expropriação dos camponeses e camponesas, nas suas mais amplas categorias organizadas no campo, é, a todo modo, uma expressão da questão social e tem na base material a apropriação privada da terra; por outro lado, é a luta pela terra e pelo território, o resultado da não aceitação desses sujeitos à condição de dominação e exploração, como parte de uma história que atravessa os séculos e se apresenta desde a resistência camponesa, construindo-se em diferentes formas e processos.

A luta pela terra se apresenta na atualidade não apenas na defesa e na garantia de um pedaço de terra para trabalhar, morar e produzir, atribui-se, então, outra natureza e conteúdo na disputa contra o inimigo, o capital financeiro no campo, condição que o campesinato precisa enfrentar como uma necessidade coletiva, transformada em luta pelo território.

O desafio da compreensão do processo sócio-histórico, bem como a produção e reprodução sócio-metabólica, condicionadas pela mundialização do capital, sobretudo em países considerados da periferia do sistema capitalista, contemporâneo e moderno, tem nos desafiado uma interpretação profunda da realidade brasileira, atentando aos desdobramentos e rebatimentos nas mais diversas dimensões e escalas. Tal processo, visa sobretudo, ocultar seu caráter concentrador, predador, expropriador e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (Fernandes, 2013 *apud* Cavalcante, 2020, p.30).

Esse modelo produtivo, seus movimentos e a territorialização no espaço agrário cearense representam a face mais perversa e agressiva do capitalismo no campo, em oposição à política de agricultura de base camponesa, familiar e da

proposta de reforma agrária, preconizada pelos movimentos e organizações populares no campo.

As corporações do agronegócio têm realizado uma ofensiva midiática e inclusive junto às Escolas de ensino médio em várias regiões do país e, com destaque no Ceará, se apresentando como o “agro”, propagandeado como “Pop”, “Tech”, “Tudo” e servindo-se de suas agências de “formação” técnica, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, as quais funcionam sobretudo como:

Uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista que carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração de terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico (Fernandes; Welch, 2004, p. 02).

Seus sustentáculos se apoiam na “associação entre latifúndio e o grande capital agroindustrial nacional e transnacional, as corporações financeiras, apoio político e econômico do Estado e sustentação ideológica da mídia” (Alentejano, 2020, p.33).

O sistema capitalista, diante de sua crise estrutural e civilizatória, se apresenta numa fase avançada de reprodução imperialista e da financeirização, na busca insana pelo aumento da taxa média de lucro, fortalecendo, assim, sua composição orgânica e a reestruturação produtiva, impõe sua ofensiva política, ideológica, econômica e militar de forma mais intensa e destrutiva sobre a natureza e os seres humanos.

Nesse passo e em simultâneo, temos o agravamento da crise socioambiental, provocando pandemias e barbárie e atingindo toda a humanidade. Com o propósito de reestruturar a produção, o capital promove uma dispersão espacial, bem como sua especialização, concentração e centralização nos setores mais avançados e de ponta do sistema de produção agropecuário, aumentando, na mesma medida, sua taxa de internacionalização e dependência aos mercados globais.

Por ser uma forma brutal e violenta, a expropriação continua tendo, no campo, a gênese, condição inerente à forma de exploração capitalista. Seu objetivo é dissociar o campesinato dos meios de produção essenciais para a reprodução da vida, o que corresponde a mais plena disponibilidade da força de trabalho como uma mercadoria, subordinada ao capital. Além disso, ocorre um processo de alienação com a natureza, o que impessoaliza as relações sociais, tendendo a destruir as

formas tradicionais de solidariedade, individualizando e isolando os sujeitos, desmantelando as crenças, os valores e os modos de existência até então predominantes, exacerbando então a plena concorrência.

O objetivo geral dessa pesquisa se voltou em analisar a territorialização do capital e a resistência camponesa no Assentamento Pachicu na Zona Costeira cearense, observando as transformações no território, conflitos e as resistências, protagonizadas pelos movimentos populares do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Nos objetivos específicos dedicamos em realizar estudos acerca da história da luta pela terra e a questão agrária, sistematizando o avanço do capital no campo e o papel do Estado; Mapear os principais conflitos e contextualizar o período em que se inicia esta ofensiva do capital e como tal ofensiva elege seus modos de expansão e cercamento das comunidades, dos bens naturais e comuns dos povos da Zona Costeira cearense; e sistematizar o histórico das lutas de resistências do campesinato na Zona Costeira, redimensionando o caráter do tempo presente apontando os principais desafios para garantir a permanência no território.

O Projeto de Assentamento Pachicu é resultado da luta camponesa pela garantia de viver e trabalhar na terra, situado no município de Itarema, região do Litoral Leste do Ceará e compõe o conjunto das comunidades na Zona Costeira que estão em permanente ameaça de perda do seu território, diante das constantes ações do capital, através de empresas que demandam de terra e posse dos demais bens naturais para implantar seus empreendimentos.

Nossa escala temporal retoma o processo de acirramento das lutas pelo direito a terra na região do Litoral Oeste envolvendo dezenas de comunidades, hoje uma grande parte assentamentos de reforma agrária, nos idos de 1984, início dos conflitos e disputas das famílias camponesas contra o latifúndio e empresas que na época estavam em processo de implantação na região. O ano de 2023, período de dedicação ao trabalho de pesquisa e vivência na comunidade completa esse recorte de tempo e espaço para essa pesquisa.

A escolha do Assentamento Pachicu faz parte de decisão tomada no coletivo de direção estadual e principalmente na brigada Francisco Araújo Barros, onde está situado o assentamento. Muitas pesquisas já foram feitas no território dos assentamentos na região, tendo centralidade na Lagoa do Mineiro, com uma vasta lista de TCC, dissertações e teses. A Escola do Campo que também se localiza no

assentamento tem sido um campo de muitas pesquisa e intervenções. Pachicu completará no próximo ano 30 anos de luta, essa pesquisa é uma forma de contribuir no processo de registro da história. A razão maior dessa pesquisa é elucidar para as organizações, movimentos populares e a própria comunidade a questão do perigo, o inimigo, que ainda ronda e atormenta, sedento de se apropriar do território.

Este estudo se justifica pela inserção do pesquisador, primeiramente, pela sua história de vida, atuação na luta e participação direta na elaboração e implementação da proposta, no fazer da formação política junto ao MST. Também se prende à necessidade de organizar, no MST Ceará, registros de história e de memória, aprendidas nas experiências durante esses 35 anos de luta por terra e reforma agrária. O estudo é de inspiração coletiva e nasce da vontade de contribuir para a ação concreta de seus sujeitos na realidade.

Neste trabalho, busca-se discutir a territorialização do capital no espaço agrário do Ceará, especificamente na Zona Costeira (Litoral Oeste), procurando evidenciar o processo de ocupação atual dos territórios por meio da produção de *commodities* agrícolas, energéticas, da especulação imobiliária e do turismo predatório como parte do modelo produtivo do capital no campo. São as grandes corporações, empresas de capital misto ou internacional que, em conluio com o Estado, se apoderam de grandes extensões de terra, dos recursos hídricos, da mão de obra e dos financiamentos públicos para implantarem seus projetos.

Estão, ao mesmo tempo, essas empresas e projetos entre as maiores responsáveis por redefinir a dinâmica espacial e territorial, ampliando a desarticulação da agricultura camponesa e da pesca artesanal, a exploração do trabalho e da natureza, concentração hídrica, fundiária e muitas injustiças socioambientais. As empresas alteraram, de forma significativa, o modo de ocupação e utilização do território. O que se observa, no tempo presente, é a ampliação das disputas territoriais, acarretando novos e intensos usos do território a partir de estratégias concebidas no intuito de ampliar a taxa de lucros do capital e suas formas de poder, coerção e controle.

Trazemos, inicialmente, nesta Dissertação, determinados aspectos da questão territorial, principalmente da agricultura e dos projetos do capital na região citada e que vão se configurando do quee estamos chamando de cercas do capital, por meio dos projetos na Zona Costeira, atingindo centenas de

comunidades rurais, litorâneas, vilas de pescadores e assentamentos. Assim, o núcleo de nosso estudo dirige sua análise ao Assentamento Pachicu, situado no município de Itarema no Ceará, com vistas a perceber a movimentação e territorialização do capital no campo com ênfase na produção agrícola, energética e nos projetos de turismo.

De modo articulado, apresentamos os passos e caminhos da resistência e luta camponesa em defesa de seus territórios. Esperamos que os elementos deste trabalho dialoguem com outros estudos e suscitem outras leituras, debates e ações de relevância sobre o agrohidronegócio, a questão agrária e o avanço do capital na Zona Costeira no Ceará.

Um expressivo conjunto de dados, levantamentos de pesquisas, coletas de informações e uma cartografia social sobre a Zona Costeira Cearense, conforme observamos, por exemplo, nos informes do I Intercâmbio dos Povos do Mar, ocorrido entre os dias 27 e 28 de junho de 2022, destacam a existência de mais de trezentas comunidades, dentre elas, mais de uma centena de comunidades litorâneas no Ceará que sobrevivem da relação direta e indireta com a pesca, como uma atividade estruturante de seus modos de vida.

Tal atividade se realiza por um número apreciável de trabalhadores e trabalhadoras, vivendo em assentamentos rurais, pequenas e médias propriedades camponesas e de agricultura familiar, comunidades tradicionais – pesqueiras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, as quais dependem da produtividade e da qualidade ambiental do mar e dos ecossistemas associados nesse território.

Alguns dos estudos que se debruçam sobre a região, evidenciam que, na atual conjuntura, no Ceará, vivenciamos uma reedição da visão colonialista, em que o modelo vigente do capital impõe uma captura de nossos bens naturais, do sacrifício de nossos povos, sua qualidade de vida, ameaçando seus territórios e seus modos de vida. Vários territórios são frequentemente sujeitos a ameaças físicas e químicas por atividades humanas, tais como as construções e infraestruturas urbanas, industriais, portuárias e turísticas, para além da descarga de águas residuais, efluentes agrícolas e eliminação de efluentes domésticos e industriais. São impactos, desastres, crimes e injustiça ambiental, causados por projetos, em grande escala, do chamado desenvolvimento, os quais causam alterações graduais ao meio ambiente, seja por meio da mudança climática, aumento do nível do mar, tempestades e inundações, dentre outras ocorrências.

Falar de resistência em defesa dos territórios costeiros, pesqueiros e da agricultura camponesa-familiar na Zona Costeira cearense nos leva a perceber a construção de redes de resistência, tramas de solidariedade e lutas coletivas. Nesse território sob constante conflito e contradições com as diversas formas de expressão do capital, é o lugar de onde se aprovisiona uma considerável gama de atividades ecossistêmicas que beneficiam tanto as comunidades e populações locais, quanto a sociedade de forma mais ampla.

Tais benefícios ajudam a mitigar os efeitos das alterações climáticas por meio do sequestro de carbono, da atenuação da erosão costeira excessiva, protegendo o litoral e também ajudando a reduzir o risco de tempestades e aumento do nível do mar. Também se ampliam quanto à sustentação das redes ecológicas na conservação das espécies migratórias e como zonas de desova de espécies relevantes para a pesca, a exemplo das tartarugas marinhas durante seu ciclo de vida, bem como os estuários, bancos de algas marinhas, recifes de corais e manguezais, entre outros.

Cumprir destacar que este trabalho se relaciona à minha trajetória pessoal e política como camponês e militante popular, destacando a aprendizagem e a experiência em diálogo metodológico prática-teoria-nova prática, do fazer-se em movimento, buscando enfatizar as dimensões mais relevantes de minha formação, sobretudo, aquela relacionada à vivência militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST no Ceará. Em parte, também repercute dimensões da trajetória nos processos formativos da prática da luta social, ações, atividades, estratégias, forjando processos e experiências para a vida e para a prática militante.

As análises da territorialização do capital na Zona Costeira cearense, diante da movimentação e da expansão do capital no campo, e da resistência camponesa no Assentamento Pachicu, estão diretamente ligadas às questões do enfrentamento ao modelo do capital que se forja em diversas frentes e formas no meio rural e também nos Assentamentos de Reforma Agrária. Entendemos que as resistências e ferramentas gestadas nas lutas encetadas pelos movimentos populares para resistir e enfrentar o latifúndio, hoje, são insuficientes e não conseguem impedir o avanço desse movimento do capital cada vez mais avassalador e destrutivo no campo e na agricultura.

1.2 Aprender sempre – justificativa, procedimentos metodológicos e estrutura da dissertação

O caminho metodológico percorrido para realizar este trabalho foi dialogar com a teoria e prática, na perspectiva de uma compreensão dialética e de uma maior aproximação com a realidade. Como parte fundante do método da pesquisa, partiu-se primeiramente da vivência e da atuação do pesquisador na realidade em estudo, em diálogo com a teoria, entendendo que ambas, teoria e prática, se relacionam, são dialéticas e resultam em uma nova práxis. A tentativa de melhor conhecer a realidade em que estamos inseridos pela prática cotidiana no movimento popular, constitui a base para operar a teoria. Nosso ponto de partida é a resistência do campesinato frente ao modelo avassalador do capital.

Nesse sentido, a leitura do método, em Marx, nos ajuda a perceber o modo dialético no procedimento de pesquisa, como neste breve excerto em que o pensador nos convida a pensar sobre as premissas, a empiria, a abstração, os indivíduos reais, sua agência:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico (Marx, 2009, p.23-24).

O esforço de pesquisa foi procurar e tomar a realidade e seu processo histórico como uma totalidade, mediada e resultante do processo do trabalho em suas relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, funcionando, pois, como processos que não podem ser compreendidas isoladamente, mas precisam ser relacionadas com os demais movimentos da mesma realidade. Ainda em Marx, outro fragmento nos convida a perceber a agência dos sujeitos, a base sobre a qual e na qual se edificam os processos de vida:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida (Marx, 2009, p. 31).

O objeto de análise é o território, entendido como totalidade em suas relações, e mediado pela compreensão advinda da geografia agrária e da história

social, donde emergem os sentidos e a configuração de nossa pesquisa; fundada na argumentação crítica e comprometida. Nossa definição metodológica é informada pela posição no mundo e postura política militante, ou seja, a tentativa de nos aproximar cada vez mais de uma forma de explicação coerente com a realidade na qual estamos inseridos e em compromisso de luta social.

Na materialização da pesquisa se destaca a articulação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica adotou como referentes a discussão de categorias e conceitos – Território; Capital; Assentamento; Campesinato e Resistência, os quais contribuíram na análise. Nesse escopo também se destaca a pesquisa em fontes documentais de tipologia vária: reportagens escritas ou audiovisuais, entrevistas, documentários, entre outras.

Utilizamos o recurso das entrevistas individuais, visando à recolha das histórias em primeira pessoa, dos núcleos familiares, dos coletivos de ação, o que propiciou um mosaico de histórias e memórias sobre os tempos de luta, os conflitos e as violências, elementos sobre a ofensiva do capital, as implicações danosas aos modos de vida e à provisão da vida material e social, a alteração da paisagem socioambiental, a corrosão das formas de trabalho, os problemas de adoecimento e o avanço do capital sobre os territórios.

Essa é uma questão fundamental neste trabalho, visto que cada região assume uma particularidade diante da situação geográfica, mas também das formas específicas de atuação do capital, ainda que de modo combinado. Ainda na pesquisa de campo, buscamos nos apropriar de ferramentas para a construção de mapas (cartografias) para expressar sínteses a partir do processo investigativo.

Como aspectos gerais da materialização deste trabalho, dedicamo-nos à revisão bibliográfica, revisitando determinados conteúdos apresentados nas diversas etapas do Mestrado TerritoriAL, os textos disponibilizados nas disciplinas, os materiais apresentados, os escritos sistematizados, a consulta em plataformas digitais e bibliotecas. De igual modo, retomamos aqui a bibliografia referida no projeto de pesquisa, acrescida de outras apropriadas no decorrer do estudo.

Ademais, tentamos nos aproximar de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e livros. Nesse particular, cumpre informar que nos apropriamos de alguns trabalhos acadêmicos realizados em distintas instituições por militantes do MST e outros movimentos populares; estabelecendo, com eles e elas, um profícuo diálogo, inclusive em termos de fontes. Também nos

debruçamos sobre o material publicitário das empresas complicadas, desvelando as redes consorciadas de empreendimentos locais/nacionais e internacionais.

As questões aqui apresentadas, a partir de dados e resultados de pesquisa de campo, aportam elementos fundamentais para vários aspectos abordados no conjunto dos capítulos, visando situar esse quadro de transformação do Sol e do Mar em ativos de grande relevo ao capital, em praticamente todo o litoral do Ceará, com a expansão da hotelaria, dos negócios associados ao turismo, bem como com a ampliação de loteamentos e dos chamados condomínios fechados, entre outros.

A escolha dessa temática de pesquisa deu-se a partir do contato e da ação militante com os assentamentos da região da Zona Costeira Oeste do Ceará desde o ano de 1996, quando conhecemos algumas das famílias e militantes que atuam no território. Temos acompanhado o quão o território e a vida comunitária estão sendo alteradas por meio da implantação e das constantes ameaças de grandes empreendimentos de infraestrutura do capital.

No Assentamento Pachicu, município de Itarema, da mesma forma em Barra das Moitas e Patos Bela Vista, município de Amontada, temos presenciado como rapidamente a implantação de parques eólicos avançaram sobre as comunidades no seu entorno, alterando a área de dunas, mangues, e, principalmente, a vida cotidiana nesses assentamentos. No que antes era estrada de terra, tem-se agora a presença de máquinas de grande porte, o aumento do fluxo de pessoas na região e a chegada de expressivo número de trabalhadores de outras regiões e estados.

Outra preocupação que nos levou a esta pesquisa diz respeito ao que apresentamos como as cercas do latifúndio e das empresas, ou seja, o modo como as empresas estão se apossando do espaço agrário e costeiro na região, se territorializando e impondo condições sobre a terra de uso coletivo, alterando, assim, as relações sociais e de produção no território, obstruindo modos de vida e sequestrando direitos. As cercas serão aqui apresentadas como uma das formas de asfixiamento do território, abrindo espaço para a expropriação, como condição e base social que permite explorar a força de trabalho, enrijecendo-se como algo natural da existência humana sob o capital, que parece desaparecer sob a noção de liberdade. Recorremos a Marx que muito bem explicou esse processo de acumulação primitiva:

Tanto esforço fazia-se necessário para desatar as 'eternas leis naturais' do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e condições sociais de trabalho, para converter, em um dos polos, os meios sociais de produção e subsistência em capital e, no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em 'pobres laboriosos' livres, essa obra de arte da história moderna (Marx, 1985, p.292).

A cerca é, antes de mais nada, uma condição para o capital recompor seu processo de acumulação, onde repousa sua base social de dominação, não de formar particular, mas universal, que através da expropriação do povo do campo, de sua base fundiária, constitui assim, a pré-condição para sua gênese. São as chamadas zonas de sacrifícios (Viegas, 2006), ou seja, são territórios em que apresentam uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. O capital é, segundo Martins (1991, p.16),

Uma força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital (Martins, 1991, p.16).

Essas cercas são também expressão da violência, da negação de direitos, do abandono do Estado em não atender com políticas públicas os problemas do povo, mas que, é ao mesmo tempo, promotor ou legitimador das injustiças. Cercas da imposição do medo, da desterritorialização, dos crimes ambientais, da criminalização das lutas, dos movimentos e de seus sujeitos e sujeitas. São parte de um projeto de classe, de um programa e de uma estratégia, a reprodução ampliada do capital.

São empreendimentos de infraestrutura e obras que demandam uso intensivo dos bens naturais, avançam sobre as fronteiras produtivas, incorporando novos territórios, ancorados, como dito, na falácia dos discursos do desenvolvimento e com as falsas promessas quando da implantação dos projetos empresariais.

O processo de pesquisa foi construído de forma coletiva, primeiro no debate com as instâncias estaduais do MST, observando a intencionalidade dos estudos e pesquisas em torno de questões estratégicas e que acumulem para o entendimento do projeto do capital e, ao mesmo tempo, contribuam para o processo de construção do projeto popular de reforma agrária. Um passo seguinte se deu na discussão nas instâncias da região, na brigada e, principalmente, no coletivo da Escola do Campo Francisco Araújo Barros. A partir de então, consultamos as lideranças do assentamento para apresentar tanto a proposta do estudo como as atividades do

processo da pesquisa, tendo a recepção positiva do assentamento.

O Assentamento Pachicu, como os demais na região, sofre o abandono das políticas agrárias por parte do Governo Federal, o que já se verificava durante os governos Lula (2003 – 2006; 2007 – 2010) e Dilma (2011– 2014; 2015 – 2016) e que se agudizou nos governos Temer (2016 – 2018) e Bolsonaro (2019 – 2022). Esta pesquisa, ao nosso olhar, terá vigência se conseguir contribuir no processo de retomada da participação e continuidade da resistência naquele território. Fora disso, poderá ser até um bom documento, um arquivo que se acumulará nas bibliotecas e repositórios da universidade e do movimento, mas de nada servirá se não contribuir, por mais simples que seja, para as resoluções dos problemas do assentamento.

No Assentamento Pachicu, realizamos sete entrevistas semiestruturadas, tentando contemplar a diversidade de sujeitos – homens, mulheres, idosos, jovens, lideranças da Associação; agricultores, pescadores, trabalhador(a) da Escola, trabalhador(a) aposentado.

Vivenciamos, na conjuntura regressiva aberta no Brasil, ao menos desde 2016, o aprofundamento dos processos de expropriação, desterritorialização, vulnerabilização e perda de direitos, impostos sobre o campesinato cearense: comunidades tradicionais, povos originários, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores, assentamentos rurais, ante a implantação de sistema produtivos agropecuários intensivos e de grandes empreendimentos de infraestrutura, principalmente de energia eólica, rodovias, mineração, turismo e construção civil.

A expropriação é aqui entendida, em decorrência dos investimentos de infraestrutura e mecanismos de expansão do capital, uma condição para a compreensão da dinâmica capitalista. O núcleo das relações sociais nos territórios é alcançado a partir da apropriação de novas fronteiras por meio de estratégias que envolvem a esfera institucional, com adequação legislativa aos interesses privados; imposição ideológica por meio do discurso do progresso e desenvolvimento e uso de violência em suas diversas esferas e como um instrumento permanente.

Estamos falando de territórios (em sua grande parte), historicamente ocupados por populações originárias e camponesas que se mantêm durante séculos como guardiãs desses bens da natureza, garantindo o processo de produção e reprodução da vida. Esses territórios se tornam alvo do capital em busca da expansão de suas fronteiras produtivas e domínio territorial.

O Brasil, desde o processo de ocupação portuguesa, no sistema colonial, se

insere nas relações mercantis mundiais como abastecedor de matérias-primas e produtos requeridos pelo mercado, como é o caso do açúcar, entre outros. O sistema de *plantations* é a base de tal colonização de exploração, baseado no latifúndio, na monocultura e sustentado pelo trabalho escravo, ou como dito no conhecido (e censurado) escrito de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1711): "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer conservar e aumentar a fazenda" (Antonil, 1711, p. 31).

Portanto, temos, desde o início da colonização, a marca de uma inserção dependente na economia mundial. A agricultura brasileira se modernizou, embora mantendo os resquícios do passado na forma de latifúndio, estrutura de concentração da terra nas grandes fazendas. Impôs-se aos camponeses um processo de integração à agricultura empresarial, vinculada ao financiamento internacional, transformando-os em dependentes do modelo produtivo.

Sobre o tema, é de grande relevo o trabalho realizado por João Pedro Stédile, organizado em nove volumes, sobre *A Questão Agrária no Brasil*, compulsando estudos de largo alcance sobre: *O debate tradicional (1500-1960)*; *Programas de Reforma Agrária (1946-2003)*; *O debate na esquerda (1960-1980)*; *Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000*; *História e Natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*; *O Debate na década de 1990*; *O debate na década de 2000*; *A classe dominante agrária, natureza e comportamento (1964-1990)*; *Interpretações sobre o camponês e o campesinato*; assim como, em dois volumes, *Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo*, publicados pela Expressão Popular.

Historicamente, o campo brasileiro tem sido um celeiro de disputas, conflitos e violências, provocados pelas relações de produção que se sustentam na concentração da terra e na negação do camponês o direito à terra e de construir perspectivas de autonomia econômica e social. No Ceará, esses caminhos e processos não foram diferentes, se intensificaram e ganharam, no período histórico aqui analisado, novas formas e conteúdo, mantendo a essência do modo capitalista de produção.

A atual fase de crise do capitalismo no campo, tem como base material e histórica o processo de expropriação e exploração dos trabalhadores "livres", de apropriação das terras, que se tornaram meios de produção transformados em

propriedade privada, protegida pelo arame (a cerca) ou simplesmente pela obediência, legal e civil.

No primeiro capítulo, História da luta camponesa no Ceará e do Assentamento Pachicu, recuperamos o processo histórico da luta e resistência dos nativos e do campesinato, contra os invasores e dominadores da propriedade da terra no Nordeste e, principalmente, no Ceará. Para compreender esse processo, nossa reflexão adotou os fios da História "vista de baixo", como em Edward P. Thompson (1987) que buscava recuperar a centralidade das experiências e concepções das classes populares inglesas ao longo da história; da história de baixo para cima, como afirma Eric Hobsbawm (1998, p. 216): "A História vista a partir de baixo, da história dos movimentos populares ou história da gente comum".

Essa análise se fez necessária uma vez que o MST deve ser compreendido em sua qualidade de sujeito social coletivo, incorporando, desde sua formação e ao longo de 40 anos de existência, uma tradição herdada das lutas dos povos e movimentos camponeses que o antecederam. Além disso, é importante destacar seus próprios processos de construção de estudos e de pesquisas, os quais contribuem para uma interpretação da história na ótica dos movimentos populares, buscando compreender como se organizam. Por fim, vale também destacar a importância do avanço na construção de um projeto popular para o Brasil, tendo na Reforma Agrária Popular um pilar fundamental.

O movimento de luta pela terra irrompe, no cenário político, no Brasil, na articulação do momento histórico da luta contra a ditadura empresarial-militar e pela redemocratização da sociedade. Segundo Stedille e Fernandes (2005, p. 22), tal processo, com suas especificidades, *"coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária soma-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e a luta pela democratização da sociedade"*.

A questão agrária é um problema socioterritorial, tem um lugar, um território em disputa, resultante do desenvolvimento desigual e contraditório da sociedade capitalista, compreendida pela persistência do latifúndio e da territorialização do modelo do agrohidronegócio em seu processo avassalador de concentração fundiária e expropriação camponesa. Os conflitos resultantes no processo de formação e resistência do campesinato e a inexistência de uma política agrária e agrícola que atendam suas necessidades concretas de existência compõem o

cenário da luta pela terra no meio rural brasileiro e cearense.

O segundo capítulo, malditas cercas do latifúndio e das empresas que ameaçam e impedem as famílias de viver no território, se destina à análise do avanço do capital por meio dos ciclos acumulativos de produção, observando suas consequências e impactos nos territórios; e, no caso, a partir do Assentamento Pachicu, observando os cercamentos como forma da territorialização das empresas do grande capital no seu entorno. O capítulo destaca o processo de luta e resistência do Assentamento em quase 30 anos de existência, enfatizando a dimensão histórica, organizativa e a perspectiva de se manterem em suas terras e cuidando dos bens naturais que ali existem.

O avanço do capital via monocultura do coco, na região estudada, é parte do processo de luta e resistência para a conquista da terra e para acriação dos Assentamentos. Ao mesmo tempo, a expansão do lucrativo negócio da carcinicultura, além de destruir o lençol freático e berçários reprodutivos, soterrar lagoas e manguezais tem atentado contra as áreas existentes e abundantes no Assentamento Pachicu e seus vizinhos que fazem fronteira com o mar.

Segundo estudos técnicos da Universidade Federal do Ceará – UFC e Estadual do Ceará – UECE, Jeovah Meireles, Edson Vicente da Silva e Silvio Dantas de Moraes (Parecer MMA/IBAMA, 2005) para avaliação conceitual da carcinicultura e ao conjunto de empreendimentos de carcinicultura, as conclusões sobre os impactos ambientais são, entre outros: Descaracterização geoambiental e ecodinâmica do ecossistema manguezal; desmatamento da vegetação de mangue e de gramíneas; Impermeabilização do solo; bloqueio da maré, impedindo o acesso de nutrientes e sementes de mangue e a renovação da água; alterações cumulativas na média anual da descarga de água doce para o estuário; perda de material sedimentar, soterramento e compactação do solo dos apicuns; alteração das propriedades biológicas de sustentação de base da cadeia alimentar; e alteração das propriedades físicas do ecossistema manguezal.

A questão de maior impacto nos últimos anos tem sido a implantação dos parques eólicos nas comunidades vizinhas, pois as eólicas, a cada ano, se ampliam e se territorializam no entorno. Ameaça ainda maior, em fase de implantação, são os parques dentro do mar (*offshore*), com previsão para os próximos anos vários parques serem implantados em toda costa. Como se não bastasse, cresce em tamanho e densidade a especulação imobiliária, e junto, a grilagem, o narcotráfico e

a disseminação do medo na comunidade.

Há uma alteração gigantesca e sem precedentes na dinâmica das comunidades e nos seus modos de vida na Zona Costeira que revelam o processo avassalador e destrutivo imposto pela ânsia de lucro e apropriação do capital por nossas riquezas naturais. O capital para acumular necessita expropriar e concentrar e, ao mesmo tempo, criar desigualdade social e crime ambiental. O Assentamento Pachicu é expressão da resistência e da continuidade da luta do campesinato contra a desterritorialização e afirmação de uma identidade de classe. Por outro lado, a lógica com que o capital faz o cercamento nos aponta para um período de acirramento dos conflitos e violações de direitos no território.

As formas de resistência das famílias no território em conflito, observam as estratégias que se fazem no Assentamento Pachicu e nos demais em seu entorno, ou seja, na maioria dos assentamentos de reforma agrária da região. Em 2025, serão celebrados 30 anos de história, lutas e conquistas dessas famílias que ali resistem. Muitas têm sido as mudanças no processo organizativo, produtivo, social, cultural e de sucessão rural. Não haverá saídas para a resistência sem retomar as mesmas formas determinantes para a conquista da terra: a união, a força da coletividade; o mutirão; as celebrações; as lutas e a formação política, entre outras.

Considerações finais, são, pois, de afirmar que o Assentamento Pachicu é, sim, um território, em disputa e em permanente conflito, é, pois, um campo de forças, de poder, uma teia ou rede de relações sociais que se faz resistência e persistência da luta pela terra e de afirmação do campesinato.

Espero, com este trabalho, contribuir para alimentar o rol de pesquisas e que surjam outros e novos estudos. Em complemento, almejo que a presente pesquisa seja apropriada nos espaços de estudos e formação dessas comunidades, contribuindo para que se vislumbrem saídas coletivas frente aos problemas que atravessam.

2 HISTÓRIA DA LUTA CAMPONESA NO CEARÁ E DO ASSENTAMENTO PACHICU

2.1 Os ciclos de acumulação do capital no Ceará

A expropriação, como núcleo central do capital, principalmente do campesinato e da sua base fundiária, continua se constituindo como a condição e compreensão da gênese contemporânea do capitalismo no campo e sobre ela repousa a base social de dominação que necessita ser incessantemente ampliada. Segundo Fontes (2005, p. 6), a expropriação é:

A produção de trabalhadores livres, e nesse sentido, a liberdade corresponde à mais plena disponibilidade da força de trabalho para o capital. A liberdade da FT é real, dúplice e contraditória. Ela consiste em enorme negatividade, expressando a impossibilidade de crescentes massas populares de prover sua própria subsistência (singular ou familiar) fora das relações de subordinação 'voluntária' ao capital (mercado); tende a destruir as formas de solidariedade tradicionais entre os trabalhadores; a dismantelar as crenças e modos de existência até então predominantes; exacerba a concorrência; impessoaliza os contatos sociais, ao promover uma individualização contraditória, opondo seres isolados e competitivos; se expressa na redução dos laços de dependência pessoal de trabalhadores frente a clientelas e patronos (Fontes, 2005, p. 6).

Recorremos a Moreira (2018), quando trata da formação econômica e social do Brasil, apresentando como se deram os ciclos espaciais de acumulação, os quais são, segundo este, as raízes e fontes do poder agrário. É o movimento unitário-integrativo de reprodução da totalidade da diversidade de áreas e setores de atividade identificada como a forma de capital dominante de cada contexto.

A formação social cujo lastro é a reiteração e permanência do eixo fundante da estrutura que da Colônia à República se reedita quase como um jornal velho que apenas troca o papel de seu impresso; o eixo que funde como arquitetura terra-território-Estado como variantes cambiantes do mesmo, qual seja, o monopólio fundiário que se faz monopólio do território, e que, por lógica, se faz monopólio do Estado: quem monopoliza a terra domina o território e quem domina o território controla e põe a seu serviço o Estado (Moreira, 2018, p.49).

Moreira (2018) destaca a diversidade de modos de produção que, da Colônia até os dias de hoje, dão sucessão e caminhos que constituem a formação social brasileira. Para esse autor, “são unidades globais de estruturas, recortadas ali e ali como relações societárias e cultural-políticas de poder e sociabilidade, unidades de formação socialmente integradas” (Moreira, 2018, p.24). O autor ao olhar a questão

espacial da realidade brasileira destaca três modos distintos e concretos de relação sociedade-espço no tempo, sendo estes: o ciclo de acumulação canavieiro-açucareira (séculos XVI ao XVIII), centrado principalmente na região Nordeste, sendo essa a primeira modalidade de acumulação e formação espacial; ciclo de acumulação cafeeiro (séculos XIX e XX), centrado na região Sudeste; e o ciclo da cadeia soja-óleos-carnes (séculos XX e XXI), centrado na região Centro Oeste do país.

Em possível diálogo com o autor, poderíamos acrescentar para este tempo o ciclo de acumulação da economia verde ou do consenso da descarbonização na região da Amazônia, principalmente, e nas demais de todo o país. Os ciclos espaciais de acumulação são, na verdade, reflexos das demandas de acumulação capitalista, de expansão do mercado internacional e com eles se implanta e perpetua o modelo concentrador, excludente e desigual da sociedade brasileira que a cada dia se aprofunda.

Enquanto a cana-de-açúcar se constituía em outros espaços do Nordeste do Brasil, como principal base econômica, determinante nas relações de poder, em outros espaços, chamados de “Nordeste não açucareiro”, ganha relevo e expressão a pecuária extensiva, por meio do gado que ocupa o espaço sertanejo (Oliveira, 1981 *apud* Diniz, 2009). No Ceará, a construção ocorre do sertão para o litoral, marcando a formação territorial, mediante a apropriação e expropriação de vastas extensões de terras para instalação de grandes fazendas destinadas à criação de gado. A agricultura de sequeiro e o extrativismo vegetal e marítimo marcam também os traços dessa economia.

A atividade da pecuária é a forma de ocupação do interior, a fim de proporcionar alimentos à população e assegurar o transporte da cana e da lenha, as quais acionavam as moendas. O estudo de Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia* (2002), traz elementos de compreensão sobre a criação de gado nos sertões, a partir da (...) “doação de vastas extensões de terras recém conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos” (Silva, 2002, p.123).

A pecuária constitui a atividade econômica dominante do século XVIII com destaque, principalmente, para a produção do charque, produzido nas charqueadas, e para o beneficiamento do couro e das peles, como bem examina o estudo de

Valdelice Girão, *As Oficinas ou Charqueadas* (1984). Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o comércio do charque na província foi um fator decisivo ao incremento da economia no Ceará. No processo de divisão do trabalho, na região do Litoral no Ceará, se concentravam as charqueadas, com destaque à Vila de Santa Cruz do Aracati, e suas oficinas do charque instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, sendo logo estendidas aos rios Parnaíba, no Piauí, e Assú e Mossoró, no Rio Grande do Norte; devido também à proximidade do principal entreposto comercial da região.

Estudos mais recentes, como o de Almir Leal de Oliveira (2006), *A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783)*, situa a criação das oficinas de carne salgada e couro, a partir da década de 1710. O autor alarga nossa compreensão, ao situar o charque como suprimento e como escambo de mão de obra escravizada na África. Além disso, os dados apresentados pelo autor situam que, a partir de 1757, o charque foi usado como produto estratégico ao tráfico atlântico, à alimentação de tropas, ao abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor: “Na África, o charque ganhou notabilidade a partir de sua introdução na alimentação dos escravos que estavam sendo preparados para a travessia do Atlântico” (Oliveira, 2006, p. 04).

No sertão, as áreas para criação de gado, impulsionaram o comércio do charque e do couro, possibilitando, assim, o surgimento e desenvolvimento de aglomerados urbanos, como observa Manoel Correia de Andrade (1980, p.167), para quem, “no percurso [das boiadas] havia pontos de repouso e de engorda, pois a caminhada provocava uma queda de peso dos animais” e nesses “pontos de repouso”, formaram-se núcleos urbanos. O estudo de Pomar, abaixo referido, alarga a compreensão sobre a fazenda de gado, os currais, a atividade dos vaqueiros e os alimentos produzidos na atividade da pecuária:

Em 150 anos, o gado devassou todo o Nordeste, amassando sob o seu casco novas terras de domínio para novos grandes senhores. Onde havia ‘largueza de campo e água sempre manente dos rios’, situavam-se currais com 200 até mil cabeças cada um. Eram verdadeiros postos avançados de ocupação dentro da fazenda. Nesses currais se reuniam os animais e viviam os vaqueiros e peões. [...] sua criação passara a ser a principal atividade econômica. Anualmente, devia gerar novas crias, capazes de manter o fornecimento de carne, leite e couro para a vida dos habitantes do sertão. Charqueando a carne, transformando o leite em coalhada, queijo e requeijão, e utilizando o couro para a confecção de vestimentas, móveis e uma série de outros utensílios, a fazenda de gado, acrescida de mais

algumas roças de subsistência, bastava-se a si mesma, tanto na produção, quanto no consumo (Pomar, 2009, p.40).

Historicamente, coube à agropecuária desempenhar um papel relevante na ocupação territorial e na formação socio espacial no estado do Ceará. Primeiro, com pecuária extensiva, principalmente com a criação de gado para beneficiamento do charque, e para produção de leite. Em segundo, o algodão, conhecido como o “ouro branco”, destinado para a exportação. Nesse caso, temos a junção, ou o binômio gado e algodão. Terceiro, a extração da palha, cera e outros derivados da carnaúba. Quarto, a agricultura familiar camponesa, responsável pela maioria dos produtos que compõem até hoje o cardápio alimentar cearense da sustança e da abundância da população dos Sertões semiáridos.

A força hegemônica desses ciclos, que se complementam e, ao mesmo tempo, são contraditórios, se mantiveram até os anos de 1970, contudo, ganhou maior intensidade a partir da década de 1990, pois, a partir de então, não se conhecia, consecução do agronegócio globalizado em território cearense, com exceção apenas do cultivo de castanha de caju, já realizado por grandes empresas (Cavalcante, 2020), assim como a pesca da lagosta fazia parte da pauta de exportação naquela década.

O Ceará tem como regiões limítrofes o Oceano Atlântico, ao norte; o estado de Pernambuco, ao sul; o estado do Piauí, ao oeste; e os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, ao leste. Possui aproximadamente 94% do seu território nos sertões semiárido nordestino, tendo as secas periódicas e suas consequências como fenômenos de caráter socioambiental, político, econômico e religioso que marcam as lutas, histórias, as memórias e as resistência dos povos. Território no espaço que se convencionou chamar “polígono das secas”. Aziz Ab'Sáber sublinha a nomeação redutora:

Quando os engenheiros da antiga Inspetoria de Obras contra as Secas introduziram a noção de polígono das secas, estavam realizando a própria delimitação grosseira da área nuclear do domínio morfoclimático, fitogeográfico, hidrológico e geoecológico dos sertões secos (Ab'Sáber, 1999, p.14).

Vários são os estudos de imensa valia sobre essa questão secular, desde os escritos pioneiros de Rodolfo Teophilo—*História da Secca do Ceará* (1883); *A Fome. Senas da Secca do Ceará* (1890), até os estudos mais recentes dos historiadores Frederico de Castro Neves – *A Multidão e a História* (2001); Tyrone Cândido—

Proletários das Secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919), para quem, no estudo

procura-se acompanhar os diversos arranjos e desarranjos que compuseram suas formas de resistência em seus percursos e no cotidiano de trabalho – a que correspondiam, desde outro ponto de vista, a formas de arranjos e desarranjos do controle social por parte dos agentes do poder sobre essa composição de trabalhadores (Cândido, 2019, p. 21).

Ademais, podemos destacar a historiadora Kênia Rios – *Isolamento e Poder. Fortaleza e os Campos de Concentração na seca de 1932* (2014), entre outros.

Ocupando uma área territorial de 148.921 km² e 184 municípios, o Ceará conta com uma população em torno de quase 8,8 milhões de habitantes, tendo mais de 70% concentrados na zona urbana. Segundo dados referidos, em torno de 30 municípios cearenses registraram um decréscimo populacional, o que motiva uma reflexão quanto à migração para centros urbanos maiores, seja no próprio estado e, em maior escala, noutros estados, face aos problemas de desemprego, falta de terra e moradia, entre outros. Como afirma de modo contundente o estudo de Aziz Ab'Sáber *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida* (1999):

Alta fertilidade humana, forte seleção biológica e ausência de oportunidades de emprego para os sem-terra teriam que ocasionar o apelo à migração, numa desesperada luta pela sobrevivência. Assim, a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego. Nordestinos de todos os recantos mobilizaram-se nas mais variadas direções, seguindo a vaga de cada época. Para a Amazônia, nos fins do século passado e inícios do atual. Para São Paulo desde a década de 1930. Para Brasília nos anos 60. Para o norte do Paraná e São Paulo por todo o tempo, sobretudo depois da construção da estrada Rio-Bahia. Finalmente, para o norte de Goiás, as margens da Belém-Brasília, a Transamazônica e, para o sul do Pará, nos anos 70. De uma situação-limite para a própria vida – que é a do remoto fundo dos sertões – na direção de outra margem de humanidade, representada pela imensidão florestal da Amazônia superúmida, sob condições precárias de segurança, vida e trabalho (Ab'Sáber, 1999, p.23).

A capitania do Ceará era povoada por diferentes povos indígenas. Segundo Tomaz Pompeu Sobrinho (1995), havia, no início do século XVII, pelo menos cento e cinquenta mil. Sob controle rigoroso dos jesuítas, a população autóctone era confinada nos chamados aldeamentos indígenas, onde deveria ser catequizada e “aculturada”. Os povos originários do Ceará foram, em sua maior parte, massacrados, embora tenham resistido até o início do século XIX.

Um dos maiores exemplos de sua resistência foi a Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre o final do século XVII e início do século XVIII, na qual indígenas de

diversas etnias (Cariri, Jandui, Baiacu, Icó, Anacé, Quixelô, Jaguaribara, Canindé, Tremembé, Acriú, entre outras) se uniram para lutar contra os conquistadores, resistindo bravamente durante quase 50 anos. De acordo com Abreu, a resistência indígena faz da capitania do Ceará uma das mais difíceis de ser apropriada, de toda a Colônia (Abreu, 1976, p. 91).

A história dos indígenas do Ceará, como a dos de todo o Brasil, é um verdadeiro martyrologio. Durante o período da conquista, bateu-se com o estranho heroísmo, defendendo, palmo a palmo, o solo que habitavam contra a invasão. Submetidos depois, viram-se reduzidos a escravos e violentados nos seus direitos pelos colonos, que nunca os consideraram homens, mas simples animais bravos (Filho, 1987, p.57).

Data do final do século XVIII e início do XIX, na Capitania do Ceará (1780-1825), a transformação do algodão em produto para exportação, incorporando uma parcela significativa da população, até então voltada à “economia de aprovisionamento”, para tornar-se força de trabalho. Vale ressaltar que o algodão já era conhecido pelos primeiros habitantes do Brasil, atendendo às suas necessidades básicas; passando, no período acima referido, à condição de mercadoria para exportação.

Dava-se, então, “o primeiro período de incorporação da Capitania do Ceará ao capitalismo ascendente” (Pinheiro, 2021, p.19), quando o binômio gado-algodão constitui a participação efetiva na divisão internacional do trabalho. Vale ressaltar que, diferente do gado, criado de forma extensiva, se apropriando de grandes extensões de terra, o algodão possibilitava a expansão da agricultura camponesa-familiar, principalmente na produção de alimentos, ou seja, a pequena produção teve sua contribuição na expansão da cultura do algodão.

O algodão na Capitania do Ceará passa a assumir, no período, o primeiro lugar na pauta de exportações, principalmente para responder à demanda do mercado europeu, no auge do processo de Revolução Industrial em curso e em razão da conjuntura de interrupção de fornecimento do algodão norte-americano para a Grã-Bretanha em razão da Guerra de Secessão (1860–65), além de secas na Índia, levando a indústria inglesa a buscar outros mercados de abastecimento da matéria-prima.

O Brasil passa a ser um de seus principais fornecedores e, no Ceará, o cultivo do algodão mocó ganha grande impulso, além de ser perfeitamente adaptável à região Nordeste. Esse *boom* algodoeiro, como passou a ser chamado, também

ganhou relevância para além do Ceará, assumindo posição de destaque, suprimindo de matéria-prima a indústria têxtil inglesa em expansão. A pecuária, embora mantendo seu grau de relevância, vai perdendo mercado para o algodão, principalmente com o declínio na produção das charqueadas.

Ganhavam força nesse mesmo período, como resultado desse processo no campo, as relações de trabalho, tendo como base a parceria ou como mais é conhecida, a moradia por condição, morador de favor ou morador de sujeição, ou seja, quando o proprietário cedia o uso da terra de morada às famílias camponesas (pobres e livres), exigindo como contrapartida dois ou três dias de trabalho não remunerado por semana e que a metade da produção colhida fosse vendida para o proprietário, mantendo uma relação de lealdade plena e absoluta, o que mantinha as regras da propriedade fundiária e das relações de trabalho subordinando a população “livre e pobre”.

No início do século XIX, o esforço da província do Ceará seria buscar relações comerciais com a Europa, agora não mais pelo mercado sob controle dos portugueses, passando a ter, desde então, relação direta com o mercado inglês. No ano de 1810, por meio dos portos de Fortaleza, Aracati e Acaraú, o Ceará exportou algo em torno de 395.707 mil quilos de algodão. Em 1819, chegou a quase dobrar, foram 636.360 mil quilos, por meio do porto de Fortaleza.

Os primeiros estabelecimentos industriais instalados na cidade de Fortaleza no final do século XIX advêm desse ramo produtivo, é o caso da fábrica de tecidos Progresso. Outros ramos industriais, também associados à cultura algodoeira, vão se desenvolvendo, a citar: o de óleos vegetais (mamona, oiticica, babaçu) e de produtos alimentares. O estudo de Denise Takeya, *Europa, França e Ceará - Origens Do Capital Estrangeiro No Brasil* (1995), aporta informações originais sobre a expansão das relações comerciais entre o Brasil e França e o papel das casas importadoras-exportadoras, como parte da divisão internacional do trabalho, materializando um comércio fundamentado na compra de manufaturas e na venda de matérias-primas. O trabalho contribui também por tratar das relações comerciais com a França, sendo o caso do Ceará um exemplo da atuação de uma casa importadora-exportadora francesa, Boris Frères, a partir de 1872 e até os anos de 1930, e a articulação entre uma economia agroexportadora e o comércio internacional.

A segunda metade do século XIX é considerada, por Pinheiro (2021, p. 124), como o “segundo período de inserção da Província na economia mundial por intermédio, principalmente do algodão”, marcada pela liberalização do comércio e da hegemonia do capital industrial, caracterizando, assim, uma nova fase do capitalismo. Impulsionada pelas mudanças estabelecidas na economia e também nas relações de trabalho, eis que, em terra cearenses, “a agricultura para exportação tornou-se, mais uma vez, hegemônica na Província do Ceará” (*idem*), seja na recuperação da cultura do algodão, bem como na inclusão do café e do açúcar como produtos para exportação.

Por ser uma planta nativa das regiões semiáridas do Ceará, a carnaúba também ganha destaque no processo produtivo do Ceará, sendo propícia ao tipo de solo, tendo se desenvolvido na ribeira do Jaguaribe e espalhada em quase todo o estado, onde adquiriu expressão produtiva. Segundo Lima (2002, p.08), “havia tempos, era [a carnaúba] conhecida e aproveitada de várias formas, do tronco ao fruto e suas folhas, pela população local”. Em períodos que chega(va) a estiagem o corte da sua palha se tornava uma das principais fontes de trabalho, com poucos ou quase nenhum custo para com seus tratos e cultivos.

A cera de carnaúba, na década de 1950, tornou-se o segundo produto da pauta de exportação do estado, a região do Baixo Jaguaribe e seu entorno respondiam por aproximadamente 70% dessa demanda e, em nível nacional, chegou a representar 20% da produção. A utilidade da cera foi e permanece sendo vasta e subsidiária para muitos produtos, como afirma o seguinte estudo de Lima.

Em 1810, Antônio Marcos de Andrade criou a técnica de cultivo da cera de carnaúba, sendo inclusive recompensado pelo governo brasileiro. A primeira grande utilidade para a cera de carnaúba foi o emprego no fabrico de velas. Essa utilidade perdurou por quase todo o século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, a cera de carnaúba passa a ser empregada na indústria, para assoalhos. A pesquisa, aliada ao desenvolvimento industrial, proporcionou um vasto campo de utilidade para esse produto: papel carbono, graxa para calçados e mobílias, cera para carro, isolantes térmicos, discos, polimento de couro, tintas e vernizes entre outros (Lima, 2002, p.8).

A extração da palha da carnaúba absorvia bastante mão de obra, muitos agricultores, em épocas de entressafra na agricultura, trabalhavam como diaristas nas fazendas de plantação de carnaúba, assim como moradores. Em períodos de estiagem, o corte da palha de carnaúba se tornava uma das principais fontes de trabalho, com pouco ou quase nenhum custo para com seu trato e cultivo. Na

década de 1960, essa atividade entra em crise, os produtos oriundos da cera foram substituídos pelos sintéticos, produzidos a partir de produtos químicos derivados do petróleo. Por outro lado, causa grande problema nas formas e relações de produção, pois a estrutura anterior torna-se obsoleta.

Pouca expressão é dada às culturas de café e à produção do açúcar, quanto às relações de produção e geração de riquezas para as classes abastadas, em algumas manchas de espaços no Ceará, sendo a dissertação de Pedro Airton de Queiroz Lima (2000), *À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)*, um repositório de fontes para o estudo da cultura do café em Baturité.

A cultura do café foi introduzida no Ceará por volta do ano de 1746, mas seu cultivo em escala ganha relevo apenas no ano de 1822 por meio de sementes que vieram de Pernambuco, plantadas no Cariri e depois expandidas em outras regiões, como na serra de Maranguape, sendo na serra de Baturité onde se concentrou maior produção. O avanço da cultura, principalmente em terras serranas, possibilita que em 1846 o café entrasse na pauta de exportação.

No ano de 1862, existiam, na Província, em torno de 600 fazendas e quase metade delas na região do Maciço de Baturité, tendo seu pico produtivo entre os anos de 1850 a 1880, com destaque para os anos entre 1860-65 quando a exportação alcançou 8.321.716 kg do produto, tendo uma leve queda dez anos depois, mas se recuperando entre 1875-80 com 7.752.618 kg. As relações de trabalho se davam com base na escravização negra, alguns trabalhadores livres, moradores de condição e nas pequenas propriedades que já se espalhavam pelo território.

A cultura da cana, distinta da produção em alguns estados do Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe), no Ceará, cumpre um papel destacado no final do século XVII como base alimentar, sendo a rapadura um de seus principais componentes, produzida em centenas de pequenos engenhos espalhados principalmente na região do Cariri, mas também em Fortaleza, Cascavel, Aquiraz e Maranguape, também produzindo aguardente.

A produção do açúcar também constou da pauta de exportação da Província nos finais da década de 1840 nas áreas acima citadas, face à demanda do mercado internacional, ocasionando queda na produção de rapadura e aguardente. Segundo dados de Guarabira (1989) e Pinheiro (2021), foram exportados, entre os anos de 1850 e 1880, algo em torno de 41.486.252 kg de açúcar, principalmente para a

Europa. Teve seu pico de produção entre os anos de 1855 e 1875, e o valor comparado ao algodão, o principal produto, equivalia a 50%.

A queda constante de preços no mercado exterior faz com que a produção do açúcar para exportação se torne quase inviabilizada, restando a produção para atender à demanda do mercado interno de rapadura e aguardente. O projeto definido pela Assembleia Provincial de Pernambuco quanto à instalação de engenhos centrais com a oferta de subsídios ao produtor, não foi implementado, o açúcar no Ceará era um produto secundário para a economia e não despertava interesse de investimentos.

Por ser uma economia dependente, sob os ditames do mercado internacional, o algodão, após a crise entre as décadas de 1820 e 1840, retoma sua recuperação no auge de nova onda de liberalização do mercado europeu e a guerra de secessão nos Estados Unidos; assim, em 1852 o algodão representava 60% do valor total de exportação.

Vale ressaltar, que naquela conjuntura, houve avanços nas forças produtivas, com o incremento de máquinas de descaroçamento e sementes mais resistentes às pragas. Quão expressivo é o resultado produtivo e a equivalência do produto no mercado internacional naquela metade do século XIX, os dados organizados por Célia Guarabira (1989) comparam que, em 1850, a exportação da província chegou na casa dos 3.789.476 kg, saltando para 18.620.811 kg entre 1865-1870 e até 1875 para 31.164.346 kg, período da guerra nos Estados Unidos e escassez do mercado europeu.

O declínio dessa fase produtiva algodoeira ocorre nos anos finais da década de 1870 quando da queda dos preços no mercado internacional e com a recuperação da produção nos EUA, acarretando efeitos drásticos na cadeia produtiva em ascensão no Ceará. Todas essas mudanças no aspecto produtivo e a inserção do Ceará no mercado mundial, principalmente por meio do algodão, ao longo do século XIX, nos leva às relações de trabalho e à extrema exploração da mão de obra, da concentração fundiária e da acumulação de capital nas mãos de poucos.

Na primeira metade do século XVIII, era possível identificar um crescimento significativo da população no Ceará, sendo que, em 1763, a relação de pessoas escravizadas relativa à população em geral era de 12,5%, ou seja, 87% da população cearense era livre, trabalhando, em sua maioria, nas fazendas de

pecuária e de café, e outra parte nas lavouras de algodão. Segundo Pinheiro (2021, p. 147),

A vila do Crato, situada em uma região agrícola, era onde estava o menor percentual de escravizados, sendo apenas 5,2% em relação a população total. As vilas situadas na região de pecuária, como Sobral, a população escrava correspondia a 30%; em Aracati esse percentual chegava a 22%; Campo Maior (Quixeramobim) 21%; Icó – 17%; São João do Príncipe – 17,7%; São Bernardo de Russas correspondia a 12,6%; vila de Aquiraz, apesar de situada no litoral, tinha a maior parte de seu território na região de pecuária, com 12,7% (Pinheiro, 2021, p. 147).

O autor citado, a partir dos dados do recenseamento realizado em 1813, e da pesquisa de Pedro Alberto de Oliveira e Silva, destaca que a população do Ceará, na época, era de 148.740 habitantes, dos quais “28% eram de população branca; 6% indígena, 16% eram de negros (45% população escravizada, sendo destas 54,9% livres); pardos representavam 50%, sendo apenas 8,6% escravizados” (Pinheiro, 2021, p.147). Vemos que a população escravizada, na época, era insuficiente para prover a demanda da produção, a pecuária sofre declínio e os proprietários argumentavam não dispor de capital para investir na compra de escravos.

Estávamos em plena consolidação da Lei de Terras (1850), e não diferente de outras conjunturas, a estrutura fundiária e as políticas para o campo estavam concentradas em poucas mãos. Tornava-se um imperativo a incorporação como força de trabalho os pobres-livres, principalmente, os moradores de condição sob domínio dos grandes proprietários, sendo o acesso à terra sob controle dos grandes proprietários.

Uma legislação específica tratou de regulamentar (e combater) o que o poder político atacava como vadiagem, ou seja, os modos de sempre de estigmatizar os pobres. Entre as ações de perseguição e coação, sobressaíam os bandos e a polícia de passaporte, instrumentos para coibir os pobres-livres ao trabalho regular, além das políticas de coerção patrocinadas pelo Estado e as políticas ditas “compensatórias”, como a não obrigatoriedade (recrutamento) ao serviço militar. A Igreja Católica, por meio de vários padres, a partir das missões, multiplicou ações de convencimento aos camponeses para tal fim.

Nos debates políticos, na conjuntura da década de 1870, depois difundidos como “saída” para o “problema” do pós-abolição para o contingente de pessoas em condição de “libertos”, o trabalho livre não significou de modo algum uma transição

do trabalho escravizado para o trabalho assalariado; na província do Ceará, já estava em pleno vapor a organização do trabalho baseado na exploração da população “livre-pobre”. Segundo Pinheiro (2021, p. 220), “as relações de trabalho “livre” não se estruturaram tendo por base relações de trabalho capitalista, o objetivo principal dos grupos dominantes locais era se apropriar da força de trabalho e do trabalho”.

As relações que se estabeleceram, segundo o autor, eram tipicamente não capitalistas, embora fosse muito baixa a remuneração do trabalho. Além de trabalhar parte dos dias para o patrão, executavam suas tarefas sem remuneração ou recebiam os “salários” em produtos, além de ter acesso (em parte) ao uso da terra do patrão como morador de condição. Conclui o autor que, no Ceará, perdurava uma mentalidade *escravista* ao invés de novas relações.

A ofensiva do capital no campo, na tentativa de se territorializar objetivando o aumento de suas taxas de lucro, adquire maiores contornos nos anos de 1990 no incremento das políticas neoliberais e dos instrumentos da globalização, ampliando assim as leis do mercado como reguladoras da economia, impondo novas bases à relação entre Estados e empresas capitalistas, outras formas de gestão da produção, flexibilizando o processo produtivo e o mercado de trabalho. Essa dinâmica imposta à sociedade é veiculada pelos meios de comunicação e demais instrumentos, construindo uma retórica e um discurso ideológico que passam a ser sustentados também na sociedade.

O chamado agronegócio é o modelo apresentado como meio de se chegar ao desenvolvimento econômico, inserindo o Nordeste na crescente onda da mundialização do capital, e não mais apresentada, principalmente, como uma região de escassez e fome, desértica e imprópria ao desenvolvimento de determinados ramos de produção; mas sim como uma região que oferece condições objetivas e naturais ao desenvolvimento da agricultura de mercado, com vastos recursos naturais, mão de obra barata, volumosos incentivos fiscais, infraestruturas a custo zero e injeção de recursos públicos.

Por outro lado, tal quadro afeta diretamente as formas de organização e produção existentes nos territórios, seja pela dinâmica e aceleração do mercado de terras na região ou pelo agravamento da extrema concentração fundiária e, com isso o aumento da miséria e da pobreza. Torna-se então o território nordestino um atrativo para o agronegócio e, junto a isso, há o discurso da melhoria econômica, do

desenvolvimento, geração de renda e emprego no campo. Será principalmente por meio da produção de frutas (destinadas para a exportação), com uso intensivo das técnicas de irrigação em larga escala nos sertões, que se criam as possibilidades de parte do semiárido ascender no mercado nacional e internacional, tornando-se pois:

Uma das regiões brasileiras mais afetadas com a expansão e ocupação de lugares voltados para a produção de uma agropecuária atenta aos ditames do agronegócio. Estas áreas são exemplos do processo pontual como se deu o desenvolvimento da atividade agropecuária e conforme denotam, o processo de reestruturação produtiva privilegiou determinados espaços, bem como atividades capazes de propiciar a expansão contínua das taxas de lucro no setor (Bezerra, 2008, p.75).

Nesse contexto, a agropecuária brasileira e a cearense passam por um processo de reestruturação produtiva como reflexo da globalização da produção, impondo e movimentando facetas de um novo modelo econômico, social, ambiental e político no setor, ocorrendo de forma excludente e espacialmente seletiva, mantendo intocáveis algumas dessas estruturas, aumentando a pauperização numa grande parte da população e causando impactos graves e prejudiciais ao meio ambiente e ao espaço agrário.

O estado do Ceará não está fora ou escapa da forma perversa e destrutiva de operação do capital ao estimular as diversas estratégias do modelo no campo, para responder aos desafios do lucro seletivo (também extraordinário) nesse ciclo de acumulação moderna e excludente no século XXI. O estado atua como um dos principais agentes de produção e reprodução da sociedade no espaço geográfico, utilizando seu aparato de coerção aos conflitos com os povos do campo. Suas políticas, suas formas e estruturas traduzem os interesses da classe dominante, não de modo mecânico, mas por meio de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes (Diniz, 2002).

No Ceará, muitas das lutas e resistências no campo se deram por meio de conflitos locais, envolvendo interesses distintos entre os trabalhadores e os proprietários das terras, principalmente em relação ao sistema de arrendamento. Os conflitos em torno da terra e da exploração do trabalho se evidenciaram em vários casos em que os trabalhadores recusaram a secular sujeição do pagamento da renda, da meia e de outras formas conhecidas de expropriação do fruto de seu trabalho, em suas unidades familiares, posicionando-se contra a submissão aos patrões, como analisado nos estudos de Amaro Alencar e Aldiva Diniz:

A maioria dos conflitos de resistência existentes nesta época foi iniciada em torno do pagamento da renda. Os moradores que entraram nos embates tinham duas opções: ir embora ou ficar, na terra, lutando[...]. Nesses conflitos, a violência esteve sempre presente: destruição das plantações, proibição de plantar na propriedade, de usar a água dos açudes e poços, destruição das cercas, invasão ou derrubada das casas, como também quebra dos objetos dos moradores, agressões físicas e verbais, prisões ilegais, uso de torturas e assassinatos de várias formas. Enfim, vários registros demonstram situações de extrema violência, às quais os moradores em luta foram submetidos. Essas violências e arbitrariedades tinham o objetivo de intimidar os camponeses que começavam a se organizar (Alencar; Diniz, 2010, p.2-4).

A concentração da terra e de um conjunto de fatores, como água, minerais e, mais recentemente, do sol e dos ventos sempre ocorreu e permanece, até os dias atuais, como elemento de poder (força) e afirmação de classe no campo, antes da oligarquia latifundiária. Nos dias atuais, ocorre, metamorfoseada numa burguesia empresarial e rentista, representante de grupos e empresas de capital nacional e internacional. O latifúndio e a empresa multinacional tornaram-se unidade de hegemonia, núcleo dinâmico das relações sociais no campo. São as políticas neoliberais que cristalizam o que podemos identificar de uma “tríplice aliança” entre: latifúndio moderno, as multinacionais e o Estado, criando as condições favoráveis ao agronegócio no Ceará, mediante:

A expansão da agricultura capitalista e da territorialização das empresas agrícolas que agem difundindo esse modelo de produção, altera o modo como o território é apropriado pelo capital e redimensiona os usos e as formas de ocupação da terra, incidindo sobre os meios que garantem a propriedade privada e as estratégias que a asseguram a permanência e a expansão do latifúndio, da concentração fundiária e dos conflitos no campo. (Cavalcante, 2020, p.30).

Esse estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo, além de não mexer na estrutura da terra, coloca a questão agrária na ordem do dia e elimina outras formas de relações sociais e de produção existentes no campo. Os impactos nos territórios se processam de maneira excludente, privilegiando determinados segmentos territoriais, sociais e econômicos, susceptíveis à reestruturação, sustentada pelos princípios da competitividade. Do trabalho escravizado à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação se afirmam, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (Fernandes, 2013).

No século XX, nos idos dos anos de 1990, o capitalismo, na tentativa de sofisticar os seus instrumentos de acumulação por meio da apropriação privada,

tendo no Estado o meio para direcionar onde e como concentrar recursos, aposta na intervenção de grupos econômicos e empresas transnacionais relacionados ao agronegócio, à mineração, siderurgia, energias renováveis, construção civil e mais recente, à chamada "economia verde", como setores estruturantes do poder econômico e político do país. Por outro lado, as desigualdades sociais, econômicas e ambientais, como parte da dinâmica de acumulação por espoliação, tendem a favorecer em caráter estratosféricos os conflitos territoriais e ambientais, e inviabilizam a existência do campesinato, pois sua reprodução depende das relações com o território.

Esse processo tem revelado, no cenário da luta camponesa do Brasil e no Ceará, uma sobreposição desses projetos do grande capital que se territorializam e tornam-se monopólios, em alguns casos, sobre os territórios marcados pela presença de comunidades originárias e do campesinato, que passam a ser caracterizados tanto pelos agentes públicos e privados, como obstáculos, impedimentos ao processo de acumulação do capital.

A biodiversidade, sob suas condições originárias, até então considerada um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento, torna-se, nas últimas décadas, no Brasil, uma fronteira a devassar e uma possibilidade de acumulação do capital; dimensões que conseguimos identificar em nossa pesquisa, nos processos de cercamento e territorialização de empresas nos assentamentos.

Se atentarmos em uma análise mais detalhada do espaço cearense em todas as regiões geoambientais, vamos identificar as várias formas e variações desse movimento do capital no campo. O município de Itarema é parte dessa lógica de subserviência ao modelo do capital, cujas estratégias se intensificam, agudizando os conflitos e pondo em risco os direitos de centenas de famílias camponesas em suas comunidades.

O Assentamento Pachicu é um desses territórios de cobiça e interesse de territorialização das empresas que hoje atuam naquele município, com a ocorrência de processos extraeconômicos, como a cooptação, a integração, o uso da força, na busca pela mercantilização dos bens naturais ali existentes e sua consequente apropriação privada. Aqui se percebe que a acumulação por expropriação (Harvey, 2004) se nutre da privatização dos espaços não mercantis, expropriando camponeses, ribeirinhos e comunidades originárias de sua terra comum, dos bens naturais e sua biodiversidade com a finalidade de acumular capitais excedentes.

A questão climática oferece ao capital, por certo, uma nova fronteira para a acumulação, apoiada nas tecnologias das chamadas energias renováveis, mas, na verdade, o que está em jogo são os mecanismos do fato climático em benefício da financeirização. Nesse caso, o Estado é determinante para viabilizar a mercantilização dos recursos existentes nos territórios, pressionando os camponeses que ali vivem para delimitar a todo custo seus direitos territoriais.

Nesse contexto, o agrohidronegócio e as formas de energia eólica e solar serão aqui analisados enquanto um projeto de dominação territorial e de acumulação por espoliação, produtor de desigualdades ambientais, gerador de falácias e propaganda em busca de legitimidade para obter ganhos de rendimento, respondendo à crise estrutural de sobreacumulação de capital.

Na dinâmica do capitalismo brasileiro, promotor de desigualdades ambientais, acompanhamos o aprofundamento de sua inserção ao mercado internacional globalizado como fornecedor de matérias-primas, *commodities* e recursos naturais, intensificando, assim, os conflitos entre as diversas formas de vida e apropriação da natureza.

Com a intensificação do capitalismo no campo cearense, o caráter da chamada modernização ganha outra conotação, por meio da imposição do modelo produtivo do agrohidronegócio e pela territorialização das grandes empresas de capital, configurando, assim, até os dias atuais, a reestruturação econômica e territorial do Ceará a partir da “multiplicação de políticas públicas direcionadas a tornar o Estado viável à produção e ao consumo globalizados” (Elias, 2005; Cavalcante, 2020, p.26).

O Estado, a partir de consecutivos governos, atuou como um dos principais dinamizadores, promotores e agentes produtores do espaço cearense para a expansão, desenvolvimento e territorialização do agrohidronegócio no Ceará. O ponto de partida dessa reestruturação produtiva e de ocupação do território cearense se dá ainda no marco da redemocratização do país, tendo no Ceará a ascensão de um projeto empresarial que se apresentou no cenário político como “Governo das Mudanças”, sob a gestão do empresário Tasso Jereissati no ano de 1987. Diga-se que Jereissati é o segundo maior engarrafador de produtos da Coca-Cola no Brasil e um dos vinte maiores do mundo (O Joio e O Trigo, 2017) e um dos primeiros a investir no desenvolvimento do agronegócio do coco no Ceará.

Aplicando um projeto de desenvolvimento segundo os ditames da receita neoliberal em curso, o governo do Ceará, nessa nova fase, passa a privilegiar e organizar suas ações a partir de três eixos prioritários, considerados indispensáveis ao desenvolvimento econômico, segundo Cavalcante (2000), voltados para: “promoção e incentivo ao turismo de massa, atração e interiorização de indústrias e instalação de infraestrutura de apoio ao agronegócio”.

No campo cearense, a partir desse período, percebem-se mudanças consideráveis no perfil da agropecuária e também nas relações sociais de produção existentes no meio rural e até então predominantes. Esse novo contexto agrícola, sob o domínio das empresas de capital externo, incentivo e financiamento do Estado, abrem margem e condições para que, por meio do agrohidronegócio aconteça a territorialização do grande capital no campo, expandindo, assim, a agricultura capitalista.

O uso corporativo do território (Cavalcante, 2020), a partir das empresas aqui instaladas nas últimas décadas, é determinante por ocasionar e redefinir a dinâmica territorial no Ceará, e, por outro lado, por subjugar e ampliar a desarticulação da “agricultura camponesa, a exploração do trabalhador e da natureza, a concentração hídrica e fundiária, a injustiça e vulnerabilidade socioambiental” (*idem*, p.24).

Vale salientar que até meados dos anos 1980, a economia agrícola no Ceará se utilizava ainda de técnicas tradicionais e rudimentares, sem tantas inovações no campo técnico e científico. Baseada na pecuária extensiva da criação de bovinos, ovinos e caprinos, na agricultura de subsistência e autoconsumo de feijão, milho, mandioca e alguns tubérculos, do extrativismo vegetal, por meio da castanha de caju, cera de carnaúba e do coco seco, complementava essa produção com cultivos de cana-de-açúcar (para aguardente e rapadura), do algodão em escala mais familiar, algumas manchas de plantio de arroz nas áreas mais baixas e úmidas, o café nas regiões serranas e o cultivo de algumas frutas, principalmente nos quintais, pomares e alguns pequenos plantios em escala ainda muito baixa.

Será, por meio do Estado, com a proposta de reorganização do setor agrícola e, conseqüentemente, da implementação de uma agricultura de caráter empresarial, que adquire força nas terras cearenses a produção em escala e quase que exclusivamente para atender ao mercado externo,

Através da implementação de políticas públicas específicas para o setor, da construção de infraestruturas hídricas e de transportes, da concessão de financiamentos e incentivos fiscais, do fornecimento de pesquisa, extensão e qualificação profissional, da criação e atuação de vários órgãos e secretarias, da atração e/ou aparelhamento de grandes empresas no campo, entre outros (Cavalcante, 2020, p.27).

Por outro lado, a situação de grande parte do campesinato é alterada substancialmente, fica à margem do processo chamado de "modernização". O capital demandava grandes extensões de terras, água e políticas públicas para sua plena expansão e territorialização, principalmente nas regiões propícias à produção em larga escala e fusão/concentração de capital, passando, assim, a ditar seu conjunto de regras e imposições.

Nos dias atuais, mesmo no sertão, encontramos territórios disputados por empresas de mineração, de energia eólica e, mais recentemente, das energias fotovoltaicas. Empresas hegemônicas, detentoras de grandes extensões de terras e reservatórios d'água, controlam quantidades expressivas de unidades produtivas e mobilizam capitais, matérias-primas e contingentes de trabalhadores.

É por meio da implantação de perímetros irrigados (públicos e privados) que alguns desses agentes hegemônicos (externos, em sua maioria) tomam posse e detêm a propriedade de vastas extensões de terras no Ceará para implantar a agricultura de caráter empresarial nos moldes do agrohidronegócio.

Dentre os principais cultivos que foram contagiados pela racionalidade capitalista e que passaram a ser produzidos sob os moldes do agronegócio, destacam-se o incremento e a dinamização das atividades da fruticultura (com foco na produção de frutas como melão, banana, caju/castanha, coco, melancia e mamão, entre outras), da pecuária bovina (especialmente a leiteira), da avicultura industrial (aves de corte e ovos), da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e da floricultura (sobre tudo rosas) (Cavalcante, 2020, p.24).

O Ceará se destaca entre um dos principais produtores e exportadores de frutas tropicais do país, seja em forma de fruta fresca e seca, seja processada (sucos e polpas), aparecendo também como um grande produtor de castanha de caju, melão, maracujá, coco, banana, mamão, melancia e acerola, assumindo um significativo destaque nacional no cultivo dessas frutas. Um elemento contraditório a tal constatação diz respeito ao fato de parte dos camponeses não conseguirem ter acesso à água para a produção em pequena escala e no âmbito da agricultura familiar, ao tempo em que as grandes empresas "exportam" centenas de milhares de

litros de água por meio das frutas frescas e de outros produtos *in natura*. A cada ano, temos acompanhado o aumento significativo dos conflitos entre camponeses e empresas em torno do controle e do acesso à água e suas fontes.

Tendo o seu dinamismo econômico sob égide dos grandes grupos empresariais e com aval do Estado, o Ceará, enquanto uma fração do espaço mundial, insere sua produção nos circuitos globalizados da produção e do consumo, possibilitando, assim, a reprodução ampliada do capital. A seguir, destaco algumas das empresas de grande capital espalhadas por todo o estado que se apossaram de centenas de hectares de terras e agem de forma hegemônica controlando uma etapa do circuito espacial de produção:

Agrícola Famosa, Itaueira, Del Monte Fresh Fruit, Frutacor, Meripobo, Banesa/Tropical Nordeste, JS Tropical/PTLA, WG Fruticultura, Melão Doçura, Mata Fresca, Sítio Barreiras, Brazil Melon, Terra Santa, Agrocoura, UGBP, Fruticultura Frota e Frutobras (melão, banana, melancia, mamão e manga); Amway Nutrilite (acerola); Cione, Iracema, Resibras, Cascaju, Usibrás e Amêndoas do Brasil (castanha de caju); Ducoco, Paragro, Adel Coco, Unique e Cohibra (coco e derivados); Betânia, Maranguape e Jaguaribe (leite e derivados); Cialne, Regina, Avine, Emape e Tijuca (frangos e ovos); Compescal/CELM, Artemisa/Aquacrusta, Cina, Seafarme Bomar (camarão e pescados); Jandaia/Sucos do Brasil e Maguary/Ebba (suco de frutas); Sucus Brasil, Frutã, Pomar da Fruta e Frute (polpa de frutas); Cearosa, Reijers, Flora Fogaça, SwarteCBC (flores); Ypióca, Sapupara e Colonial (aguardente de cana); Syngenta, Faedoe Ibernion (sementes); Esperança, Nectar Florale Floema (mel) (Cavalcante, 2020, p.31).

Visto que as empresas se apropriam e controlam o território a partir da propriedade privada da terra, há uma reconfiguração da dinâmica produtiva local, a qual, em sua maioria, está sob o controle e posse de comunidades camponesas que passam a sofrer pressões e ameaças de expropriação de seu território, alterando, assim, as relações produtivas e sociais no espaço, como as formas de produzir do mundo camponês passam a sofrer alterações significativas.

A oligopolização do espaço agrário e, com isso, a monopolização da produção garantem que essas empresas acirrem o processo de concentração fundiária, o que se intensifica quando se apossam, como "modernos" grileiros, de áreas de domínio público. Tal é o quadro onde se observa o acirramento dos conflitos cuja intenção empresarial é expropriar e expulsar o campesinato de seu território. A conflitualidade é, portanto, inerente ao agrohidronegócio enquanto um modelo essencialmente capitalista de produção, sendo, pois, uma condição para destruição do campesinato. Segundo Fernandes (2013),

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta (Fernandes, 2013, p.216).

O acirramento dos conflitos em territórios tradicionais do campesinato, das comunidades quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos e pescadores na Zona Costeira e em todo o Ceará ocorre por meio de agentes do capital e do Estado que promulgam projetos e publicitam discursos sobre energias renováveis, economia verde, mercado de carbono, pagamento de serviços ambientais, arrendamentos e similares, hidrogênio verde, desenvolvimento sustentável, entre outros termos do vocabulário corrente.

A burguesia transnacionalizada, organizada em corporações e com legitimidade no Estado, dissemina discursos e práticas sobre a subordinação da questão ambiental ao mercado, mediador e fiador. No caso desta pesquisa, observa-se uma ofensiva e um lastro de destruição sobre os bens comuns ainda conservados na Zona Costeira e também pelos demais territórios no Ceará. A capacidade flexível do capital financeiro potencializa e organiza a destruição ambiental nos territórios camponeses, contribuindo para consolidar sua hegemonia no processo de financeirização e expansão global.

Constata-se, também, seja em parte da esquerda partidária e intelectual e na academia, a adesão às teses do mercado e do “agro”, aqui podendo destacar autores como Zander Navarro e Chico Graziano, que defendem esse projeto nefasto e são porta vozes dentro da intelectualidade acadêmica. O discurso da sustentabilidade, analisado a partir dessa lógica, reflete uma forma que possibilita uma aparência para que o capitalismo controle largos e pujantes territórios de bens naturais e biodiversidade, por meio de arrendamentos, expropriações, parcerias, contratos de fornecimento de energia e serviços ambientais ou ecossistêmicos.

O capital financeiro no campo, produtor de *commodities* agrícolas, minerais e de frutas para exportação no Ceará, na busca por ampliar sua acumulação, procura otimizar seus lucros ao incrementar investimentos por meio das grandes empresas multinacionais, a partir de estratégias de negócios nos setores agroalimentar,

mineral e energético em larga escala, por meio da espoliação, grilagem e/ou arrendamento de terra, praticamente em todas as regiões do estado.

Para um exame mais detido dos enormes impactos da fruticultura, com intensivo e criminoso uso de agrotóxicos, nossa pesquisa busca subsídios, junto ao largo repertório de estudos do Núcleo Tramas na Universidade Federal do Ceará – UFC, cujo foco são "as inter-relações entre Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde, abordadas numa perspectiva crítica, especialmente às formas de expressão do capital no Nordeste do Brasil, no Ceará".

A concentração de renda e da riqueza por essas empresas no campo vem se concretizando com mais intensidade, quando comparado ao período colonial, tendo hoje o apoio massivo das políticas públicas governamentais, a partir, principalmente, do final dos anos 1990, no governo FHC, continuando após o ano 2002 nos governos petistas Lula e Dilma, passando por Temer (2016-2018), de 2019 até o final do ano de 2022 com o governo Bolsonaro. São negócios que caminham lado-a-lado com a política de governo, que é:

Ancorada no irrevogável suporte político, nos vastos financiamentos, nas políticas públicas, nas obras de infraestruturas, reformulações das leis ambientais, trabalhistas e sanitárias, associada a uma política agrária favorável de retorno à expansão dos latifúndios e na (re)concentração fundiária (Cavalcante, 2020, p.32).

O Estado se comporta sempre como protagonista, plenejador e articulador para a inserção do agrohidronegócio no campo cearense, precisa sempre dispor de meios e políticas públicas para viabilizar seu desenvolvimento, ao mesmo tempo, garantindo como algo não pontual, que não pode e nem deve ser paralisado, sempre possa ter continuidade com os governos subsequentes.

2.2 Territórios de lutas e resistência no Ceará

O processo de ocupação colonial foi caracterizado pelo regime de Sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores que, conjugados, deram origem ao latifúndio, o que explica a ocupação do espaço agrário brasileiro, excluindo do acesso à terra os que não tinham nenhuma ligação com a Coroa portuguesa e os negócios metropolitanos. Os povos originários seriam expulsos de seus territórios, dizimados pelas doenças trazidas pelos europeus, escravizados e incorporados à

implantação da empresa açucareira, além dos processos de aldeamento e catequese, e outras formas de etnocídio.

Sobre os aldeamentos e a catequese, destaco o estudo de Eduardo Hoornaert, *Formação do Catolicismo Brasileiro* (1974), para quem:

Para nós é claro que o erro fundamental dos missionários do passado foi o de não se interessarem pela cultura dos índios. Eles pensavam em salvar vidas, defender a 'liberdade', mas não tiveram a devida atenção diante de uma forma sutil de dominação: a dominação pela cultura [...] Temos a impressão que esta falta de abertura diante das culturas indígenas foi a verdadeira causa da decadência dos aldeamentos (Hoornaert, 1974, p. 69).

Ainda sobre os Aldeamentos, o estudo de Sylvia Porto Alegre, *Rompendo o silêncio: por uma revisão do "desaparecimento" dos povos indígenas*, aporta novas e incisivas questões:

Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras indígenas é definitivamente expropriada. Esse longo processo se expressa na prática com o argumento recorrente do "desaparecimento" do índio, conceito vago e ambíguo, que surge no discurso dos contemporâneos, para dar conta da desorganização das sociedades indígenas e justificar a expropriação de suas terras. A cobiça pelas terras indígenas encontrava um instrumento perfeito na legislação que regulamentava a propriedade da terra no Brasil, a qual determinava que os índios em contato com a população nacional perdiam o direito às terras que habitavam. A documentação dos arquivos provinciais é farta em cartas e relatórios ao governo central que passam a negar sistematicamente a existência de índios, com o intuito de apoderar-se do que resta de suas terras [...]. Gradativamente, o discurso do "desaparecimento" é absorvido pela historiografia, para descrever qualquer transformação decorrente do contato e da integração das sociedades indígenas, tornando-se um conceito vago e impreciso, mas de grande aceitação (Porto Alegre, 1993, p. 3).

À medida que os colonizadores avançam no território nordestino, recrutam mão de obra e escravizam os povos negros sequestrados do Continente Africano como mercadoria para o trabalho na lavoura açucareira.

A concentração da terra na região sempre foi e permanece como elemento de poder e afirmação de uma classe, antes oligarquia latifundiária, nos dias atuais, metamorfoseada numa burguesia de características empresarial e de representação de grupos e empresas de capital internacional. A fazenda e a empresa multinacional tornaram-se sua unidade de hegemonia, de afirmação de poder e núcleo dinâmico das relações sociais no campo. A implantação, na década de 1990, das políticas neoliberais consolida uma 'tríplice aliança' entre latifúndio moderno, as multinacionais e o Estado, criando as condições favoráveis para a territorialização do agronegócio fruticultor quando da região supracitada. Tudo isso afirma o caráter e um estágio do desenvolvimento do capitalismo no campo, capaz de eliminar

outras formas de existências, relações de produção que possam ser empecilhos ao seu projeto (Silva, 2011, p. 19).

A modernização agrícola, nos anos de 1980, significou, em grande parte, ganhos na produtividade da terra e do trabalho, ocupação de novas terras, com uso ou adoção de insumos e métodos modernos.

As políticas modernizantes na agricultura cearense instituídas durante o golpe militar viabilizaram as mudanças nas relações de trabalho no sertão do Ceará, na medida em que possibilitavam o cercamento das terras, quebrando a antiga forma de apropriação que permitia o pastejo dos gados nas terras soltas; a instalação de uma infraestrutura interna às propriedades, de maneira a garantir-lhes os recursos, principalmente de água, importantes à sua sustentabilidade, além da introdução de mudanças na base técnica da produção, como a adoção do arado à tração animal e, mais recentemente, do trator e de diversos insumos agrícolas (Joca, 1994, p. 91).

No caso do Ceará, a consolidação do latifúndio sempre se dá em relação aos grandes proprietários de terra e bens de capital com o poder, como se vê no fenômeno do coronelismo. O poder desses sujeitos (em sua maioria homens) transcendia e transcende seus próprios domínios da terra e subjugam os que dele se cercam, seja pela força das armas (militar), mas também pela dependência econômica e política. “O patrão era o intermediário nesse tipo de relação entre as pessoas do campo e do mundo lá fora, assim como o responsável para resolver os conflitos de manter a dependência e reproduzir poder pela força e pela ideologia” (Silva, 2018, p.32).

A abolição da escravatura e o advento da República são também a condição de surgimento do senhor de engenho e de terras, o coronel, chefe político que passaria a transformar voto em mercadoria, o conhecido curral eleitoral, voto de cabresto. Esse sujeito foi o vetor dos enfrentamentos contra as ações dos movimentos messiânicos, a luta do sindicalismo rural por meio da ação de jagunços e pistoleiros no meio rural. O coronelismo marca a história do Ceará como uma relação de dominação exercida pelos grandes latifundiários detentores de grandes e médias propriedades, caracterizando, pois, uma forma de mediação tradicional e conservadora no sentido de manter a dependência dos camponeses.

Na política de dominação tradicional no sertão, os proprietários rurais eram, de fato, único elo de ligação entre os camponeses e o ‘mundo político, entre os camponeses e o ‘mundo econômico’ ou entre os camponeses e o ‘mundo das leis’. Nessa mediação, a reprodução da dominação dos proprietários baseia-se no esforço construído da renovação de dependência dos camponeses travestida essa de respeito e gratidão, proteção ou em última instância relação de pai e filho (Barreira, 1992, p.18).

Já na região da Zona Costeira, a expropriação da terra se dava pela produção de documentos falsos a partir do interesse da especulação imobiliária.

Na época os invasores[...] apareceram tomando nossa terra. Aí apareceu um cara, um europeu[...] dizia que comprou um terreno que extrema com essa nossa.[...] claro já era cobiçando nossa terra, pelas praias[...] a senhora me dê seu papel pra eu ver se a minha terra confina com a sua. Ela entregou o papel e le levou e não entregou mais.[...] nunca conseguiram retornar at erra (McCabe, 2015; Silva, 2018, p.32).

É praticamente impossível discorrer sobre a questão agrária no Ceará sem relacionar ao tema da concentração da terra e do poder como traços marcantes no meio rural, seja nas relações produtivas ou nas relações sociais, resultantes da estrutura fundiária concentrada do país. Do mesmo modo, é difícil descrever a dimensão dos 34 anos de história e memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Ceará sem recorrer às raízes das lutas de seus antepassados, suas diversas formas de resistência e a não aceitação de serem colonizados por seus opressores. Tal trajetória é estudada do ponto de vista de sua constituição, bem como sobre sua historicidade, espacialização e territorialização¹ das lutas pela terra no Ceará.

A primeira investida colonial na capitania do Siará Grande ocorre em 1535 quando a Coroa Portuguesa doa a Antônio Cardoso de Barros o direito de explorar as terras. Segundo relatos historiográficos, ele não conseguiu sequer visitar e se instalar por estas bandas, acabando por perder os direitos. Em 1603, uma expedição comandada por Pero Coelho de Sousa e pelos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira tinha como objetivo colonizar as terras que ficavam ao Norte indo até o que é hoje o estado do Maranhão, expulsando outros "invasores" e tentando dominar os nativos que conseguiam capturar.

Relatos do período afirmam que a expedição não logrou êxito. Em seguida, retornam ao Siará e buscam erguer um forte nas margens do rio (hoje rio Ceará), onde encontraram a resistência dos nativos, que os fizeram bater em retirada para a região do Rio Jaguaribe e, posteriormente, para o território que é hoje o estado do Rio Grande do Norte.

¹ Termo relacionado a formas de organização e reorganização social, modos distintos de percepção, ordenamento, reordenamento em relações com o espaço. No MST, expressa-se quando se realiza uma ocupação e na conquista do assentamento, no trabalho de formação e organização do Movimento na espacialização da luta pela terra, por reforma agrária e transformação social. Hoje, o MST está organizado em 24 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal.

Uma versão da crônica histórica, baseada em datas, fatos e personagens do registro oficial, é hoje alargada com estudos de proa na história, na geografia e na antropologia, entre outros campos de pesquisa. De acordo com a antropóloga Sylvia Porto Alegre, em seu *Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: Origens do Trabalho livre no Ceará Colonial*: "até meados do século XVII, a capitania do Seara Grande permaneceu quase despovoada de europeus, contando com a presença esporádica de "piratas", sobretudo holandeses e franceses que extraíam do litoral a madeira, âmbar, pimenta, algodão nativo e animais (Porto Alegre, 1993, p. 2).

De acordo com Albuquerque (2002), em *Seará indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*, as áreas que correspondem atualmente aos sertões dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte foram ocupadas por fazendeiros estrangeiros, enquanto o Ceará, "somente nos fins do séc. XVII e inícios do XVIII, é que passou a integrar-se, efetivamente, aos interesses do mercantilismo europeu" (Albuquerque, 2002, p. 70).

Conforme Dantas, em *Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um esboço histórico* (1992), atento à distribuição geográfica dos povos no território, observa que "no sertão, ao norte do São Francisco, a diversidade de designações étnicas é ainda maior. [...] registram-se a presença, junto aos Kariri, dos Ikó, Payaku, Kanindé, Janduí, Inhamum, Calabaça e Xukuru" (Dantas, 1992, p. 432). Nas vertentes da Serra da Ibiapaba, o território era "dominado pelo grupo Tupi dos Tabajara, vamos encontrar referências aos Karatiú, Reriú e Anacé" (Dantas, 1992, p. 433) e o território da costa litorânea era dominado "pelo numeroso povo Tremembé" (Dantas, 1992, p. 433).

O estudode Ana Maria de Albuquerque, *Território de Resistência: O estado do Ceará//Brasil no Século XVIII*, com base em Sylvia Porto Alegre (1993) e Alex Ratts (1998), *Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas do Ceará*, assevera que:

Podemos concluir, portanto, que apesar do esvaziamento progressivo das aldeias, uma parte dos índios do Nordeste conseguiu permanecer no seu local de origem. A perda de visibilidade, o chamado 'desaparecimento', guarda uma relação direta com a emergência da categoria denominada "caboclo" produto da dinâmica cultural do contato. Buscando formas variadas de preservar sua unidade, os povos indígenas remanescentes na região valeram-se da dinâmica da cultura de contato para sobreviver (Porto Alegre, 1993, p. 216).

E complementa sua afirmação recorrendo ao *Dossiê: denúncia sobre a situação territorial dos povos indígenas no Ceará*, do CDPDH– Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (2015, p. 9):

No início da década de 80, a partir da organização política dos Povos Tapeba e Tremembé de Almofala, inicialmente, e dos Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, posteriormente, assistimos a uma crescente mobilização comunitária baseada nas emergências de reivindicações étnicas no Ceará. (CDPDH, 2015, p. 9).

A partir da década de 1990, o processo atingiu diversos grupos no sertão do Ceará, onde existem fortes organizações do movimento indígena nos municípios de Crateús, Poranga, Monsenhor Tabosa, Quiterianópolis, Tamboril, Novo Oriente, entre outros.

Esse processo de mobilização política em torno da identidade étnica “resultou na organização de vários povos indígenas na luta pela garantia de seus direitos constitucionais” (CDPDH, 2015, p. 9). Deve-se referir também, nesta discussão, o estudo de grande valia de Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão no Nordeste do Brasil, 1650-1720*.

Uma dimensão que ganha relevo em várias pesquisas mais recentes, acerca do período colonial, aborda a resistência dos povos originários ao sistema colonial, e, em específico, os embates com os proprietários de fazendas de gado, contraditando a ênfase corrente quanto à colonização tardia, se comparados a Pernambuco e Bahia. A pesquisa do arquiteto Clovis Jucá Neto, em *Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial* (2007), assim aponta a questão:

A expressão da reduzida importância cearense no contexto da definitiva ocupação do território brasileiro revela-se por meio da pequena inversão de técnica e capital no processo de adequação do seu espaço territorial e de suas vilas às normas urbanísticas provenientes de Lisboa. Não havia razão para maiores investimentos tecnológico na Capitania, fossem relativos à sua defesa, fossem relativos à instalação de suas vilas (Jucá Neto, 2007, p. 4).

Somente no ano de 1726, nasce, ao redor do forte, a Vila Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, que veio a se tornar, mais tarde, a capital do Ceará. O Siará foi colonizado a partir das fazendas destinadas à criação extensiva de gado, fazendo surgir o assentamento de vilas em torno dos currais, os quais ocupando do sertão para o litoral, marcam o processo de formação territorial. A ocupação do semiárido

deu-se mediante a apropriação de grandes extensões de terras, para a instalação das grandes propriedades destinadas à criação de gado (Diniz, 2009, p. 40).

As teses que afirmam o processo de ocupação tardio e um suposto desinteresse do colonizador, como se dando pelo fato de a terra e os fatores climáticos serem impróprios ao plantio da cana-de-açúcar, são questionadas em vários estudos de diversas áreas, como se demonstra aqui. O estudo de Antônio Carlos Robert Moraes, *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*, assim expõe a questão:

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento (Moraes, 2009, p. 90).

As diversas etnias indígenas, em maioria nômades, deslocavam-se do sertão para as regiões litorâneas e margens dos rios, para realizar a caça, a pesca, a colheita do caju (alimento e bebida) e da carnaúba, o que garantia o fornecimento da palha para o abrigo (cobertura da casa e do corpo – vestes cerimoniais) e dos objetos da lida e do uso cotidiano (urus, cestos, balaios, esteiras e demais utensílios para guardar provisão para si ou para os animais). Nas margens dos rios e no litoral, era onde se dava a fase mais aguda de resistência e enfrentamento aos invasores. Segundo Silva (2011), foi às margens dos rios, em especial do rio Jaguaribe, que ocorreu um dos maiores enfrentamentos, configurando uma história da prática de genocídio e etnocídio:

O rio Jaguaribe era a principal via de penetração do litoral para o sertão, os portugueses enviaram para lá barcos, armas, homens, munições, padres e outros índios. Foi no fortim de São Lourenço², na embocadura do rio, que se tem registro de uma das batalhas entre nativos e colonizadores na região. As invasões iam crescendo de tamanho, cresciam também as lutas em defesa tanto do rio como do território pelos nativos que ali viviam, pois, alguns se entregaram, outros se aliaram ao inimigo, outros fugiam e muitos se suicidavam, contudo, a mais comum das resistências era atacar e enfrentar o inimigo diretamente (Silva, 2011, p. 29).

A criação do gado, pelos colonizadores, exigia muita terra, necessitando, pois, “limpar o terreno”, retirando quem ali habitava para territorilizar-se; para isso, a estratégia é massacrar, expropriar, expulsar, escravizar; entretanto, não sem

² Constituiu-se, certamente, em um simples “entrincheiramento paliçado de campanha, em faxina e terra, com a função de proteção contra-ataques indígenas” (Barretto, 1958, p.83). Fortificação iniciada em 10 de agosto de 1603. Localizava-se à margem esquerda da foz do Rio Jaguaribe, local conhecido como Passagem das Pedras, no litoral do atual estado do Ceará. Hoje, é a cidade de Fortim, no Ceará.

resistência e luta. Povos, como os Canindé e Jenipapo, viviam às margens de algumas das principais Bacias Hidrográficas, entre elas: Choró, Pacoti, Banabuiú, Quixeramobim. Os Tabajaras, na Serra da Ibiapaba, e os Acongauçu, no Rio Acaraú, tiveram seus territórios expropriados, e aos poucos, foram sendo dizimados ou tomados como escravos:

Os primeiros conflitos agrários no território do Ceará ocorreram com os índios Paioku, Íkos, Jandauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos sertões do Ceará, no século XVII. As batalhas da Confederação dos Kariris, de 1683 a 1713, envolveram os índios dos estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, que se organizaram e enfrentaram o conquistador português. A Confederação dos Kariris tinha como objetivo a reterritorialização das terras indígenas (Diniz; Alencar, 2010, p.2).

A Confederação dos Cariris ou Tapuias, entre as mais conhecidas, simboliza a luta de resistência contra os interesses do projeto dos colonizadores, os embates duraram mais de 30 anos, ficando conhecida como a “Guerra dos Bárbaros³. A intensidade dessas lutas fizeram com que o Governador-Geral requisitasse tropas de bandeirantes de São Paulo para conter as lutas desses povos que, cada vez mais, se juntavam a outras etnias, principalmente aquelas que viviam às margens do Rio Jaguaribe, atacando sempre em grupos, sendo uma das principais táticas, a matança do gado nas fazendas.

A vila de Aquiraz foi atacada pelos nativos com o objetivo de não permitir a expansão da criação de gado e a expropriação pelos donatários de seus territórios. Segundo Lima (1997, p.48), “a guerra foi tão árdua que chegou a ameaçar o próprio domínio português, levando o Rei de Portugal e o Governador-Geral do Brasil a determinar providências que garantissem a proteção aos colonizadores”.

Considerados como empecilhos para a expansão produtivista, a ordem determinada pela Coroa foi o extermínio dos povos nativos. Dezenas de aldeias

³ Conflito entre Tapuias e colonos no interior do Nordeste, fins do século XVII e início do XVIII (1651-1704). De origem Tupi, a denominação Tapuia se referia a grupos que não possuíam uma unidade linguística e cultural, distinguindo-se por serem inimigos dos Tupis. Parte dos Tapuias se radicaram no interior, antes da chegada dos portugueses, enquanto o litoral estava sob o controle dos Tupis. (...) A Guerra dos Bárbaros foi o confronto entre os luso-brasileiros e as comunidades tapuias; momento da expansão colonial em direção ao interior do Nordeste. A ocupação, da Bahia ao Maranhão, ganhou força a partir do período Filipino e se intensificou depois da ocupação holandesa. A guerra movida contra os Tapuias do sertão envolvia a expansão da pecuária e a distribuição de Sesmarias na região, considerando a instabilidade do setor açucareiro e a descoberta das minas que incentivaram a criação de gado (...). *Dicionário do Brasil Colonial* (1500-1808). Dir. Ronaldo Vainfas. Ed Objetiva, RJ, p. 269. Ver também PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec/EdUSP, 2002.

foram destruídas, homens, mulheres e crianças massacradas a “ferro e fogo”, quem sobreviveu foi aldeado pelos jesuítas, submetidos à escravidão ou expelidos para fora das zonas de criação do gado.

A ocupação e territorialização do capital nos Sertões do Ceará ocorre por meio da expropriação e do genocídio dos povos originários como condição do modelo capitalista de agricultura imposto pelos europeus se apropriando das terras nas áreas perenizadas dos rios no Ceará. Segundo Capistrano de Abreu, a formação e colonização se deu a partir dos *sertões-de dentro* e dos *sertões-de-fora*, tendo a pecuária bovina extensiva como responsável pelo processo de expansão territorial. A agricultura, inicialmente, apesar de expressão reduzida para impulsionar o processo de interesse dos invasores, constituiu uma atividade de subsistência, fundamental à fixação na terra.

A luta pela terra no Ceará é também marcada pela forte resistência das quinze etnias indígenas, entre elas: Tremembé, Kanindé, Kalabaça, Tapeba, Tupinambá, Potiguara, Tabajara, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, entre outras, com mais de 56 mil índios que lutam pela demarcação de seus territórios e resistem ao enfrentamento contra os atuais colonizadores.

Nas últimas décadas do século XVIII, o Ceará se incorpora definitivamente ao mercado colonial por meio do tráfico negreiro com a introdução da mão de obra africana, escravizada, no processo de produção. Segundo Eurípedes Funes (2004, p.106), “a raça negra sempre teve seu lugar na história do Ceará, não só do ponto de vista demográfico, mas como uma raça que constituiu o universo de trabalhadores livres, ao lado do nativo, mas, também, o mundo dos cativos”. A necessidade de intensificar o tráfico da mão de obra africana ocorre no auge do cultivo do algodão. A maioria dos trabalhadores escravizados em terras cearenses se destinava às áreas mais produtivas da província. Assim, por volta de 1808, tínhamos em,

Aracati, 1.102 escravos; São Bernardo, 943; Icó, 1507; Crato, 1.091; São João do Príncipe (Tauá), 1.856; Sobral, 2.978 e Campo Maior, 1.270. Em 1819, a população escrava alcançara 28% da população do Estado, percentual que decresceu nos anos posteriores, chegando a 4,4% em 1883-1884, no período da libertação (Funes, 2004, p.110).

Entre os anos de 1872-1873, segundo dados da Revista do Instituto do Ceará, as áreas de pecuária e agricultura concentravam o maior número de escravizados, tendo à época 26 municípios com número superior a 500 cativos em

seu território. Uma parte trabalhava na cidade, explorados na composição da renda das famílias de posses “como escravo de aluguel, de ganho e até como prostitutas”; outros eram destinados aos serviços mais especializados como o de pedreiro, marceneiro, alfaiate e sapateiro.

Na década de 1840, os proprietários de terras do Ceará participam intensamente do tráfico interprovincial, em face do avanço do cultivo da cotonicultura; entretanto, se diminuem os negócios do tráfico diretamente com a rota internacional, que deve ser contextualizado, inclusive para contraditar as visões conservadoras sobre os “bons senhores” de escravos no Ceará, ou como afirma Eurípedes Funes:

Isso não minimiza o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos. O fator de ser, ou ter, escravo já é por si uma prática aviltante ao direito e à cidadania (Funes, 2004, p.108).

Submetidos às imposições dos senhores e do regime, os escravizados buscaram construir diversos espaços, visando avicejar o espírito de comunidade e também almejando autonomia, liberdade e direitos. No Ceará, assim como em outras regiões do Brasil, a busca por liberdade se deu com as fugas, rebeliões e lutas, demonstrando a insubmissão e a revolta ante o regime.

É necessário não esquecer a sua condição humana [...] eram passíveis de paixão, ódio, desejo, compreensão e capazes de entender o momento de agir contra a condição de escravo, negociar, ter relações explícitas, ou não, contra a ordem escravista [...] buscavam a constituição de determinados espaços e a conquista de momentos de autonomia, momentos estes expressos na ‘brecha camponesa’, na constituição da família e no lazer (Funes, 2004, p.117-118).

O quilombo, como um novo espaço de liberdade, uma alternativa radical de resistência ao regime senhorial, a exemplo de Palmares em Alagoas, configura-se uma forma de negação à ordem senhorial. Registra-se que, na Serra do Pereiro (região do Alto Jaguaribe), várias comunidades foram organizadas por escravizados fugidos de províncias vizinhas. Na Serra Grande (região Norte), os quilombos acolhiam, além dos que fugiam do Ceará, aqueles que escapavam à escravização vindos do Piauí e do Maranhão.

A festejada “abolição da escravatura” na província do Ceará foi oficializada em 24 de março de 1884, em Redenção, tornando-se a primeira província a libertar

os escravizados, recebendo honras de “exemplo nacional, terra da luz, berço da liberdade”. Apesar da fixação da data oficial, 24 de março de 1884, alguns historiadores fixam, como início da abolição, um ano antes, no 1º de janeiro de 1883, na Vila do Acarape, a partir de um ato realizado defronte à Igreja do lugar, quando foram entregues cartas de alforria para 116 escravizados da região, com a participação de alguns abolicionistas, entre os quais, José do Patrocínio, jornalista e escritor abolicionista.

O poder dos coronéis, irmãos siameses do latifúndio, condicionou as normas por eles estabelecidas, com o controle da propriedade sobre o indivíduo, que continua sem direito à terra (primeiro escravo) e a exploração permanece sob outras denominações da sujeição: criado, agregado, afilhado, morador de condição e favor, meeiro, parceleiro, retirante, flagelado das secas, ou seja, além da coerção física (que permanece) há uma coerção ideológica e sem nenhum direito ao camponês.

Foram relegados à exclusão social, sob o jugo da exploração de sua força de trabalho, engrossando a rota da "migração forçada", do desenraizamento na ponta de rua ou nas periferias dos centros urbanos, onde vive mal e habita precariamente⁴. Será o tempo da sujeição como "boia-fria", eufemismo terrível negando a condição humana, da gente trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que se promulga a Lei de Terras de 1850, com o propósito formal do acesso à propriedade da terra àqueles que comprovarem condição de comprá-la, tudo isso conduziu aos poucos à luta entre possuidores e não possuidores dos meios de produção, principalmente da terra. Assim, os conflitos de posseiros, arrendatários, meeiros marcam a história de resistência até os dias atuais. Resultam dessas contradições diversas categorias de trabalhadores no campo. Algumas destas conseguiram se fixar em um pedaço de chão, muitos garantem ainda viver dos foros, da meia, do arrendamento; mas, a grande maioria foi para a cidade que, contudo, não lhe absorve; e uma parte significativa dos camponeses faz a luta pela e na terra, na reconquista do seu território.

Em 18 de setembro de 1850, o imperador Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios e não em pequenas propriedades. A primeira lei agrária do Brasil no pós-

⁴ Hoje, o Ceará possui 72 comunidades remanescentes de quilombos (poucas com suas terras demarcadas e reconhecidas) em 34 municípios. As lutas por liberdade, dos jugos dos senhores e das correntes da opressão ainda se expressam de forma mais abrupta sobre todos e todas.

independência levou sete anos de debates e impasses. Senadores e deputados que deram ao projeto de lei sua versão definitiva eram, em grande parte, senhores de terras. Os debates do período (encontrados no Arquivo do senado) são reveladores dos propósitos dos proprietários de terras.

Reveladora é a posição dos senadores nos referidos debates, pondo obstáculos e impedindo que a Lei beneficiasse os pequenos posseiros; ou seja, os pequenos Nada! O raciocínio sobre a fixação de altos valores para as terras públicas postas à venda é exemplarmente exposto pelo Visconde de Abrantes — “O preço deve ser elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário comprando terras por vil preço”. Ficando inibido de comprar terras, o trabalhador de necessidade tem de oferecer seu trabalho àquele que tiver capitais para as comprar e aproveitar.

O que é fato é que a Lei de 1850 impediu acesso de ex-escravos a terra. Ademais, latifúndio e trabalho escravizado são um único lado da mesma moeda de gente. Não por acaso, o sistema de Sesmarias já estabelecera a escolha pelo latifúndio. Não é acaso também que a Lei de Terras tenha sido posterior à Lei Eusébio de Queiros, a qual, sob pressão dos interesses da Grã-Bretanha, proibiu a entrada de novos escravizados africanos no Brasil. Era a deixa aos latifundiários: a escravidão, por pressões econômicas externas, teria seu fim e suas propriedades corriam o risco de ficar sem mão de obra.

A Lei de Terras eliminaria esse risco. Uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios. Se esse era o debate em 1850, proclamada a República e instaurado o novo regime em 1889, os grandes proprietários de terra, ou seja, a elite agrária permaneceu no comando do Brasil, e nada mudou em relação à concentração fundiária. Se novas regras foram promulgadas, pouco, muito pouco mudou⁵.

Mas é preciso recuar no tempo e observar a conjuntura de 1822, para dimensionar os fatos da dita Independência. A leitura de Marcos Queiroz, em seu ensaio “Delírio de liberdade”, publicado na revista *Serrote* (março/2022), importa ao nosso debate, na medida em que traz à reflexão um dado de grande relevo: “Tem

⁵ WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. [S. l.]: Portal Senado Notícias, 2020.

uma expressão que gosto muito de utilizar, de que o Brasil nasceu para negar o Haiti" (Queiroz, 2022, s. p.). Para o autor, pelo Atlântico passavam os corpos de pessoas africanas escravizadas e os produtos por eles feitos, bases para a Revolução Industrial, impulsionando cada vez mais o tráfico negreiro.

O Haiti estava no centro dessa encruzilhada. Foi palco de uma revolução que tentou criar um governo baseado nos princípios de igualdade e liberdade, ao mesmo tempo que vai intervir no sistema capitalista, negando a *plantation*. Os haitianos indicaram que o mundo devia caminhar para outro lugar, pois do contrário iria destruir povos e territórios (...). Portanto, o Haiti mostrava um outro futuro possível. Em outros termos, o Brasil declara a independência em 1822 em um contexto em que a escravidão estava sendo contestada, desde a Revolução Haitiana, no Atlântico.

Lidar com esse cenário no Brasil era negar o Haiti, carregando uma contradição interna. A grande tarefa dessas elites senhoriais era negar a população negra e, ao mesmo tempo, garantir a independência mantendo a escravidão. Era evitar uma sublevação que não só declarasse a independência, mas também colocasse em risco o sistema escravocrata. Nesse contexto, vemos o crescimento das fugas, de formação de quilombos e as revoltas escravas, como a de Carrancas (1833), dos Malês (1835) de Vassouras (1838).

O discurso da libertação entre as elites era de haver se tornado a escravidão um empecilho, uma ação arcaica para o que se apresentava de modernidade. Muitas foram as "sociedades" surgidas no país e no estado, criadas dentro de um conceito liberal elitista, com espírito libertador e conservador⁶.

O legado de ser o primeiro estado a promulgar a libertação da escravatura não garantiu, de forma alguma, liberdade e garantia de direitos para o povo quilombola.

A fazenda vai dando, aos poucos, lugar para as vilas, distritos, comunidades e cidades como temos atualmente. Ao mesmo tempo em que se dá a criação da Lei de Terras de 1850 com o propósito de permitir o acesso à propriedade da terra àqueles que comprovarem condição de comprá-la, tudo isso conduziu à luta de possuidores e os não possuidores dos meios de produção, principalmente da terra.

⁶ Sociedade das Senhoras Libertadoras, a Sociedade Perseverança e Porvir entre outras. A mais conhecida foi a Sociedade Libertadora Cearense, que depois teve como porta-voz o jornal denominado *O libertador*.

Assim, os conflitos de posseiros, arrendatários, meeiros marcam a história de resistência até os dias atuais.

Resultam dessas contradições diversas categorias de trabalhadores no campo, algumas conseguiram se fixar em um pedaço de chão; muitos garantem ainda viver dos foros, da meia, do arrendamento; mas a grande maioria foi para a cidade que, contudo, não lhe absorve; e uma parte significativa dos camponeses faz a luta pela e na terra, na reconquista do seu território.

2.3 Pai Chico, Chicó, Pai Chicú ou Pachicu: “O melhor lugar do mundo”

O MST, como sabemos, não é o único movimento popular que luta e organiza os assentamentos no país; além dele, vários Assentamentos já existiam anterior à organização do MST no Ceará, como noutros estados. Pela diversidade observada, mesmo na singularidade das experiências do MST, não se pode tratar essa forma organizativa como uma espécie de “modelo” único, hoje temos inúmeras formas e projetos de assentamentos e acampamentos.

A área de reforma agrária, assentamento é território? Sim. É território, território do assentado, do ex-trabalhador rural sem-terra, meeiro, parceiro, morador, território que foi germinado, dialeticamente, no e do espaço que se torna social que envolve relações de poder, um campo de forças (Alencar, 2000, p. 53).

O projeto de Assentamento é um lugar espacial e em construção na qualidade de área de Reforma Agrária, de reorganização do espaço fundiário e resultado de um movimento de lutas e de pressões políticas protagonizadas e organizadas por trabalhadores/a rurais, camponeses/as, posseiros/as, rendeiros/as e, pequenos/as agricultores/as, para ocupação de terras e regularização fundiária. O assentamento é como um

espaço novo em processo de (re)construção a partir do preexistente. É original porque é resultante do conflito de classes sociais pela apropriação de uma parcela do solo. É recente porque obriga o Estado a intervir, a (re)planejar, a modificar e modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação (Martins, 1996, p.129 *apud* Alencar, 2000, p.52).

O assentamento representa o lugar das famílias assentadas, onde vivem o dia a dia, estabelecem novas relações e modos de vida que se expressam com o vaivém da labuta nos roçados, no rio e no mangue, o cuidado com os animais, o pegar da água na cisterna, o forró, as danças e o folclore, as vaquejadas e pegadas de

boi, o banho de córrego e no açude, as prosas em meio ao terreiro no final de tarde ou nas noites. As famílias assentadas no Pachicu apropriaram-se do assentamento, e estas foram ganhando significado pelo uso, pela apropriação.

Para o caso do MST, concebemos os assentamentos como expressão de luta social e política, da materialização do Movimento contra: a expropriação da terra, por meio das ocupações de terra, dos acampamentos, das jornadas de lutas, das mobilizações, vigílias, marchas, entre outras formas, que geram pressão política para que se “atenda” a pauta de reivindicações. “O assentamento-território será um campo de forças, de poder, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade” (Alencar, 2000, p.55). Segundo Carvalho (1999, p. 8), compreende-se o assentamento como:

Um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais [...] é, por um lado, o produto formal de um ato administrativo, este expresso no decreto de desapropriação de uma determinada área rural sob propriedade privada para fins de reforma agrária [...] Por outro lado, e na maioria das vezes na história recente da reforma agrária no país, a criação de um assentamento é produto, também e sobretudo, de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra. Portanto, o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. (Carvalho, 1999, p. 8).

Os assentamentos resultam do pacto territorial funcional do território agrário da “Nova República”, estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Reforma Agrária de 1993, realizadas por meio de atores diversos, com ações isoladas e localizadas, de interesses conflitantes que se transformam em novas territorialidades. São compreendidos e tomados pelo Estado como apenas unidades jurídicas e não como um todo integrado, veem a área reformada de fora para dentro, jamais de dentro para fora. Nesse sentido, para Alencar (2000, p.56), “os assentamentos de reforma agrária são compreendidos apenas como lugares de reivindicações e alguns, poucos, com muita luta conseguem ser espaços rurais”.

Conquistada a terra, iniciam-se outros processos de luta para garantir as condições dignas para se produzir no campo, sobretudo com uma infraestrutura produtiva adequada. A disputa por políticas públicas que garantam a instalação destes assentamentos já é parte considerável das energias gastas nos processos de luta (Dias *et al.*, 2021, p. 27).

Os assentamentos podem ou não se constituir como uma retaguarda social, numa forma de resistência para seguir a luta contra o capital. Tornam-se território e evidenciam uma práxis, incorporando novos elementos no processo de construção de uma nova sociabilidade, novos valores, novas formas de produzir e de outra relação com a natureza que

necessitará de novo sistema produtivo, da incorporação de novas tecnologias, ambos desencadeadores da elaboração das relações sócias de trabalho, que serão (re)elaboradas. Será um espaço de trabalho, da produção, da circulação e do consumo. Terá novos fluxos, fará novas redes com outros assentamentos, com outros mercados. É (será) o lugar do uso onde tem início o vivido, o mítico que, em construção, incorpora a utopia de viver, de ser cidadão (Alencar, 2000, p. 53).

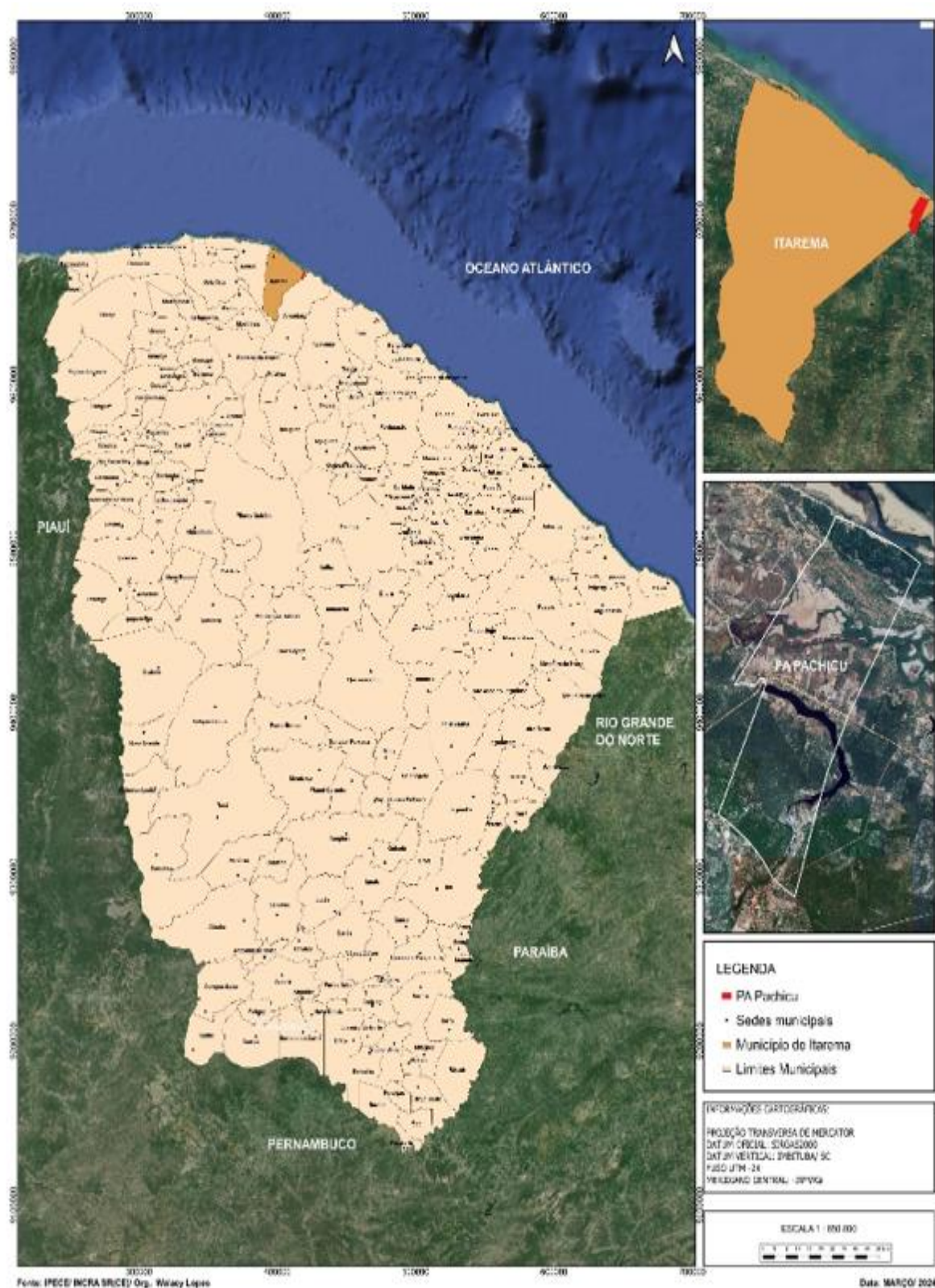
Assim, os assentamentos representam um acúmulo de força social, um espaço que torna a ser definido e delimitado por e a partir de relações de poder, contudo, é justo saber que só se viabilizarão efetivamente num outro modelo de sociedade. A terra passa a ter outra função social, possibilitando que as famílias possam viver com dignidade e sair da condição de pobreza, tornando ali local de moradia, reprodução da vida, de produção e distribuição de renda com

a adoção de princípios e práticas agroecológicos, pois reúnem uma estrutura social agrária com base na unidade familiar, um trabalho agrícola associativo e cooperado. A preocupação ecológico-ambiental passa a ser central. Além da perspectiva agroecológica, os assentamentos são uma resposta concreta as famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas (Dias *et al.*, 2021, p.28-29).

Nesses 28 anos de história do Assentamento Pachicu, é possível afirmar que aquelas famílias se constroem enquanto sujeitos de sua história, como provedores da organização do território e com relativa autonomia; entretanto, não escapam da ação do capital por meio das grandes empresas e indução do Estado, os quais tentam impor seu projeto também sobre os assentamentos, além da ação da monocultura do coco, a apropriação privada dos bens da natureza sob domínio do capital estrangeiro e das grandes empresas. Permanecem nesses territórios processos de convívio social que se fortalecem com as proximidades das moradias

e o formato em agrovilas. No mapa a seguir, podemos verificar a localização do assentamento.

Figura 1 – Localização geral do projeto de Assentamento Pachicu



Fonte: IPECE; INCRA (SR28). Org. Walacy Lopes.

No Assentamento estudado, mantêm-se os espaços de reuniões e organização coletiva na comunidade, o que possibilita as condições de participação na organização e nas questões de caráter político e de relações sociais para dentro e fora do território. Entre tantas outras, a grande função dos assentamentos é produzir alimentos saudáveis e com fartura, eliminando a fome, construindo, assim, a soberania alimentar e a autonomia camponesa. Segundo Alencar (2000, p. 55), o assentamento é compreendido a partir de “uma totalidade concreta e histórica, na qual, conseqüentemente, estão presentes os aspectos econômicos, políticos, culturais, educacionais, de saúde, lazer, natureza, etc.”.

O assentamento é resultado de uma política de Estado, voltada para fixação de parte do campesinato ao campo, entendida como uma conquista e não como uma dádiva ou boa vontade governamental, tem sido, até os dias atuais, fruto de muita pressão, lutas e até de sangue para que atenda a uma pauta de reivindicação histórica. Segundo Bergamasco e Norder (1996 *apud* Lopes, 2012 p.36-37), o termo assentamento.

Apareceu pela primeira vez no vocábulo jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária (Bergamasco; Norder 1996 *apud* Lopes, 2012 p.36-37).

No ato da implantação de um assentamento, consolida-se então uma unidade de produção camponesa e a constituição de outras relações sociais que dão sentido e formação naquele novo espaço composto por:

Um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terras destinadas a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. Os assentamentos feitos no Brasil, nos últimos **quarenta** anos, foram conseguidos após muita luta, muito tempo de acampamento e muitas ocupações de terra. A terra onde se realiza o assentamento normalmente é um latifúndio que foi desapropriado e comprado pelo governo e destinado à utilização dos agricultores. Pode ser também em áreas do próprio governo destinadas a esta finalidade. Os assentamentos organizados a partir da luta do Movimento dos Sem-Terra procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra (Stedile; Gorgen, 1993, p. 84-85).

Os assentamentos como um território em disputa, são apropriados pelas

famílias camponesas assentadas e se materializa na conquista e na luta por sua afirmação, contudo, é justo destacar que ela não se esgota ou termina apenas com a conquista da terra. É um lugar especial, espaço em construção, espaço que não quer ser somente local de produção, circulação, troca, quer muito mais: quer ser também o local do poder real, quer ser território (Alencar, 2000, p.50). Essa materialização se desdobra em aspectos organizativos, novas relações e, no plano econômico, há a necessidade da conquista de créditos, infraestruturas e demais condições para viabilizar a produção e suas derivações, além dos aspectos sociais, como escola, posto de saúde, saneamento, espaços de lazer e cultura, entre outros.

O assentamento representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia-a-dia, tem seu modo de vida, como o vaivém da labuta nos roçados, os cuidados com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa “fiada” do compadre e da comadre à “boquinha” da noite, enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação (Alencar, 2000, p. 51).

O assentamento torna-se um novo espaço, resultante do conflito de classes sociais por parcelas do solo, ocupado por seres humanos em ação e que se objetiva pelo trabalho e pelas questões subjetivas que se dão nos embates de ideias e de projetos. Esse espaço necessita e exige outro tipo de intervenção que passa, sob a coordenação dos movimentos populares, da incorporação de novas tecnologias que expressem um novo sistema produtivo.

Terra com marcas da resistência de nossos ancestrais, onde guardam muitas memórias e histórias de lutas e resistências, marcadas até hoje pelos traços nos rostos e pela relação com a terra e demais bens da natureza e do modo de vida.

Pai Chico, pai Chicó, pai Chicú, “era uma terra indígena e o pai da tribo era Pai Chicó. Era pai, e era Chicó. Depois do registro foi que ficou assentamento Pachicu. Aí muitas vezes pergunta porquê Pachicu? Porque era o pai do povo, das primeiras pessoas, no caso minha avó, que morava aqui dentro. Eu nasci e me criei aqui, sou filha indígena aqui, do pessoal aqui da terra, né? Nasceu aqui, meu pai nasceu aqui, aí ficou, ainda hoje é vivo sempre na roça, pescador, vivia da pesca. Ainda hoje ele vive da pesca e da agricultura, com seus 82 anos de idade (Entrevistada 1– 09/09/2023).

Dizem que é porque era morada dos índios, lá onde eu morei. Lá no Pachicu. Antes de eu nascer, eu era criança, nasci lá na Mirinduba, e ouvindo falar em Pachicu. Onde eu tinha uma tia que ela morreu com 106, ela vinha sozinha, uma mulher corajosa, disposta, ela vinha sozinha à noite pra casa dos amigos dela que morava no Pachicu (Entrevistada 5– 10/09/2023).

Estamos falando de um território, várias gerações que ali habitaram, muitas raízes e que hoje seus parentes estão dando continuidade: “Sempre a minha vida teve toda na história do assentamento. Eu nasci e me criei nesse lugar, no Pachicu. Fui adolescente, fui rapaz, fiquei de maior, arrumei esposa, casei” (Entrevistado 3– 10/09/2023).

O Pachicu dessas histórias de vida corresponde à parte do território que, para eles, é o principal da comunidade, localizada nas dunas, às margens do oceano, entre os rio e córregos e em meio aos mangues e apicuns. Interligado por meio de uma ponte que corta o córrego, entre o antigo Pai chicó e a agrovila do assentamento, antes conhecida como córrego do garrancho, hoje existe um açude de médio porte, o principal da comunidade, situado por trás da agrovila. “Aqui o Patos Bela Vista (assentamento vizinho) chamava Cacimba. Chamava as Porteira. Chamava Tauá”.

[..] Aí a gente morava lá no Pachicu, é lá onde tem essa ponte aí pra lá. Que é o caminho que é pras moitas (assentamento estadual bem próximo). Mas o Pachicu que nós chamava... Ainda hoje eu chamo lá o Pachicu. Eu tô aqui, “eu vou lá pro Pachicu”. Aí quando eu tô lá, “eu vou lá pra vila”. (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Lá é um lugar muito bom mesmo. Lá tem o caranguejo, lá tem o latu, lá tem o siri, lá tem o peixe pra pescar bem pertinho do rio. Bem pertinho do rio. Lá tem tudo. Lá tinha fruta, lá tinha goiabeira, a goiabeira lá era dando mangue, assim. Goiabeira, lá tinha tudo. Lá tem o coco. Quando dava tempo de caranguejo, que crescia a maré, a maré vinha assim bem pertinho lá de casa. Enchia de caranguejinho, daquele lá [..] Era um lugar muito bom. Sobre saúde, sobre tudo. Não faltou comida, não faltava não. Era o lugar melhor no mundo que eu achei (Entrevistado 5– 10/09/2023).

No local que hoje é o projeto de assentamento instalado pelo INCRA, estão também a maioria das estruturas sociais (agrovila, escola, casa de farinha, igrejas, espaços de lazer, sede da associação, entre outros) não é aquele das raízes e memória das famílias, como nos diz uma das entrevistadas: “aqui não era nem chamado Pachicu, era chamado Córrego do Garrancho, porque só tinha um córrego, e só uma estrada de uma firma pra outra, de uma empresa pra outra”. Em todas as entrevistas, conseguimos perceber os laços que as famílias têm no território de história e memória:

Lá era uma localidadezinha pequena, tinha uns 5 ou 6 morador. Aí começaram a sair, né, outros... aí, o último que saiu foi a minha sogra aqui. Aí, quando passou a ser assentamento a gente veio pra cá, no projeto das casa, da habitação, aí a gente veio pra cá (Entrevistada 6– 10/09/2023).

É a luta pelo não pagamento da renda exigida pelos proprietário e a resistência para não serem expulsos da terra que faz com que as famílias do Pachicu e de várias outras comunidades da região se organizem para lutar e resistir na garantia de um pedaço de chão para continuar sobrevivendo, como nos dizem em testemunho:

Nós tínhamos os nossos patrão. Meu pai trabalhava, e de ano em ano tinha que pagar renda pesada. Ficava mais pro patrão do que pra gente mesmo que trabalhava. Um tempo muito dificultoso (Entrevistada 1– 09/09/2023).

A gente trabalhava para o patrão mesmo. A gente não tinha terra. A gente morava... a gente pagava uma renda. Para ter direito a viver e trabalhar. Todo ano que você trabalhava, você pagava por hectare. Você colocava um hectare de chão, você tinha um total certo para pagar de renda. Aquele total de terra que você... Até então, em uma época, o... dos padres, que eu não sei se você se lembra, ou conhece, o Milton, finado Milton, que morreu, ele é quem recolhia toda a renda dos terrenos. Ele é quem recolhia isso. E a gente tinha por direito. E as vezes a gente até passava fome porque a terra não era tão... A gente não tinha tantas condições de plantar muito, e aí quando terminava de fazer aquela colheita, pagava as despesas da farinhada que fazia, e as vezes sobrava alguma coisa e a renda levava, a gente ficava do mesmo jeito... (Entrevistado 2– 09/09/2023).

A gente precisou das terras, porque antes tinha uns donos, né? Tinha os donos dessas terras. E eles não queriam abrir mão. E aí, a gente pra trabalhar tinha um negócio de uma renda. Pagava uma renda parece que era... Não lembro se era 2 por 1, 3 por 1... Uma coisa assim, era.. (Entrevistado 3– 10/09/2023).

[..] tinha um rapaz com o nome chamado de Jean Açú, ele gostava de tomar as terras. Queria tomar as terras. Aí como ele queria que ele tomar as terras pra vender pras firmas, aí a gente começou a ocupar, onde tinha as comunidades, aí a gente começou a ocupar todo mundo junto. Que não era só o Pachicu não, era todo mundo junto. Só que como a gente venceu, aí cada um ficou no seu lugar [..]. Aí quando nós ia, aí nós tinha que lutar, tinha que brigar, porque era nosso, que nós morava aqui, que era nascido e se criado aqui. Tinha que brigar por isso (Entrevistado 4– 10/09/2023).

A luta pela terra na Zona Costeira cearense marca a história da questão agrária, culminando com o período de ascensão das lutas pela redemocratização do país. O campesinato também estava em retomada de suas lutas e organização, fortalecidos por meio do trabalho realizado por organizações de direitos humanos e, principalmente, a partir de alguns segmentos da igreja com as Comunidades Eclesiais de Base, uma escola concreta de vida e de luta comunitária. Na região de nossa pesquisa, é impossível falar da luta sem tomar como referências as lutas, entre elas: Lagoa do Mineiro, Maceió, Pachicu, entre outras, para garantia da terra e do território pelas famílias camponesas. Essas lutas são pioneiras para a organização do MST no Ceará em 1989, período que algumas das comunidades na

região já haviam se tornado assentamento de reforma agrária, resultado das lutas organizadas desde os anos de 1980.

Começou em 85 a luta pela terra. Começou na Barbosa, aí depois veio pros assentamentos vizinhos, no caso Pachicu que começemo nessa luta. Uma luta muito difícil. E muita luta, muita dificuldade, muito medo, porque o padre Aristides tinha uma terra, e se a gente entrasse lá, era uma cruz (Entrevistada 1– 09/09/2023).

[...] Por conta da renda, e do povo que tava querendo invadir e deixar a gente sem nada mesmo, aí o povo tomou a atitude de se reunir em grupo, ou em comunidade, que até aí ninguém sabia o que era comunidade, aí apareceu o nome comunidade o povo se reuniu e começaram a conquistar o direito da terra [...] Espalhou-se, praticamente na região, aí foram ajudar uns aos outros, defender o seu território [...] a gente sofreu muito, até um certo tempo, agora a coisa melhorou mais. Depois que o menino desapropriou a terra, com certeza deu uma melhorada, mas a gente batalhou muito para chegar aqui agora onde a gente tá. A gente teve, né, até... morreu até gente na luta, aqui de nós (Entrevistado 2– 09/09/2023).

Aqui foi uma confusão, no começo. A gente contra as pessoas que não queriam abrir mão dessas terras, né? E aí a gente resolveu se organizar pra tomar posse da terra, e foi uma luta, mas graças a Deus conseguimos (Entrevistado 3– 10/09/2023).

[...] Aí tinhas as reuniões, as comunidades a gente participava tudo junto, só que morando lá. Aí a gente se reunia todo mundo junto, era até numa casa de uma mulher que morava lá pertinho, lá no Pachicu, mas nós tudo chamava Cacimba. Aí ela tinha uma casinha de palhinha, aí a gente fazia muita reunião lá. Ficava todo mundo junto [...]Era em lugares diferentes as reuniões. Fazia na Barbosa, faziam lá, faziam aqui num assentamento que chama Patos Bela Vista, fazia lá no Miranda (Entrevistada 5– 10/09/2023).

Está ligado àquele assentamento Lago do Mineiro, onde o povo se organizava pelas comunidades, na época da organização, as comunidades eclesiais de base [...] houve a questão da luta contra o latifúndio lá da região, lá no Pachicu não era ligado literalmente ao padre. Parece que existe outras pessoas, outros nomes, que se dizia que era o dono da terra. Mas aí a comunidade lá, o pessoal que já morava lá, que trabalhava para o dono da terra se juntaram, as comunidades, como era citado na época, as comunidades, e fizeram parte da luta e conseguiram conquistar a terra, e aí virou assentamento (Entrevistada 7– 11/09/2023).

Podemos perceber, nesses relatos, como era latente e comum o problema de acesso à terra pelos camponeses no território. A igreja que, por um lado, estava contribuindo para a organização da luta para conquista da terra, por outro lado, era a mesma que, por meio de um padre, latifundiário e carrasco na região, impedia ao povo esse direito. Na luta pela terra nesse território, foram ceifadas, pelas mãos dos latifundiários e comparsas, as vidas de três camponeses, sendo eles: Francisco Carneiro de Sousa Filho, também conhecido como Chico, foi morto a facadas na comunidade de Patos; Francisco Izaquiel Ferreira, também conhecido como Ciço, morto a tiros ao se deslocar para a comunidade da Barbosa para receber um auxílio

emergencial, ambos eram filhos de lideranças da luta pela terra na região; e Francisco Araújo Barros, tendo a morte, provavelmente, mais violenta de todas, foi alvejado com tiros a queima roupa e depois degolado dentro da roça em que estava trabalhando com sua própria foice. Segue o registro da luta pedindo justiça e denúncia dos conflitos.

Figura 2– Faixa de protesto de populares na missa de sétimo dia de falecimento de Francisco Araújo Barros



Fonte: Acervo da EEMFAB (2019) e Lima (2024, p. 79).

Outros camponeses foram baleados, entre eles, um de nossos entrevistados, alvejado com três tiros. Foi ele quem também ajudou a socorrer Francisco Araújo Barros, outros ficaram feridos, alguns se perderam na mata durante algumas horas e até dias, diante do tamanho grau de violência que sofreram, como podemos perceber na fala de um dos entrevistados de nossa pesquisa.

No dia que mataram eles, foi o dia que eu levei os tiros. Na mesma hora. Foi eu sair pra fora dos matos, todo ensanguentado, o caba querendo minha cabeça, eu caí, quando eu saí pra fora, o pessoal tava todo... só tinha eu dentro dos matos. O pessoal tava todo fora. Aí lá nós via a fumaça, lá onde tavam matando ele. Aí foi que nessa luta que eu tomei esse tiros [...] Aí nós fomos pra casa dele, ele baleado, e outro cunhado meu, que ele era casado com uma irmã minha, e outro rapaz lá, que tava com a gente pra abrir as portas. Aí fomo pra lá. Aí chegamo lá com as condições meio difícil, porque mataram o rapaz lá. Tinham baleado três, e tinham matado na paulada. Nós fomo. Eu fui até... do leito, eu fui até um dos que foi buscar ele. Tava saindo sangue (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Na região, toda essa natureza de crueldade e brutalidade gerou forte reação das famílias posseiras, da Igreja Católica, dos movimentos populares e de apoiadores da causa, ganhando o caso um caráter estadual. Foi pela pressão da implantação de uma empresa nas circunvizinhanças, por volta de 1992, que as famílias moradoras da fazenda Pachicu viram-se também ameaçadas de serem expulsas da área, iniciando-se então a reivindicação para desapropriação da área da fazenda. A luta pela posse da terra prolongou-se por três anos, culminando com a desapropriação do imóvel por interesse social para fins de reforma agrária em 1995.

O Assentamento Pachicu é fruto da luta e, em continuidade a seus antecedentes, lutam bravamente para não serem expulsos e perderem seu território. Inicia seu processo de organização institucional por meio da ordem de serviço GNº39/95, expedida pela SR 02 do INCRA, no dia 05 de maio de 1995, com o objetivo de realizar a vistoria da área (ocorrida entre os dias 9 e 12 de maio do mesmo ano). Na sequência, foi expedido um laudo de avaliação do imóvel rural denominado Fazenda Pachicu, localizado no Município de Itarema–Ceará. A área registrada e/ou identificada na vistoria e cartografada pela instituição em 29.08.89 foi de 978,7882 hectares. Segundo o laudo de vistoria, não foi identificada benfeitoria feita pelo proprietário na fazenda, sendo pago apenas pela terra nua por R\$ 58.208,53 com valor médio de R\$ 59,47 por hectare.

Fazem parte da bacia hidrográfica os rios Aracatiaçu, a leste, Aracatimirim, a oeste, o riacho do Garrancho, o qual percorre boa parte do imóvel e que beneficia as terras por onde passa, fornecendo, além da umidade, certa quantidade de húmus. Possui, também, algumas gamboas, as quais, durante a estação das chuvas, apresenta grande percentagem de água doce e, no verão são invadidas pelas marés, prestando-se apenas para a pesca.

O lençol freático encontra-se entre 2 e 5 metros, oferecendo água doce de boa qualidade. A água é encontrada facilmente, perfurando-se pequenos poços ou cacimbas. Existem vários poços tubulares providos de bombas manuais que suprem algumas das necessidades básicas em torno da casa nos cuidados com as plantas no quintal, no jardim e para algumas atividades domésticas.

Localizado a 210 quilômetros da capital Fortaleza, tendo como acesso principal a CE 085 até a divisa entre os municípios de Amontada e Itarema, percorre-se, depois, em estrada carroçável, por mais 6 km, até a localidade de Barbosa, no Assentamento Lagoa do Mineiro, e de lá segue-se em outra vicinal por

mais 4 km até o Assentamento Pachicu que está distante da sede do município 36 quilômetros. A seguir, imagem aérea da agrovila, do açude e de parte das terras.

Figura 3 – Imagem aérea da agrovila, quintais e do açude



Fonte: Caroline Araújo (2024)

Também é possível se deslocar por outras vias, entre elas a CE 176 de Amontada até o distrito de Moitas e Barra das Moitas. Outra condução pode ser feita de Moitas, atravessando o rio Aracatiaçu, segue em estrada de terra passando pelo assentamento Patos Bela Vista. Há uma rota pelo distrito de Mirinduba por estradas que ligam até a sede do município de Amontada ou também em via que corta o Assentamento Salgado Cumprido. Outro acesso também pode ser feito por estrada vicinal, saindo da sede do município de Itarema, cortando por algumas aldeias e comunidades rurais que estão mais próximas da costa, seguindo até o distrito de Patos.

O assentamento apresenta 80% de suas terras em relevo plano (classe A) e 20% em suave ondulado (classe B), seu clima é classificado como tropical quente de seca média de inverno, variando entre 5 e 6 meses sem chuvas. Tem uma vegetação composta por espécies conhecidas e que compõem a flora bem característica da região, entre elas: pau ferro, murici, catingueira, mufumbo, ubaia, guabiraba, batiputá, cipaua, salsa, pinheirinho, pinhão bravo, cordão de são Francisco, entre outros, de nossa caatinga hiperxerofila e mata de tabuleiros

litorâneos, além das áreas de manguezais costeiros. As áreas de Reserva Legal (RL) e de preservação permanente correspondem a 195,7882 hectares, ou seja, 20% de toda área do Assentamento Pachicu.

Os solos do assentamento apresentam características de texturas entre fraca e moderada em praticamente toda sua extensão, além de apresentar baixa capacidade de retenção de umidade e baixa fertilidade natural. Estes se destinam basicamente para culturas perenes, como o coco, produzido tanto para ser vendido verde como seco, o cajueiro, mandioca e algumas outras fruteiras, como manga, banana, graviola, acerola, entre outras.

Nas terras mais úmidas e com melhor fertilidade: nas baixas, nos tabuleiros e aluviões de mangues e rios, são destinados para o cultivo de feijão, milho, capim, cana-de-açúcar, batata-doce etc., sendo possível assim ter rendimentos maiores que nas demais regiões. Por serem solos muito fracos, uma prática que é bem comum nessa região é a incorporação e a conservação por meio de adubações orgânicas e, em algumas realidades, o incremento de adubos químicos. Aqui podemos destacar, por meio do Laudo de Vistoria, as classes predominantes de solo:

CLASSE III- Nesta classe, caracterizada por possuir terras praticamente planas a suavemente onduladas, fertilidade média, que requerem certos cuidados quando cultivadas. Foram encontradas terras nesta classe em apenas 15% do imóvel Pachicu, ou cerca de 146,8182 ha.

Classe IV – Cerca de 25% das terras, ou 244,6971 ha, encontram-se terras que tem riscos permanentes quando usadas com culturas anuais com limitações moderadas e suaves, ocasionando período longo de secas.

Classe V – O imóvel tem 50% de suas terras perfazendo um total de 489,3941ha com areia quartzosas distróficas, prestando-se, quando devida e racionalmente manejas ao cultivo de culturas adaptadas (caju, coco, banana, etc).

Classe VIII- São 97,8788 ha, correspondendo a 10% da área, impróprias para o cultivo, por serem acidas, com risco de inundações, localizadas em regiões de manguezais e com salinidade (Incra, 1995, p.13-14).

As 53 famílias que moram no Assentamento Pachicu (entre assentadas e agregadas), apresentam uma composição média de 4 (quatro) pessoas por família, totalizando 229 habitantes. Até o ano de 1999, o assentamento se abastecia com fonte hídrica apenas dos córregos, poços e algumas cacimbas. A construção do açude, por meio do programa de infraestrutura, em convênio com o INCRA, significou, na época, um sonho da possibilidade de garantia de uma fonte de água em maior quantidade.

A interrupção no córrego para elevação da parede do açude demanda, além da fiscalização com a aplicação da política pública, o envolvimento de mão de obra da comunidade nessa construção. A conclusão da obra apontava a ideia de que, em tempo de fortes chuvas e correntes de águas nos afluentes, o açude iria oferecer grande espelho de água que poderia chegar às outras áreas do assentamento.

Logo se passaram as primeira chuvas, o volume de água acumulada no açude provocou seu rompimento, destruindo toda a obra. Depois foram constatadas irregularidades na obra realizada pela empresa responsável, atuando, como é bem comum por aqui, quando da realização das “obras sorrisal”, ou seja, faz de conta que faz, de qualquer jeito e apenas com interesse nos recursos e quando “feita”, logo se danifica ou se desfaz por completo. Novo projeto de reestruturação do açude foi retomado e, no ano de 2009, foi reconstruído. Atualmente, o açude está com boa quantidade de água armazenada e com capacidade de suportar às demandas hídricas da comunidade e das áreas de produção que venha a utilizá-la.

O assentamento possui energia elétrica em todas as residências, nos espaços produtivos e sociais da comunidade. A instalação das moradias fica em forma de agrovila, seguindo as laterais da estrada que cruza a comunidade e faz ligação com o Assentamento Patos Bela Vista. Muitas das residências ganharam adaptações e ampliações, seja ampliando alguns dos cômodos, fazendo garagem e ou alpendre. Nos quintais, estão plantadas diversidades em plantas ornamentais, medicinais, frutas, verduras, além de algumas nativas, garantindo sombreamento e expansão da cozinha. Vale destacar, na maioria desses territórios, costeiros muitas das conversas e acordos ocorrem da cozinha para o quintal.

Ela é bem recente e, por conta de ser rota do tráfego de veículos de turismo, a estrada principal que corta o assentamento é de barro compactado ou com piçarra. Por muito tempo, existiu apenas estrada de areia, sustentada por buchas de coco permitindo passar sobre elas e sem atolar, apenas os pneus do veículo. Embora uma parte significativa das famílias possuam algum tipo de veículo motorizado (moto ou carro), encontramos ainda muitas bicicletas, animais de passeio e trabalho (jumento, burro, cavalo).

Por ser mais prático e por garantir mais mobilidade do que o trator em solo arenoso, o boi é o animal utilizado para os serviços de transporte da produção e

também para outros serviços na comunidade. Todas as famílias vivem da renda da agricultura, outras são aposentadas, prestadoras de serviços no setor privado e também no público, poucos têm renda da pesca artesanal, realizada nos córregos, rios, mangue e no mar.

Pelas difíceis condições apresentadas pelo solo, fica quase que impossível utilizar equipamentos agrícolas de maior porte, a exemplo do trator, todos os tratos culturais são realizados manualmente (enxada) ou com tração animal onde é possível. De forma geral não conseguimos destacar no assentamento o uso intensivo de tecnologias ou máquinas modernas para uso na agricultura. No assentamento, como nos demais na região, há de forma comunitária, grupal e individual casa de farinhas que, além dos vários tipos de farinhas produzidas, também trabalha com seus derivados. Na área central do assentamento, foi instalada a casa de farinha, com formato e capacidade bem maior das que ali existem.

Figura 4 –Sede da associação e casa de farinha comunitária



Fonte: Caroline Araújo (2024)

Figura 5 – Parte interna da casa de farinha

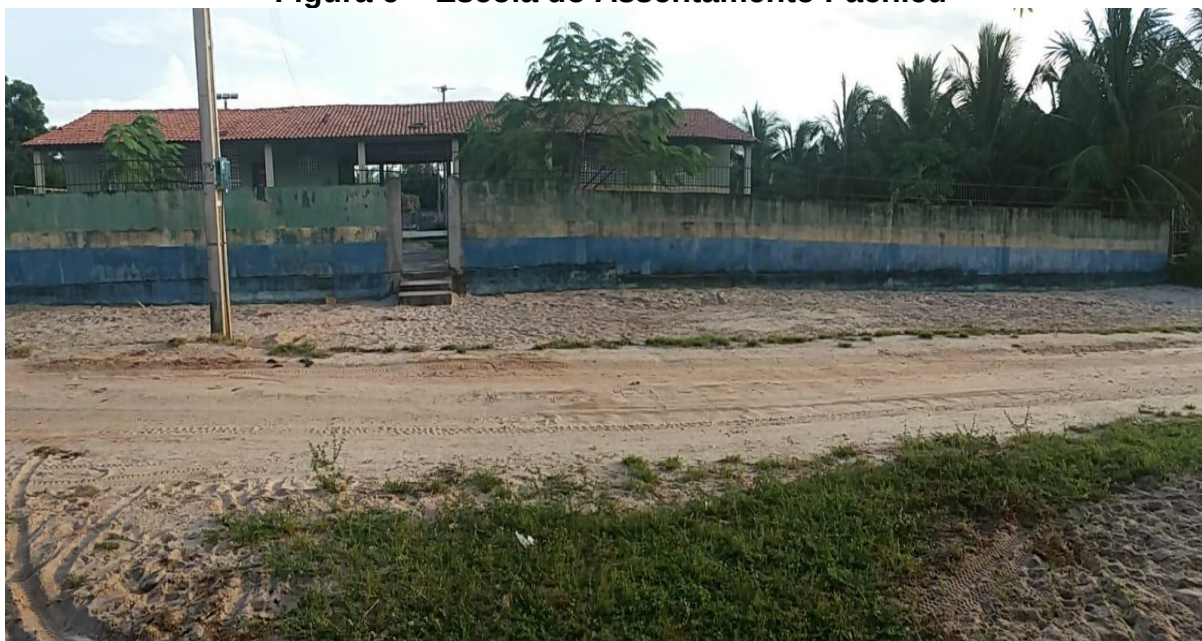


Fonte: Caroline Araújo (2024)

A construção foi parte de uma negociação com a empresa de energia ENEEL e com o INCRA para permissão de passar dentro das terras do assentamento uma rede de alta tensão. De todas as tentativas de cercamento do capital, que vamos tratar adiante, a passagem dessa rede fez com que a comunidade tomasse o pé das tratativas e organizasse formas de luta e resistência para impedir essa ação. A comunidade acabou, diante de muitas pressões do Estado e até das empresas, cedendo algumas áreas do território, por onde hoje passa a energia gerada pelas eólicas.

A educação sempre fez parte das reivindicações do Pachicu, e a conquista da escola dentro da comunidade marca parte da história. Gestão, professores e funcionários pertencem ao assentamento, funcionando apenas com as turmas de 1ª a 4ª séries, principalmente no período da manhã. As demais séries do ensino fundamental se deslocam para a escola de Ensino Fundamental São José, bem como para a escola de Ensino Médio do Campo Francisco Araújo Barros, ambas na comunidade de Barbosa no assentamento confinante Lagoa do Mineiro. A coordenadora pedagógica da Escola do Campo é uma jovem do Assentamento Pachicu, a qual fez essa trajetória entre as escolas. Abaixo, uma fotografia da escola do Assentamento Pachicu.

Figura 6 – Escola do Assentamento Pachicu



Fonte: Caroline Araújo (2024)

O grau de evasão e de desistência de crianças e adolescentes da escola ainda é um número preocupante. Como podemos ver na foto acima, a escola se encontra em condições de infraestrutura bem debilitada, sinal do quanto o governo municipal está distante das questões sociais do assentamento. Na juventude, muitos vão embora da comunidade para a cidade ou para a capital em casas de familiares e ou em busca de emprego. No Pachicu, o trabalho na agricultura não consegue ainda ser um atrativo para manter a juventude por ali. Depois de 29 anos da conquista da terra, poucos são os sinais de projeção para a sucessão de algumas das lideranças que até aqui têm conseguido tocar o processo organizativo e da gestão do assentamento.

Nos aspectos organizativos, a referência é a associação comunitária, assentada sob o formato do presidencialismo e de uma estrutura que não consegue incluir a juventude e as mulheres na gestão. As reuniões ou assembleias acontecem em forma ordinária mensalmente, tratando na maioria dos casos, de questões econômicas, estruturais e dos chamados para agenda no município ou região. São perceptíveis, em muitos momentos, reuniões esvaziadas ou boicotadas por alguns associados que não se comprometem com a coletividade e com o assentamento, bem visível em alguns associados, compromissos apenas com aquilo que lhe traz interesse individual. Há participação das mulheres, mas em número bem menor que o de homens.

Quanto à vivência religiosa, o dado de realidade é a diversidade de cultos, hoje existem quatro igrejas no assentamento: uma Católica, uma das Testemunhas de Jeová e duas pentecostais, da Assembleia de Deus. Não conseguimos identificar templos afros. As famílias estão divididas e envolvidas com esses templos religiosos, sendo perceptível alguns desentendimentos e até questões de relações políticas e organizativas. A influência da igreja católica, por meio das pastorais sociais, via a CPT e as CEBS sempre marcando a prevalência da Teologia da Libertação já não é mais uma referência, diferente quando dos processos iniciais da luta pela terra.

Além da renda da agricultura, dos trabalhos no serviço público municipal, principalmente, outra parte se complementa pelo acesso aos programas sociais do Governo Federal, aposentadorias e por meio do envio de ajudas feitas de familiares da cidade. Alguns trabalham para as grandes empresas do capital que se instalaram ao redor do assentamento e até na região. Poucas rendas são geradas por meio do comércio dentro da comunidade, pois há pouco comércio de produtos alimentícios, legumes e outras coisas do gênero. É no mercado dos distritos, ao redor ou na cidade, que o assentamento supre as demandas de mercadorias. O cardápio alimentar é composto, em parte, por vários dos produtos produzidos na comunidade, rico em derivados da mandioca, de peixes, legumes, verduras, frutas e criatórios dos quintais.

As atividades de lazer dentro da comunidade são quase inexistentes em formato mais coletivo; muitos jovens, principalmente, procuram suas diversões nas comunidades pelos arredores ou nas cidades. A questão que mais junta é o esporte, por meio dos jogos nos finais de tarde ou quando convocam times para jogo na comunidade. Bem recente, havia um espaço particular de recreação e banho na margem do açude, o qual, diante do clima de violência na região, acabou sendo fechado.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA foi elaborado no ano de 1998, por meio da equipe de assistência técnica responsável no acompanhamento do assentamento. A comunidade acessou, na época da implantação dos créditos iniciais (1995), com valor por família de R\$ 840,00; em 1996, o valor de R\$ 2.000,00/família para construção das moradias; e o PRONAF investimento em 2001 no valor de R\$ 6.125,00 por família. O Plano de Recuperação do Assentamento – PRA, realizado em 2006, também foi elaborado por equipe de

assistência técnica em contrato com o INCRA. O assentamento amarga vários anos sem nenhum projeto produtivo, crédito e infraestruturas advindas do Governo Federal.

As famílias do Pachicu se reconhecem como portadoras de condições e de direitos, se mobilizam para participar das ações e lutas organizadas pelos movimentos populares na região e em nível estadual, condição para reivindicar e garantir sua pauta para a comunidade.

3 MALDITAS CERCAS DO LATIFÚNDIO E DAS EMPRESAS QUE AMEAÇAM E IMPEDEM AS FAMÍLIAS DE VIVER NO TERRITÓRIO

O estado do Ceará localiza-se na região Nordeste do Brasil e tem como limites o Oceano Atlântico, ao norte; o estado de Pernambuco, ao sul; o estado do Piauí, ao oeste; Rio Grande do Norte e Paraíba, ao leste. Sua área territorial é de 148.825,6 km², sendo incluídas paisagens diferenciadas, em decorrência das características das três grandes regiões geoambientais. A primeira, os sertões, com aproximadamente 106.817 km², equivale a 72,75% da área; a segunda, as serras, as quais abrangem 25 mil km², representam 17,07%; e a terceira, o litoral, com 15.000 km², correspondendo a 10,21%.

O município de Itarema, onde está localizado o Assentamento de Reforma Agrária Pachicu, situa-se na região Norte do Ceará e na porção do litoral Oeste do estado. Está a 220 km de distância de Fortaleza (capital do estado), possui uma população de 42.726 habitantes (Censo Demográfico do Brasil de 2022), possui área territorial de 714,833 km², sendo somente 9,94 km² de área urbanizada, o que demonstra a predominância de área rural no município.

3.1 Cercas e as disputas do território no Assentamento Pachicu.

O Assentamento Pachicu faz parte de um conjunto de assentamentos, com povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ciganos, entre outros, localizados na Zona Costeira Cearense. Tais povos resistem diante das tentativas de frações do capital para expropriar as famílias e explorar as terras e os demais bens naturais ali existentes. A partir dos anos 2000, tem crescido a tensão entre as famílias assentadas e as entidades e representantes de empresas no território por meio das ações que estão cercando e se territorializando no entorno dos assentamentos.

Com a implantação de uma das primeiras empresas agropecuárias nas circunvizinhanças, por volta de 1992, as famílias moradoras da fazenda, viram-se ameaçadas de serem expulsas da área, iniciando-se então uma série de conflitos. A luta pela posse da terra prolongou-se por vários anos, culminando com a desapropriação do imóvel em 1995.

A primeira cerca que pretendemos destacar na região e que ameaça a vida no Assentamento, ocorre através do agronegócio do cultivo do coco, principalmente na região litorânea, concentrando-se entre os municípios mais produtores na região Oeste, sendo os que mais se destacam: Paraipaba, Acaraú, Itarema, Trairi e Itapipoca. Vale destacar que, nos últimos anos, a produção tem ganhado novas áreas para além do litoral, ocupando espaços em áreas irrigadas dos antigos e atuais perímetros irrigados com produção em escala. Em dados coletados no IBGE - Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2020), Itarema aparece em 4º lugar no ranking dos maiores produtores de coco-da-baía, alcançando a casa de 27.123 toneladas, ocupando uma área de 4.445 hectares, sendo que 90% da área pertencente apenas a uma empresa.

O coco nessa região, e não é diferente no assentamento de nossa pesquisa, compõe a cadeia produtiva e o cardápio alimentar das famílias. A produção existe nos quintais, nas roças, nos plantios do coletivo, nas áreas de tabuleiro, nas proximidades e sobre as dunas; muitas vezes, essa é uma herança deixada pelos antepassados. No Assentamento Pachicu (próximo à praia), os coqueiros que lá existem têm sentido histórico relacionado aos primeiros povos que lá habitavam (originários) e à primeira comunidade.

Para além do consumo da água *in natura*, ato comum nas recepções e momento de lazer, depois do coco seco, utiliza-se sua polpa que, após ser ralada, passa a compor diversos fins na culinária na região, podendo ser colocada na tapioca, no cuscuz, no peixe, no bolo e em tantas outras receitas.

Criada no ano de 1979, a empresa Ducoco Agrícola S.A, conhecida no país inteiro pela produção e exportação de vários derivados do coco (leite, ralado, óleo, suco, isotônico, etc.), é hoje uma das maiores no ramo no Brasil. Em Itarema, vamos encontrar praticamente os espaços de produção, são várias fazendas em terras contínuas incorporadas dentro desse complexo produtivo, organizada em núcleos, incorporando a mão de obra de alguns grupos de trabalhadores que moram ou somente trabalham. Além do município, a empresa possui fazendas em Itapipoca e Camocim, sendo 7 ao todo.

Os conflitos territoriais se intensificaram, primeiramente com os povos indígenas Tremembé (comunidade de Varjota) no município de Itarema, a qual historicamente habita a região, tendo sido parte de suas terras invadidas pelo “agronegócio do coco”. Dados coletados por Gino (2018), sobre os povos

indígenas, indicam que existem aproximadamente 1.400 hectares, na região de Almofala, foram invadidos pela empresa, intensificando o processo de concentração de terras.

Uma parte das famílias expropriadas foi amontoada numa vila construída pela empresa. Em seguida, essas pessoas foram tornadas trabalhadores assalariados e com poucos direitos, outros se mantiveram no restante das áreas resistindo para não perdê-las, a migração forçada para os centros urbanos também é parte desse processo de territorialização da empresa. Lima (2024) enfatiza, em sua pesquisa, que o conflito da empresa DUCOCO com os indígenas Tremembés se deu por meio do Estado, dentre diversos fatores, seja por meio de assistências fiscais, seja por apoios de políticos locais.

Vale lembrar que, quando do acirramento da luta pela terra na região (1984), a empresa era a principal requerente das áreas que hoje pertencem aos assentamentos no território, entre eles: Lagoa do Mineiro, Macaco, Canaã Melancias, Salgado Cumprido, Morro dos Patos, Pachicu e Patos Bela Vista. A empresa Ducoco sempre apresentou e continua sendo uma ameaça no território para os povos originários e famílias camponesas nos assentamentos e comunidades circunvizinhas. Abaixo a fachada e a portaria da fazenda São Gabriel.

Figura 7– Fachada da empresa Ducoco



Fonte: Gino (2018, p.68).

As comunidades sempre contaram com a ação de parte da Igreja Católica, por meio de alguns padres, congregações, pastorais e da Comissão Pastoral da

Terra (CPT), sendo fundamental no processo de luta pela terra. No caso dos indígenas, uma ação de usucapião garantiu o direito de permanecerem em seus territórios em 1984. Esse processo serviu de referência para outros povos que moravam nas proximidades que também estavam em conflito com a empresa Ducoco. Além do processo de expropriação, seguido da concentração de terras, a empresa, segundo relatos, impôs e impõe até hoje um processo de segregação e exploração que pouco conseguimos desvendar. A pesquisa de Lima (2024, p.68) traz elementos que são muito comuns de serem ouvidos na região, a saber:

O dossiê 'Os Invasores', desenvolvido pelo Observatório do Agronegócio no Brasil, o 'De olho nos ruralistas' (2023), com base nos dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (2022), desenvolve a ideia de que a DUCOCO, em Itarema (CE), pratica a sobreposição de terras, a partir das suas propriedades, sendo elas a Fazenda São Gabriel e a Fazenda Aguapé. (Lima, 2024, p.68).

No seu entorno, muitas famílias tiveram seus modos de vida inviabilizados, principalmente devido ao “desmatamento da vegetação e à privatização dos sistemas ambientais, que causou a extinção de importantes atividades de subsistência desses povos, como a caça e a pesca” (Gino, 2018, p. 69). Outra parte teve de se empregar na empresa, sendo, pois, a única forma de sobrevivência. Em todos os assentamentos, comunidades e aldeias indígenas, é possível identificar trabalhadores que estão empregados na empresa. Outra parte está no processo de integração produtiva, sendo, pois, a empresa a principal compradora de toda a produção de coco seco na região. Nas palavra de Gino (2018),

O agronegócio do coco é umas das atividades mais destrutivas do município. Além de promover a concentração de terras, de renda e de poder, gerou a desterritorialização de grupos indígenas, camponeses e de pescadores. A chegada do latifúndio do coco em Itarema também promoveu outros danos graves, como a perda de biodiversidade e o aumento do consumo de agrotóxicos. Também se registra o uso intensivo da água, tendo em vista que, para sustentar a elevada produção dos coqueiros, há uma forte demanda desse bem (Gino, 2018, p. 69).

Essa primeira cerca do capital, embora esteja um pouco distante do assentamento de nossa pesquisa, permanece sendo uma das principais ameaças, pois a intenção da empresa em expandir seu projeto monocultor é uma constante nas ações que são realizadas na região, ela hoje compra grande parte da produção dos camponeses. A empresa é detentora para além do poder sobre parte da terra, pois, além de grande poder econômico, também age diretamente no poder político

local, interferindo diretamente na composição dos gestores e legisladores no município. A produção do coco nesse território compõe a cadeia produtiva do que se tem do agro no processo produtivo, latifúndio moderno, agroexportador, capital financeiro, expropriador dos povos, explorador da natureza e da mão de obra e controlador do poder político local.

A segunda cerca se dá por meio da carcinicultura. As primeiras fazendas de criação de camarão em cativeiro foram instaladas no Ceará durante a década de 1980, principalmente em área de mangue. Até hoje são inúmeras fazendas espalhadas no estado e com elas há o rastro dos crimes ambientais e suas consequências para a vida do povo e ao meio ambiente.

Os empreendimentos passam a ganhar relevância e espaço no mercado de capital somente no final da década de 1990. No país, a carcinicultura, como é mais conhecida, chega na década de 1970 quando no estado de Santa Catarina passa a realizar pesquisas e produz em laboratório as primeiras larvas da América Latina. Será no estado do Rio Grande do Norte, nos espaços de extração de sal, que os primeiros criatórios aparecem por meio do “Projeto Camarão”, criado pelo Governo Federal.

Com base nos dados da própria Associação Brasileira dos Criadores de Camarão– ABCC, sistematizados por Gino (2018), em 2011, considerando apenas as fazendas de camarão que estavam em atividade, podemos afirmar que, no Ceará, elas chegavam em torno de 325, ocupando uma área de 6.849 hectares, cinco anos depois (2016), esse número mais que duplicou e chegou à marca de 700, em aproximadamente 10.407 hectares.

O Ceará, durante alguns anos, se tornou o maior produtor do crustáceo no Brasil. Parte significativa das fazendas estão na região do litoral leste com quase 670 (590 ativas e 81 inativas), a maioria nas bacias do Rio Jaguaribe e Pirangi, entre os municípios de Aracati (148), Jaguaruana (202) e Fortim (101), segundo dados do Censo da carcinicultura de 2016.

Aqui cabe um destaque para o que analisamos sobre os ciclos de acumulação na produção no Ceará. O Rio Jaguaribe, berço da entrada dos invasores europeus e dos grandes proprietários que se apossaram das terras por meio da criação extensiva de gado, hoje, além do ciclo das frutas frescas nas partes mais altas nas chapadas, as baixadas, manguezais e leito do rio e seus afluentes, tornaram-se espaços de produção e acumulação de capital, a

partir da espoliação, destruição e modificação da paisagem com a territorialização das empresas de camarão.

No mesmo censo citado acima, o litoral oeste cearense aparece com 125 fazendas: 110 estão ativas e 15 fazendas inativas. Dos municípios mais produtores, destacam-se: Acaraú (58), Camocim (10) e Itarema (10). Essas fazendas foram instaladas no município no início dos anos 2000, distribuídas em duas áreas principais, na zona próxima ao estuário do Rio Acaraú e na área do baixo curso do Rio Aracatimirim.

Segundo Gino (2018), sistematizando os dados apresentados pela ABCC de 2017, Itarema é o 8º em número de fazendas instaladas: Passagem Rasa, Comondongo, Barra da Tijuca, Terra Indígena Tremembé de São José e Butitis e Almofala.

Na área próxima ao Rio Aracatimirim, as fazendas foram instaladas de maneira irregular em território indígena, ocupando áreas ambientalmente protegidas e promovendo conflitos territoriais. Meireles (2004) aponta que ocorreram danos socioambientais de elevada magnitude nas terras indígenas Tremembé de Almofala, onde as fazendas de camarão desmataram Áreas de Preservação Permanente (APP), especificamente áreas de ecossistema manguezal e de matas ciliares. Além de utilizar um sistema lacustre de usufruto da comunidade indígena, extinguindo uma importante fonte de alimento (Gino, 2018, p.76).

Muito já se sabe sobre os problemas e impactos gerados com esses empreendimentos em países pioneiros em relação a tal produção, e o Ceará não escapa, quando escancara seus territórios para esse tipo de exploração: sem ordenamento adequado, regulamentação, com forte incentivo governamental e geração de conflitos, por meio de impactos econômicos, ambientais e sociais graves. Diante do exposto, cabe aqui destacar como funciona a produção:

A carcinicultura ou produção de camarão em cativeiro é um sistema de produção intensivo em capital e em recursos ambientais, vendido sob a forma de pacotes tecnológicos. De um modo geral as fazendas de camarão se instalam sobre manguezais, criando um sistema artificial. No qual os recursos hídricos encontrados nesses ecossistemas são um fator essencial na produção. Em seguida, os tanques são preenchidos com grande quantidade de ração e hormônios para a engorda, além de antibióticos e outros aditivos químicos indispensáveis para impedir o alastramento de epidemias virais comum em populações densas e geneticamente indiferenciadas. Esse sistema permite até três ciclos produtivos de 90 dias/ano, garantindo uma produção praticamente ininterrupta nas fazendas. Esse sistema intensivo em capital envolve o fornecimento de insumos de grandes empresas para todas as fases da produção e vem drenando nas últimas décadas investimentos maciços de governos e órgãos multilaterais (Fase; Etern, 2011 *apud* Gino, 2018, p.75).

Dados do IBAMA (2005), resultado de visitas da instituição em mais de 245 fazendas de camarão, identificaram inúmeros impactos ambientais causados pela carcinicultura no Ceará, totalizando, na época, 39 indicadores de problemas e conflitos ambientais envolvendo diversas comunidades de povos originários, terra do Estado e de famílias camponesas que estão no território. Para Gino (2018), os principais problemas encontrados foram:

i) Descaracterização geoambiental do ecossistema manguezal; ii) Desmatamento da vegetação de mangue, da mata ciliar e de áreas de carnaubal; iii) Impermeabilização do solo; iv) Bloqueio da maré, impedindo o acesso de nutrientes e sementes de mangue e a renovação da água; v) Alteração nas propriedades biológicas, químicas e físicas do ecossistema manguezal; vi) Soterramento de gamboas e canais de maré; e vii) Destituição das condições de subsistência das comunidades tradicionais (Gino, 2018, p. 75-76).

O grau de destruição, salinização e desertificação onde se instalam esses empreendimentos é estarrecedor. Depois do uso indiscriminado do espaço, as empresas abandonam muitas das fazendas de camarão sem deixar sequer um sinal de vida na natureza. Primeiramente, expulsam famílias de seus locais de busca da sobrevivência (o mar, o rio e o mangue) e lhes tomam também a liberdade, as fazendas são propriedades privadas e com segurança armada, câmeras de vigilância e autorização para matar, caso alguém tente atravessar aquele espaço sob controle do capital. Pouco ou quase nada do que produz por essas bandas vai para o consumo local, grande parte é enviada para os grandes centros urbanos e da gastronomia do país e até para o exterior.

O licenciamento ambiental é a legitimação consentida pelo Estado para execução da obra. Inúmeras têm sido as denúncias e flagrantes de irregularidades quanto aos cumprimentos da legislação vigente pelas empresas. Muitos dos projetos são implantados sem menor atenção para os impactos ambientais, menos ainda para as consequências. As instituições do Estado já atuam para legitimar e dar parecer favorável a esses crimes, seja quando as empresas compram funcionários, dando propina nas secretarias, falsificando documentos e, agora, permitindo a autodeclaração ambiental, deixando com mais liberdade a ação insana do capital sobre os territórios.

O que podemos verificar é um processo de desterritorialização dos povos originários e camponeses de forma abrupta de seus territórios, além disso, a cerca que cerca os cocos é a mesma da carcinicultura e seus crimes também. Em

Itarema, há um conflito iminente em que todos os povos que ainda resistem sobre o território estão sob permanentes ameaças de perderem o que ainda resta. A territorialização das empresas faz-se de forma violenta e destrutiva em nome do desenvolvimento do município e, conseqüentemente, do Estado. O preço de tudo isso está sendo, até os dias atuais, a remoção de comunidades, destruição da camada fértil do solo com o desmatamento e destruição da vegetação nativa ao longo do estuário dos rios, além da extinção de pequenos canais de maré e afluentes e a pior, destruição de fontes de alimentos.

As empresas de carcinicultura rondam constantemente o assentamento de nossa pesquisa, pois este sustenta, ainda em sua base territorial, espaços preservados de dunas, apicuns, gamboas, manguezais e planícies que estão a cada dia compondo o cenário dos conflitos ali enfrentados. As fazendas de camarão estão aos poucos fechando o cerco, tanto do lado leste como oeste dessas comunidades, invadindo, de forma desordenada, todas as faixas de rios na região.

A terceira cerca é a do turismo, a qual, no Ceará, ganhou maior impulso ainda durante o processo da redemocratização com a eleição do empresário Tasso Jereissati ao Governo do Estado (1987-1991), tornando a atividade como um dos eixos principais para o impulso na economia, aproveitando o potencial, principalmente, da região litorânea por meio de intervenções em obras de infraestrutura rodoviária que propiciasse um poder de atração maior sobre os turistas nacionais e internacionais.

Em 1992, é criado, no Governo do Estado, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará – Prodetur-CE na intenção de levar infraestrutura para o litoral com recursos do BNDES e BID. A primeira fase foi implantada no que conhecemos hoje como Rota do Sol Poente, ligando os municípios de Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi até Jijoca de Jericoacoara por meio da CE 085, hoje duplicada até a rotatória para a cidade de Trairi.

Já se encontra em obras a continuidade da duplicação da mesma até o distrito de Barrento no município de Itapipoca. Nessa primeira fase, entre os critérios definidos, o município de Itarema ainda não estava incluso, todas as vias de acesso até lá passavam pela sede de Itapipoca e Amontada, seguindo até o distrito de Nascente, depois na CE 434 até bem próximo à cidade.

A primeira fase do Prodetur CE foi concluída em 2003 e, entre suas ações, ganharam relevância as rodovias estruturantes Rota do Sol Nascente – CE 040 e

Rota do Sol Poente—CE 085; os Mega empreendimentos no entorno e o próprio Porto do Pecém, o Aeroporto Internacional de Fortaleza, Metrofor e o açude Castanhão, este na região do Médio Jaguaribe.

A incorporação de Itarema no programa de melhoria e ampliação do polo da costa do Sol acontece somente após o ano 2000 quando é lançado o PRODETUR/NEII, ampliando o atendimento em outros municípios em ambas as Costas. Todos os caminhos precisam chegar até Aracati por um lado e do outro a Jericocoara, dois cartões postais entre as principais maravilhas do país e do negócio do turismo. De lá até aqui, outros municípios ganharam expressão com o turismo e com o mercado de negócios, indústria, agricultura e hotelaria. Tanto esses empreendimentos como os vultosos recursos investidos possibilitaram ascensão para os projetos que citamos antes aqui.

O município de Itarema possui uma diversidade de atrativos para desenvolver o turismo, mas essa não tem sido a prioridade para os governantes em investir. Hoje o que tem alavancado esse setor tem sido algumas redes de empresas do ramo de hotelaria, pousadas, resorts e restaurantes e/ou a entrada de capital com os empresários estrangeiros, os quais, a cada dia, adentram mais o território de nossa Costa Cearense. A CE 085, quando de sua construção, adentrou em alguns dos territórios dos assentamentos na região, tendo estes que ceder áreas para passar a estrada. A continuidade da rodovia passando por Itarema possibilitou o encurtamento do trajeto entre Fortaleza e as praias de Jericoacora e Camocim, ligando também com as praias do litoral do Piauí até o Maranhão.

Quando comparado a outros municípios do litoral oeste, como Jijoca de Jericoacoara, Trairi e Paracuru, é possível afirmar que Itarema ainda possui um sistema hoteleiro pouco desenvolvido, prevalecem colônias de pescadores e a presença forte da atividade de mariscagem, da pesca artesanal e também de médias e grandes embarcações. Nos períodos mais intensos dos ventos, principalmente no segundo semestre, as praias em Itarema estão sendo tomadas por praticantes do kitesurf.

Consideramos que essa prática poderá ser também em período curto de tempo, umas das cercas no entorno do território do assentamento em estudo. Primeiro pela grande mobilidade que se faz necessária para levar os equipamentos que são feitos em carros potentes, muitos passando de forma totalmente proibida pelas áreas de preservação. Segundo, porque praticamente fica impossível pescar

e tomar banho com tanta circulação de pranchas, movimentos acrobáticos e os perigos de acidentes, sem falar nas mudanças na paisagem. Na área costeira do assentamento, essa prática já é uma constante e de muita movimentação.

Várias estão sendo as tentativas das empresas de turismo em abrir ou ampliar vias para facilitar a passagem de comboios, ralis e carros de turismo. Todas, se caso sejam feitas, cortarão alguns dos assentamentos ali existentes, principalmente o Pachicu, permitindo que atravessem o rio Acacatiaçu no assentamento Barra das Moitas, tendo acesso para as praias de Amontada, Itapipoca, Trairi e Fortaleza, no sentido leste.

A ameaça constante corresponde aos acidentes, à poeira, ao lixo e aos vários problemas que esse tipo de esporte acarreta ao solo e à paisagem do território. Para quem gosta de aventura, indo com destino às praias de Itarema, Jijoca, Camocim, saindo no Piauí, segue por esse mesmo trajeto. Em algumas localidades próximas, palco de muitos conflitos, tem ocorrido a disputa com os bugueiros (donos de carro bugre) que realizam passeios sobre as dunas, além de causar diversos danos e crimes ambientais, há também o perigo de acidentes que são muito recorrentes.

Nosso olhar sobre o território é que o turismo predatório e de negócios está cercando o assentamento e se apossando de espaços e, aos poucos, tentando se territorializar por meio da compra de terra, implantação das pousadas, resorts, entre outros. O assentamento Barra das Moitas que é próximo do Pachicu, tem se tornado, por suas belezas naturais e a tranquilidade do lugar, um dos locais mais procurados na região para passeios e lazer.

O turismo é uma cerca que, aos poucos, vai mudando a paisagem do território, permitindo que empresas e modalidades náuticas se territorializem, para isso exige mão de obra qualificada e, ao mesmo tempo, destrói habitats naturais e cria processos de relação e convivência nunca conhecidos por quem ali habita. Encontramos, no assentamento Patos Bela Vista (ao lado do Pachicu), um pequeno número de famílias que trabalham em balsas que fazem o trajeto da passagem de veículos e pessoas no rio Aracatiaçu.

Além do turismo convencional que está disputando todos os espaços na região, encontramos experiências de turismo comunitário, organizado pelas próprias comunidades, aldeias e assentamentos, como podemos verificar o assentamento

estadual Barra das Moitas que já se acerca de processos estruturais e logísticos para esse tipo de turismo na região.

A quarta cerca é a crescente implantação dos projetos de energia eólica, primeiramente as instalações na terra, chamadas de *onshore*. Em Itarema, elas compõem o pacote do chamado desenvolvimento e impulso na economia local, atraindo empreendimentos de empresas nacionais e também estrangeiras. Gino (2018) caracteriza como uma “nova atividade intensiva e extensiva no uso dos sistemas ambientais”, dito, pois, que o “modus operandi dos complexos eólicos segue a mesma lógica das demais atividades já instaladas no município”. São empresas, a maioria de capital misto, se apropriando de grandes faixas de terra, promovendo degradação ambiental e retirando direitos territoriais de comunidades tradicionais e de famílias camponesas que ali residem.

O discurso falacioso de produção de energia por fontes renováveis, a partir dos ventos, esconde diversos problemas sociais, ambientais, ideológicos e econômicos que aparecem como consequências dos conflitos, apresentam práticas espoliativas, perversidades e destruição das condições de sobrevivência e resistências dos povos em seus territórios.

Itarema conta atualmente com doze parques eólicos em operação, totalizando mais de 100 aerogeradores em funcionamento, espalhados em aproximadamente 2.200 hectares de terra, sendo uma grande parte na zona costeira do município. Isso faz com que o município se torne um dos principais produtores de energia eólica do estado do Ceará. Na figura abaixo, podemos verificar alguns desses empreendimentos.

Figura 8– Aerogeradores próximos às estradas que dão acesso à comunidade Pachicu



Fonte: Gino (2023).

Com início de operação em 2014, o primeiro parque eólico implantado em Itarema, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento–PAC 2, do Governo Federal, foi orçado em R\$129,8 milhões na comunidade Córrego do Rio, recebeu o nome de Cajucoco, ocupando uma área de 169 hectares para 20 aerogeradores com capacidade de produzir 30 MW de energia. A empresa responsável foi o grupo Energimp, uma das maiores empresas de capital fechado da América do Sul.

Muitas são as evidências de problemas e conflitos encontrados e não são poucos os estudos e pesquisas acadêmicas, principalmente, que tratam sobre essas questões. Constantemente, encontramos em matérias de jornal, nos memorandos e nos relatórios dos movimentos e organizações populares, que atuam nos territórios, relatos dos problemas e, conseqüentemente, dos conflitos entre as empresas e as comunidades.

Ocupando uma área de 1290 hectares pertencentes a várias comunidades, a segunda fase de territorialização das empresas eólicas acontece com a implantação de 9 parques com 69 aerogeradores, tendo sua conclusão e início de operação entre 2015 e 2016. A proprietária é agora a empresa de capital privado Rio Energy, conhecida no país por atuar no ramo, atualmente com projetos eólicos e solar, localizados nos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul. Diferente de alguns

outros projetos, as turbinas foram instaladas sobre torres de concreto de 100m de altura.

No trabalho de Gino (2018), o autor destaca pesquisas realizadas por meio de questionários aplicados pela escola de uma das comunidades afetadas (Águas Belas). Nessas pesquisas, contata-se o grau de aproximação das casas, além de outros problemas, a saber:

Derrubada de plantas frutíferas, principalmente o coqueiro, produto importante para a economia da localidade, causando, assim, desemprego; Aumento da poeira, em virtude da passagem dos caminhões, a partir do processo de instalação dos aerogeradores; Soterramento de cursos de água para a construção de estradas carroçais; Diminuição da fauna, principalmente aves; Mudança no odor da água; Ruídos gerados pelos aerogeradores; Desvalorização dos terrenos próximos ao parque eólico e Problemas relacionados à saúde, como insônia, dores de cabeça e dificuldade auditiva (Alves; Rodrigues, 2017; Gino, 2018, p. 83).

O complexo Eólico Pedra Cheirosa foi um dos últimos parque a ser instalado no município, entrando em operação em 2017. Ele está muito próximo do Assentamento Pachicu, sendo, pois, a caracterização de uma das cercas que descrevemos neste capítulo. O parque possui 23 aerogeradores com pás de 49 metros de comprimento e torres com 110 metros de altura: “A usina Pedra Cheirosa I possui 11 torres, em 284,5 hectares. Já a usina Pedra Cheirosa II é formado por 12 torres, as quais ocupam uma área de 469,5 hectares” (Eia, 2013; Gino, 2018).

Não é difícil encontrar na região testemunhos que sinalizam de que lideranças locais e algumas das famílias estão sendo coagidas e ou recebendo ofertas financeiras para fazer acordo de arrendamento de terra para instalar torres no assentamento. Segundo relatos coletados na pesquisa de Gino (2018), os impactos se apresentam de forma muito preocupante no distrito de Patos pela proximidade das torres e da ocupação de terras bem próxima às vilas, entre outros problemas: “Privatização de sistemas ambientais, perda de espécies vegetais, alteração no modo de uso da terra, impactos à saúde causados pelos ruídos dos aerogeradores, insegurança energética com as quedas de energia” (p.85).

O próximo complexo eólico que está em processo de licenciamento será o Bons Ventos Bitiquara, tendo como proprietária a Empresa Eólica Costa Oeste S.A. Esse parque deverá ser instalado no entorno da comunidade Patos. Serão mais 751 hectares de terra em três parques eólicos com 25 aerogeradores, os quais serão implantados dentro de uma unidade de Tabuleiro Costeiro.

É possível identificar quando dialogamos ou mesmo estando no território em estudo, que após as empresas definirem que vão implantar um empreendimento, fica quase impossível as comunidades impedirem estas de lograrem êxito. Existe todo um discurso e altos investimentos em propagandas, mas também para compra de lideranças comunitárias, políticos locais e grande parte dos funcionários dos órgãos do estado que atuam na área. As ações potencializadas pelas empresas para legitimar os empreendimentos apresentam um discurso e um conjunto de benefícios que visam a

a) ofertar uma energia limpa e renovável, capaz de reduzir as emissões de gases do efeito estufa; b) atrair novos investimentos públicos ou privados por meio da oferta de energia disponível na região; c) proporcionar o incremento de tecnologia do setor primário; d) alinhamento às políticas regionais de investimento em infraestrutura para geração de energia elétrica; e) aumentar a disponibilidade de energia elétrica disponível na região Nordeste, por meio da instalação de infraestrutura de geração de energia proveniente da força dos ventos e f) beneficiar as usinas hidrelétricas da região nordeste durante o período de seca, atuando como uma fonte de energia complementar, já que o período de estiagem coincide com o período em que a intensidade dos ventos são maiores (Gino, 2018, p. 95)

Podemos citar também o discurso da geração de emprego, envolvendo, assim, a mão de obra local. A intensidade dessa demanda é atendida em maior grau logo nos primeiros dias de implantação do projeto no processo de desmatamento e implantação dos piquetes ou nos serviços de construção que demandam serventes e pedreiros. Os parques eólicos são obras que exigem máquinas potentes e processos tecnológicos que demandam mão de obra qualificada e com muita experiência. Relatos nos indicam que maior parte dos trabalhadores que adentram os territórios para implantar uma torre eólica nem daqui do Ceará são. A chegada destes na região e no território altera totalmente a paisagem, o ambiente e as relações sociais.

Quando do início da implantação, podemos perceber o processo de negligenciamento e invisibilização de toda e qualquer forma de vida e existência no território. A paisagem de quase todas as comunidades da região é composta por uma extensa faixa de praia, de coqueiros, ecossistema manguezal, dunas e lagoas interdunares, de carnaubais, mangueiras, cajueiros e lagoas temporárias, na unidade do Tabuleiro Costeiro. Em algumas, como é o caso de Patos, é possível encontrar parques arqueológicos.

O processo de desterritorialização inicia com o cercamento das propriedades, as quais, em sua maioria, sempre serviram como local de solta dos animais de grande porte para uso do pasto nativo e de locais de roças, cercados, locais de pesca e lazer

das comunidades. Os principais grupos afetados com a implantação dos parques eólicos sequer são contemplados com os benefícios prometidos antes da implantação ou descritos nos projetos, ao contrário, todas as ações do capital sob posse e propriedade da terra reforçam o processo de invisibilização dos diversos grupos sociais presentes, assim como do sistemas ambientais que compõem aquele território.

Em Itarema, as terras dos povos indígenas são uma das mais afetadas pelas monoculturas do coco, do camarão e agora dos ventos, como podemos identificar no testemunho de um jovem educador da Escola Indígena Tremembé Maria Venância, Janiel Marques, quando clama:

Dizem que essa é uma energia limpa. Mas é porque ela vem e limpa tudo mesmo. Limpa todo o ecossistema local, fauna e flora. Desmata para implantar (as torres). Eram ambientes só de matas nativas, tirávamos nossas plantas medicinais. A gente acha que no mar vai ser igual ou pior". [...] Algumas eólicas são muito perto do mangue e a gente já tá sentindo falta de alguns peixes. O camurupim entra na barra do rio para desovar e ele não tá fazendo mais isso. É por conta do barulho das torres". Os caranguejos também estariam se afastando. Os pescadores falam que, de dentro do mar, se ouve o barulho e a vibração das eólicas do continente. Nos currais marinhos, técnica usada pelos povos tradicionais para capturas em maior quantidade, o peixe estaria se afastando (Ribeiro; Cajazeira, 2022, p.14-15).

Em todos os territórios hoje dominados pelas empresas de energia “limpa” não foram respeitados nenhum direito dos povos. A busca insana em maximizar suas taxas de lucro, espoliando os ventos e os direitos territoriais, esconde a existência de uma diversidade de ecossistemas, atividades produtivas, sociais, ambientais e culturais existentes.

São espaços onde muitas famílias retiram parte de sua renda, fazendo uso dos bens naturais existentes, áreas de extrema vulnerabilidade ambiental e, por consequência, são, ou deviam ser, protegidas pela legislação ambiental. O território camponês (em maior parte) é apresentado pelas empresas, tendo sempre aval e complacência do Estado, como “grandes vazios demográficos”, oculta-se a “diversidade biológica, cultural e social do território”. Ocupam diversos sistemas ambientais, entre eles, o de tabuleiro pré-litorâneo, planície fluvio-lacustre e marinha, áreas de inundação sazonal, dunas semifixas, dunas fósseis (eolianitos), entre outras. Nas figuras abaixo podemos perceber como os parques invadem territórios protegidos.



Figura 10 – Complexo Eólico Pedra Cheirosa



Fonte: Diário do Nordeste (2017).

O desmatamento vem causando perdas de várias espécies da flora e fauna local, gerando mortes, acidente, afugentamento de animais e interferindo no equilíbrio ambiental do território. Para os seres humanos, são retiradas todas as formas de autonomia sobre a terra e dos demais bens naturais. Quem dita as regras e as normas são as empresas, cerceando a liberdade e impondo sensação de insegurança, seja armando alguns trabalhadores para tornar-se vigias, bem como, instalando cercas, cadeados e placas, impedindo, assim, qualquer tráfego de pessoas dentro dos empreendimentos.

No Assentamento Pachicu, entre os anos de 2015 e 2016, inicia um conflito com as empresas de energia eólica que estavam se territorializando aos arredores em algumas comunidades. A reação da comunidade foi imediata por não permitir a instalação de parques dentro do perímetro, mas as empresas demandavam em passar, por dentro de alguns quintais e de espaços de roças, uma rede de transmissão de energia com a instalação de algumas torres. No primeiro momento, a decisão tomada pela assembleia da comunidade, entendendo o que poderiam ser os danos causados por esse empreendimento, foi a não permissão da passagem da rede.

A reação da empresa foi imediata para reverter a decisão, recorrendo aos órgãos de Estado e, principalmente, ao INCRA, o qual é o maior responsável pelo Projeto de Assentamento. As famílias impediram que fossem feitos os piquetes,

impediram funcionários de entrar e acirraram os momentos de diálogos e intermediação com o governo e a empresa, como se observa no relato de um de nossos entrevistados:

A eólica ela... Eu não sei, porque o povo diz que querendo ou não elas tinham que passar. Se nós quisesse ela passava, se nós não quisesse eles passava sempre. Aí já é, quer dizer, acabou a força. Se vocês quiserem eu passo, se vocês não quiserem eu passo sempre. Aí a minha força acabou. Eu não tenho mais força sozinho. Aí eles prometem, eles vêm prometendo, logo no começo eles começaram a prometer uma ruma de coisa. Coisas que nos ajudavam. Até que fizeram e prometeram algo mais. Que a coisa ia melhorar, ia aparecer emprego, ia aparecer não sei o que. Hoje dentro do pachicu só tem uma pessoa empregada. Só um. (Entrevistado 2 – 09/09/2023)

Depois de alguns dias desse enfrentamento, intermediado pelo INCRA, chega-se a um acordo, até porque a empresa já estava para recorrer a órgãos federais e à justiça. O acordo firmado com o assentamento foi de a empresa construir na comunidade uma casa de farinha com todos os equipamentos necessários para o beneficiamento da mandioca e seus derivados. Dias depois, a empresa passou a rede por dentro do assentamento que permanece até os dias de hoje,

Tem essa outra perseguição que eu falei no início, dos invasor, que tentam invadir nossas terra da região litorânea da praia. Pois é, e aí tem essas empresas também, da eólica que ninguém queria que ela entrasse aqui. A gente tentou impedir. Porque ninguém queria ela aqui dentro. Mas aí a terra não é nossa. A terra, eu posso dizer que é do INCRA, né? E o INCRA dá direito a eles e é contra nós. É no sentido de nós querer proibir a entrada deles aqui. O INCRA veio aqui dizer que podia deixar a empresa entrar [...]. Ela passa dentro do cercado ali. Ela corta o nosso cercado bem no meio [...]. Depois sobe já pra outra. É uma rede de transmissão da eólica. Ela cortaria o nosso quintal. Pois é. Aí depois que o INCRA veio aqui, que parece que foi o mesmo superintendente do INCRA que veio aqui, fazer reunião com o povo, pro povo aceitar ela entrar. Aí nós também achemo bom, porque através dessa transmissão que entrou aqui, da parte da empresa, nós recebemo um projeto. Nós recebemo um projeto que justamente é essa casa de farinha. Exatamente. Foi. Através da entrada da empresa aqui no assentamento. (Entrevistado 3– 10/09/2023)

Nesse relato, podemos perceber como existe complacência entre o Estado e as empresas, possibilitando que adentrem os territórios, embora não havendo concordância da comunidade, por outro lado, aquilo que devia ser uma política pública de incentivo à produção acabou sendo uma compensação feita por um ente privado. Podemos constatar isso em dois testemunhos:

Porque se não, se o INCRA não tivesse deixar eles entrar aqui, a empresa

entrar aqui, nós não tinha recebido esse projeto. E era o que eles faziam, era em todo assentamento que eles chegavam, eles dava um projeto pra comunidade pra implantar. Eles mesmo implantava, por conta deles, o projeto. Eles entregavam o projeto já implantado. Aí beneficiou também, nós. A casa de farinha (Entrevistado 3 – 10/09/2023)

Agora, eu sei dizer que as empresas estrangeiras tá cercando, tá. Só que o INCRA tem uma grande culpa disso aí. Por causa que o dia que foi pra essa eólica passar aí, ele chamou cada um do assentamento. Disse que queria ter uma reunião com o pessoal. Eu fui um dos que disse, que a minha opinião que cada um devia ter a sua opinião, tinha sua proposta pra dizer. Eu disse na minha opinião, passando essa aí, trazer nessa região pra derrubar. Porque a gente já sabia que tinha uma coisa grande aí, que ninguém sabia nem o que era. Quando terminou todo mundo de conversar, o INCRA disse assim “a gente respeita a opinião de cada um aqui a gente respeita. Só que se vocês quiserem, a eólica entra. Se não quiser, entra sempre”. A gente podia fazer o quê? A gente não podia fazer nada (Entrevistado 4 – 10/09/2023)

As consequências da territorialização na implantação dos parques eólicos evidenciam, a cada momento, diversos conflitos, em alguns, é possível dar maior visibilidade e disputa de opinião pública e até processo de lutas, outros são ocultados pelo Estado. Entre os conflitos, podemos destacar o processo de enfrentamento contra a grilagem de terras, principalmente as públicas e as que pertencem à União.

Mas que quando vê o projeto para o Pachicu, no caso Parque Eólico, ele não vai atingir só o Pachicu. Ele atinge todas as comunidades. Eu participei de um curso lá em Itapipoca, que lá botaram um vídeo em que ia chegar um tempo que eles ia enfiar essas torres, e que essas torres iam chupar não sei quantos metro de água de profundo. Eu assisti esse vídeo, e eu achava que isso nunca ia acontecer no nosso meio. Tá bem aqui. Tem noite que você só não falta é dormir com a zuada das paieta. Imagine se tivesse mais perto da nossa casa. Mantêm a casa quase de baixo, você vê ali. Então eu vejo isso (Entrevistada 1– 09/09/2023)

Esse barulho atrapalha bastante. A gente se acostuma com tudo, né? Agora não, já tô mais...Logo de começo, aquele lá da moita aqui derrubou uma árvore. Aí logo essa daqui também que apareceu incomodava muito. Mas aí hoje eu não vejo mais ninguém comentar sobre isso. Mas o barulho continua. Muitas vezes, até que quem chega aqui, quem não tem costume que chega aqui, como é que aguenta? É isso mesmo, se acostumei (Entrevistado 2– 09/09/2023)

Outros ocorrem entre empresas e camponeses na disputa pelo território quando do aterramento de lagoas, tabuleiros e mangues; pelo cercamento das lagoas, fontes e do lençol freático; pelos ruídos estarrecedores das hélices, causando diversos problemas psicológicos nas pessoas; em algumas casas, já se identificam rachaduras; pelo aumento da prostituição, uso de drogas, roubos e criminalização nas comunidades; pela negação de direitos trabalhista de trabalhadores que foram explorados e enganados sobre a geração permanente de empregos ou por acidentes de trabalho devido à exposição precária a que são submetidos; explosão de

aerogeradores, acidentes de trabalho devido à exposição precária a qual os trabalhadores são submetidos, entre outros.

A implantação dos parques de energia eólica *offshore* ou das “eólicas dentro do mar” já não é mais uma novidade, tem ganhado, no meio político e popular, muita repercussão, espalhada aos ventos, contudo, como uma ação feita na surdina, as empresas responsáveis pelos projetos e o Estado não aparecem para dar explicações às organizações, movimentos e comunidades e não oferecem explicações e, muito menos, referem modos de reparação de danos físicos, psíquicos e ambientais.

Segundo investigação feita pelo Jornal O Povo, em 2022, publicada como reportagem especial entre os dias 13 e 20 de maio, o estado do Ceará terá quase 1.900 torres aerogeradoras instaladas em águas abertas a poucos quilômetros da faixa de praia, com obras que podem durar de dois a mais anos por empreendimento, além das redes de distribuição que serão feitas em terra. Previsões otimistas apontam que as primeiras entrarão em funcionamento a partir de 2025, outras, segundo a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em 2019, apontavam as primeiras instalações/operações para 2027 (Ribeiro; Cajazeira, 2022).

Os investidores, consórcios brasileiros, estrangeiros e o estado discursam saídas de oportunidades, desenvolvimento e crescimento da economia, sem falar sobre os impactos, questões sociais, culturais, ambientais e políticas que isso poderá causar.

No país, segundo dados do IBAMA/MMA (janeiro, 2024) das informações dos projetos com processos de licenciamento ambiental abertos no órgão, existem 96 solicitações para implantação de parques eólicos *dentro do mar* com 15.499 torres eólicas e previsão de gerar em torno de 234,2 GW de capacidade produtiva instalada nos respectivos estados: CE (25); ES (5); MA (3); PI (6); RJ (14); RN (14); RS (27) e SC (1). Na região Nordeste, serão 48 projetos com capacidade de produção de 109,0 GW, ou seja, quase 50% de todo o país. Todos esses projetos devem ocupar uma área de 62.490 km². Além da forte propaganda da energia limpa e renovável, um dos argumentos é de que, dentro do mar, a capacidade produtiva seria maior do que a dos complexos na terra.

No Ceará, os parques deverão se espalhar por todos os 543 km de costa, ocupada por centenas de comunidade camponesas (pescadores, indígenas, quilombolas, assentados). Irão desde a divisa com o Piauí à que chega ao Rio

Grande do Norte. Dados ainda do IBAMA apontam que estão previstas a instalação de 4.328 torres eólicas, quase 30% do total do país. Se implantadas, terão capacidade instalada para gerar algo em torno de 64,3 gigawatts (GW) em uma área de 17.280 km² com profundidade de cada aerogerador variando entre 20 a 50 metros.

Uma parte da reportagem desse mesmo jornal foi realizada no assentamento estadual Morro dos Patos, localizado bem próximo ao Assentamento Pachicu no município de Itarema. Um dos entrevistados foi o senhor João Ezequiel, assentado e pescador que faz um desabafo sobre a chegada de tal projeto no território:

Só tô sabendo que vai acontecer, mas ninguém informou nada ainda. O que vai acontecer e o que vai deixar de acontecer pra nós, pescador? Com uma eólica dessa dentro d'água, na frente da gente, como é que vamos passar? Não vão deixar de jeito nenhum. Já tenho 61 anos, mas tem o jovem que ainda vai fazer parte dessa pesca, que vai usar esse mar. Tô achando que é um negócio sério, seríssimo (Ribeiro; Cajazeira, 2022, p.2).

Seu João, assim como muitas outras famílias da região e por não dizer de toda Zona Costeira do Ceará, complementam sua renda e outros sobrevivem por meio da pesca artesanal, utilizando de pequenas embarcações, paquete à vela ou a remo. Eles adentram pouco mais de seis quilômetros da costa; quando a pesca é boa, trazem fartura de guarajuba, dentão, bicuda, ariacó, canguito, guaiúba, tainha, pescada, barbudo, serra, bagre, carapeba, biquara, barbudo francês, entre outros.

Figura 11 – Registro da fartura da pesca

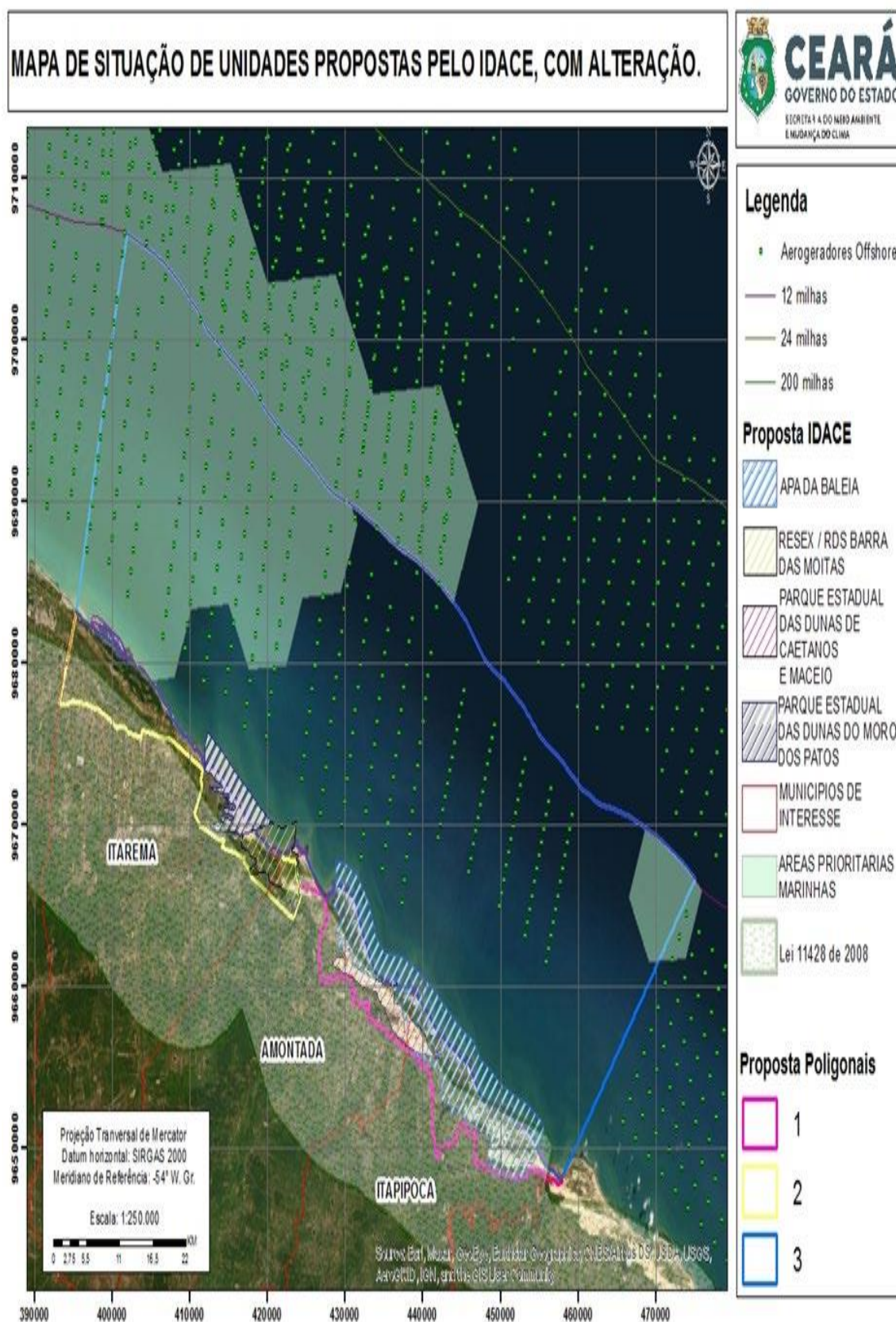


Fonte: Ribeiro e Cajazeira (2022).

Os parques previstos de serem instalados justamente onde estão os pontos pesqueiros tradicionais conhecidos por muito tempo por pescadores são destacados a seguir por um destes: “Tem a Pedra da Aruanã, a umas 5 milhas; o Quebra, que a gente já falou; tem a Pedra do Mero, a 3 milhas; a Racha, a 2 milhas; a Risca de Terra, a umas 7 milhas; a Risca de Fora, a 9 milhas. Tem outros”. Em Itarema, encontramos um dos principais portos da região, de lá saem as principais embarcações de pesca do polvo que ficam a 32 milhas (cerca de 50 km), em águas também propícias para a pescada lagosta e da captura do atum. Isso faz da cidade um dos principais polos da captura, concentrando um terço da produção do estado.

Os projetos das eólicas dentro do mar (*offshore*) também são parte do cercamento pelo capital ao Assentamento Pachicu. Quatro grandes projetos deverão tomar toda a paisagem da costa marinha do referido assentamento e de muitas comunidades circuvizinhas, sendo eles: CE 07, empreendimento Costa Nordeste *offshore* de propriedade da Geradora Eólica Brigadeiro I S.A que deverá implantar 256 aerogeradores; CE 08, empreendimento Asa Branca I com 72 aerogeradores; CE 14, Asa Branca II, com 72 aerogeradores; e CE 16, Asa Branca III com 288 aerogeradores, todas pertencentes à Eólica Brasil LTDA. Serão, ao todo, 688 torres de eólicas as quais tomarão a paisagem e a garantia da pesca artesanal e do direito de ir e vir dos camponeses no território. No mapa a seguir, é possível verificar os projetos das eólicas dentro mar (*offshore*) distribuídos sobre a costa do município e do assentamento.

Figura 12 – Mapa de situação de unidades propostas pelo IDACE



Fonte: IDACE (2023).

Além de acirrar os conflitos, expropriando e expulsando famílias e comunidades na região, esses projetos vão gerar impactos sociais e ambientais, consequências para o turismo, o qual, em grande parte, ainda é convencional, bem como para as atividades náuticas e esportivas. Vai influenciar nas áreas de estuários e manguezais, trará riscos à fauna e microfauna marinhas, alteração de pontos pesqueiros no fundo do mar, rotas de desova e alimentação de tartarugas, rotas migratórias de aves e a existência de campos eletromagnéticos.

Outra ameaça iminente diz respeito às instalações e percursos das linhas de transmissão ligados às torres no mar e dos cabos submarinos e subterrâneos: *“aqui vai correr muito cabo de aço no mar. A gente fica até com medo de uma âncora encostar num desses. A profissão da gente é a pesca, no rio, no mar. Se tirar a gente do mar, matou a gente”*. Relato preocupado do barqueiro Edvaldo Gonçalves que trabalha no Rio Aracatiaçu ao jornal acima citado. Nesse processo de implantação, podemos imaginar o que serão a movimentação de máquinas pesadas, o derramamento de óleo, a poluição química, o aumento da temperatura, a chegada de estranhos ao território.

Existe também o receio de os camponeses e pescadores serem impedidos de navegar e pescar na região dos parques, a exemplo do que existe nas eólicas fora do mar em que as áreas têm cercas e vigilância permanente. O jornal traz alguns testemunhos de pescadores e indígenas que demonstram apreensões, medo, incertezas e a possibilidade de perderem suas terras e a soberania alimentar:

Ixe, tão com essa conversa de eólica no mar e dizendo que podem proibir a gente de pescar né. Aí mata a gente. Vão dar ordenado se a gente parar?”. “Se for, é bem nas áreas que a gente vai pra pescar (Pescador de Amontada– 13/05/2022).

A gente aqui não foi informado, não teve nenhuma audiência pública, não tivemos nenhum órgão licenciador vindo até as comunidades informar como esses projetos vão acontecer e querendo saber nossa opinião sobre isso” (Bióloga e representante de ONG– 19/05/2022).

O mar é vida, é parte de nós, é uma segunda casa. O mar dá alimento. Grande parte da população indígena daqui ou a maioria ainda sobrevive só da pesca e da roça. Como vai ser? Estão engolindo a gente com essa eólicas por todos os lados” (Educador indígena Tremembé–14/05/2022).

O principal temor é de que não possam mais pescar. “Nós nascemos aqui, somos pescadores. Chegar e dizer ‘tu não vai mais poder pescar ali’. Isso é de correr água nos olhos. É como se dissessem ‘a partir de hoje o vento é meu e o mar é meu também” (Pescador da comunidade de Barra das Moitas– 19/05/2022).

Os conflitos entre as empresas de capital em conluio com o Estado, os quais ensejam, a todo custo, a implantação dos projetos de energias renováveis (*dentro do mar*), contra o campesinato e povos indígenas, por autonomia, soberania e direito a permanecer na terra e usufruir do mar como fonte de sobrevivência e reprodução da vida na região da Zona Costeira, tendem a se acirrar.

A quita cerca a que aludimos nesta pesquisa é a especulação imobiliária. Registrou-se, no dia 1º de maio de 2023, em manchete de jornal de grande circulação no estado, tanto impresso e por via digital, em sua página de notícias, o seguinte editorial: “A estrada ilegal que ninguém construiu em mangue de Itarema” (jornal O Povo). Na verdade, a matéria diz respeito ao acirramento do conflito entre comunidades camponesas contra empresários que atuam em rede com grupos locais em nome da especulação imobiliária, fato corriqueiro, causador de centenas de conflitos nos últimos anos na Zona Costeira cearense.

Esse conflito está ocorrendo no território do Assentamento Pachicu (Itarema) e no seu confinante, Patos Bela Vista em Amontada. Vale destacar que os dois assentamentos são limítrofes entre os dois municípios. Esses e outros assentamentos da região estão como alvos de ataques de todas as dimensões para destinar seus territórios, principalmente de mangue e dunas, para a ganância das empresas de capital para desenvolver o turismo e a especulação imobiliária. Podemos perceber bem essa situação no relato que revela o drama vivido, causador de medo e incerteza quanto ao futuro próximo:

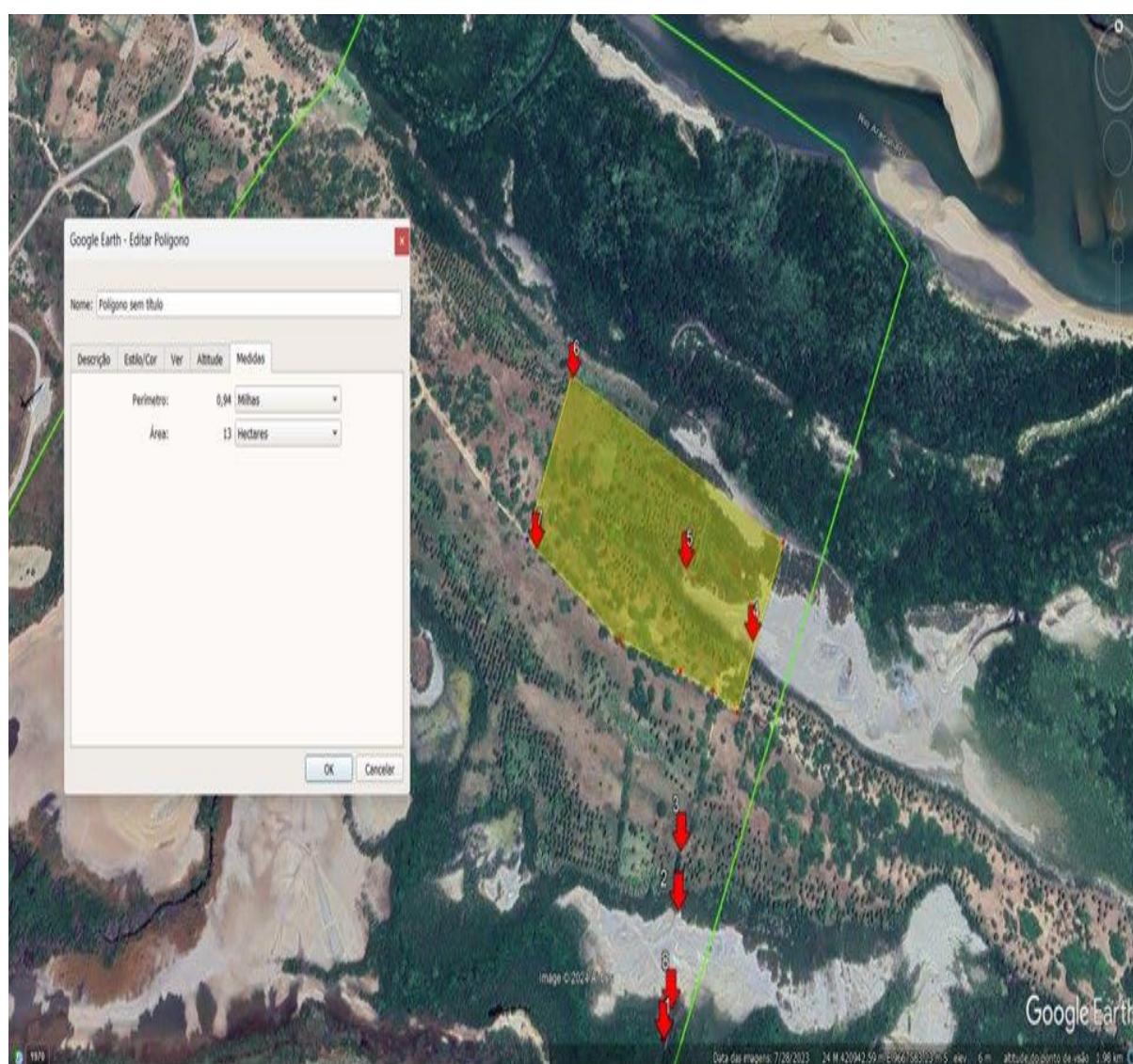
E são muitos perseguidos por causa deste chão. Um tempo chegou um cidadão aqui com um documento na mão. “Aqui é que mora Dona Maria?”, “É”. “Dona Maria, é porque essa terra aqui é de fulano de tal”. “Sério? Você compraram?”, eu sei que eu conversei pouco tempo com ele, e ele nunca apareceu mais pra mim. Mas, depois, apareceu pra outras pessoas, e até que foram se... Né? Não sei. Mas a nossa terra é muito perseguida. Por causa desse território que eles dizer manguezal ou marinha. Não sei a palavra certa (Entrevistada 1– 09/09/2023).

No ano de 2022, os assentamentos acima citados sofreram devido às empresas de topografia e de terraplanagem, as quais logo chegaram desmatando a mata nativa, destruindo sítios das famílias, fazendo cercas, abrindo e aterrando mangue para fazer estradas que até então estavam batizadas, segundo o jornal, por “estradas do mangue”, uma sobreposta sobre os assentamentos e a outra mais na faixa litorânea, nas áreas de dunas móveis.

Segundo as apurações e os próprios testemunhos das famílias, eram

estradas clandestinas, sem licenças e nenhum licenciamento ambiental. Vale retomar aqui que essa ação é regra das empresas que atuam na região, não apenas na especulação aqui citada, mas em todos os empreendimentos que o capital deseje implantar. Aqui envolve-se muito dinheiro, poder e relações com todo tipo de jogo sujo praticados por agentes em nome dos poderosos. Como podemos verificar nas fotos abaixo, a primeira é uma foto da área que estavam a desmatar e a segunda de parte da estrada irregular e da área que foi desmata.

Figura 13 – Foto da área do Assentamento Pachicu que foi invadida



Fonte: IDACE, 18 de janeiro de 2024.

Figura 14 – Foto da estrada irregular entre os assentamentos



Fonte: Ribeiro e Cajazeira (2023)

O empresário que se diz dono das terras é de Fortaleza, contratou empresas e serviços no município para realizar o serviço, interessando-se, segundo este, por “fazer uma pousada, um hotelzinho com um beach club, com um barco que leva de uma ponta a outra”, ou seja, que faz a travessia de Itarema para Amontada na foz do Rio Aracatiaçu, um trecho de mangue, justo no local de interesse. O empresário apresentou duas matrículas que justificam, segundo ele, a compra das terras: uma do ano de 2010 com a compra de 126,5 hectares; e outra, essa em nome de sua esposa, de 2020 com a compra 152 hectares. Uma delas, chamada de matrícula centenária, segundo o mesmo, data do ano de 1951, sendo referente aos antigos proprietários da região, registrada no cartório de Acaraú, para justificar que as terras pertencem à União.

Essa terra aí, eles têm planos nelas, pra fazer o que eles querem, que é negócio de pousada. Negócio de pousada, restaurante... e ganhar muito dinheiro nas terra. Porque as terra é muita. É uma quantidade de terra aí de mais ou menos uns 40, 50, 60... É de 50 a 60 hectares. Aqui o Pachicu com a Bela Vista. Aí eles não tão querendo pegar a terra toda, eles tão querendo pegar uma parte da terra. Justamente é da estrada pra lá. De uma estrada que vem dos pato pras moita. Que começa nos pato, e termina na beira do rio, na barra das moita. Aí tem uma terra pra lá, que a estrada divide, né, a terra. Essa terra pra cá, eles querem dar direito ao INCRA, né? Eles dizem que é do INCRA. Mas de lá, eles dizem que não é do INCRA (Entrevistado 3– (10/09/2023).

Dizem que era pra fazer umas tal de pousada. Eles queriam o lugar lá pra fazer pousada. Assim a notícia tava correndo, pra fazer pousada. O lugar muito bom, perto dos mangue. Fazer pousada, e perto dos mangues fazer viveiro. Pra fazer camarão (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Sua primeira ação diz que há intercessão dos assentamentos em suas ditas propriedades, dizendo também que são áreas da União e que abriria um processo administrativo junto ao órgão responsável pelos assentamento, no caso, o INCRA. O suposto proprietário informa, nesse mesmo veículo de comunicação, que os trabalhos topográficos iniciaram no ano de 2020, por meio do uso de drones, fazendo o levantamento topográfico da área, mesmo não havendo o pedido de licenciamento na prefeitura.

Figura 15 – Fotos de uma das áreas desmatadas para fazer a estrada (A)



Fonte: Ribeiro e Cajazeira(2023)

Figura 16 – Foto de uma das áreas desmatadas para fazer a estrada (B)



Fonte: Caroline Araújo (2024).

Como podemos perceber nesses primeiros relatos, a proposta, caso não tivesse havido a denúncia desse crime, seria do avanço vertiginoso da destruição ambiental e implantação do empreendimento sem que houvesse mais condição de contestação, acabando por legitimar a ação, justificando custos e avanços nas obras, o que é muito comum na região, ou seja, o capital tenta se instalar e depois

se territorializar sem nenhuma condição pré-estabelecida como afirmado em uma de nossas entrevistas:

Tem tanta gente querendo entrar no que é da gente, tomar aquilo que a gente tem, e estes, muitas vezes são os nossos inimigos de hoje, né? [...] Turismo dentro do rio direto, que é onde a gente pesca, e não pode mais pescar com tanta gente na praia, espantando o peixe, aquela coisa, nós vamos fazer uma manifestação pra isso” [...]E depois que tão estabelecido ali dentro fica difícil de tirar. Que é o que aconteceu e tá acontecendo muitas vezes na região praiana. Né? O povo, eles... é uma terra nativa, e eles vendem por pouco mais um nada, pro próprio inimigo, e aí rende mais gente, se estabelece dentro, e vira inimigo pra aquele que hoje quer ir pescar, mas não pode porque tem uma cancela, porque tem um próprio morador, porque tem ali um vigia, né? E aparecendo mais. O caso que hoje nós tamo cercado dessas pessoas são praticamente os nossos inimigos. Porque eles não querem nada. Se eles pudessem fazer a gente morrer mais cedo ainda era melhor (Entrevistado 2– 09/09/2023).

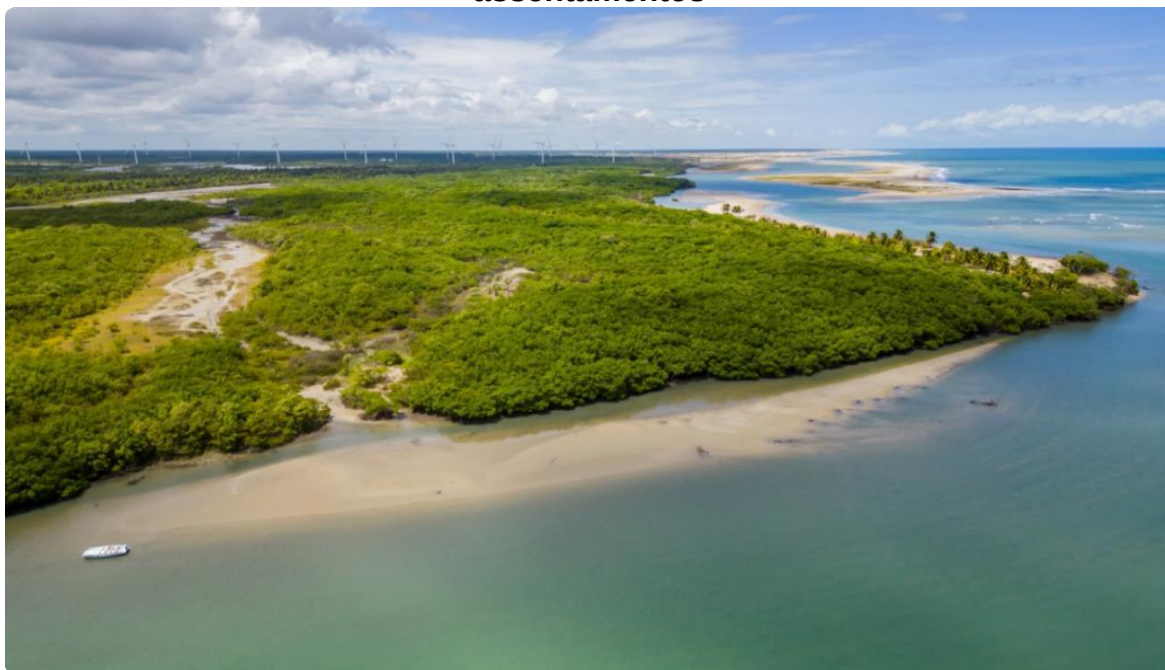
No entanto, as terras da União (marinha, dunas, entre outras) não são para destinação de empreendimentos, são áreas que deviam estar como reservas e em proteção. Aqui no Ceará, não há limites ou leis que impeçam o avanço dos empreendimentos que se ocupam desses patrimônios. Há sempre um “jeitinho” com ação e conivência do Estado para isso acontecer, principalmente nos órgãos ambientais que atuam em nível do município e nas constantes leis aprovadas no legislativo para facilitar a chegada das empresas e seus empreendimentos.

Figura 17 – Foto aérea da estrada feita com piçarra sob área de dunas móveis



Fonte: Secretaria de meio ambiente de Itarema (Arquivo do jornal, 2023)

Figura 18 – Vista aérea de trecho de uma das matrículas que sobrepõe os assentamentos



Fonte: Fontenele (Arquivo do jornal, 2023)

Podemos identificar, nas figuras, o quanto são belos os territórios dos assentamentos em questão, ao mesmo tempo como avançam os projetos do capital para tentar se apossar dessas riquezas. Ouvindo as famílias assentadas, podemos destacar melhor como percebem essa ameaça e os movimentos dos algozes do capital.

O homem que diz que é dono da terra, ele empenhou no Banco do Nordeste, a terra. Pegou um valor, no Banco do Nordeste, em dinheiro, e empenhou a terra. Isso é eles quem contam. Porque esta terra está toda partida e registrada, no cartório do genro da Laura. E justamente, ele mediu a terra, registrou a terra, documentou a terra, e aí tentou tomar a terra. Só que aí a gente, de imediato [...] ele disse que a terra não foi desapropriada, porque o INCRA não pode desapropriar a terra porque pertence à marinha. E aí eles acharam essa brecha pra entrar e tomar posse da terra [...] E a terra foi medida, sem sombras de dúvida, e foi colocada no mapa [...]. Mas como eles têm o plano de enricar, essa terra aqui é mesmo que ouro, pra eles. Eles têm uns planos pra essa terra aí, aí eles tentam se apossar da terra (Entrevistado 3– 10/09/2023).

Não vamos conseguir aprofundar aqui, mas o Assentamento Pachicu possui algumas desavenças com o vizinho, Patos Bela Vista, por causa da demarcação dos perímetros de ambos. Acusam-se de um, Patos Bela Vista, estar se apossando de uma parte da terra do outro, Pachicu. O INCRA, órgão responsável, não conseguiu, até o devido momento, esclarecer esses aspectos, mas essa discussão é

bem recorrente e foi identificada em nossa pesquisa. Quando do enfrentamento com o especulador, acreditam os assentados que a demarcação tenha chegado até a área de marinha.

Somente no ano de 2023 que o conflito ganha dimensões a preocupar e envolver órgãos de Estado, quando as famílias se organizam, tentam barrar os crimes ambientais feitos pela empresa e realizam denúncia para os órgãos responsáveis. Ao mesmo tempo, ações de várias organizações que atuam com os povos do mar e movimentos populares se articulam para fazer ações que busquem denunciar e coibir as ações organizadas pelo empresário, por meio das empresas contratadas.

Além do empresário, outras três pessoas estão sob investigação da polícia civil, como integrantes na execução das estradas abertas irregularmente em áreas de mangue, dunas e praia entre os assentamentos. Um inquérito foi aberto, e essas pessoas foram ouvidas em depoimento na delegacia do município, todas negaram qualquer participação nos atos, alegando não saber ou dizendo que não conheciam os demais envolvidos. Todos moram no município, mas possuem familiares na localidade dos Patos, distrito bem próximo dos assentamentos. Os três, segundo relata o jornal, já são velhos conhecidos na tratativa de atos como esses investigados e estabelecem relação com as empresas ou empresários que pretendem se instalar na região.

Na cidade de Itarema, um deles possui uma empresa cujo nome é Tremembé Consultoria Ambiental, responsável para regularizar as matrículas das terras em litígio. O delegado, quando contatado pelo jornal, descreve que o dano é muito grande, pois as estradas foram construídas em grande extensão (como podemos verificar nas figuras anteriores), principalmente em faixas de dunas e com o uso de piçarra. Além disso, há muitas demarcações, supressão vegetal e corte de mata nativa. Os fatos se constatarem quando ouvimos os camponeses em conflito:

O que eles conseguiram fazer foi a estrada, destruíram o mangue [...]. Foi um estrago grande. Disse um primo meu, que mora ali embaixo: “eu acabei de ver que o pobre trabalhador não tem valor não, porque se aquilo ali fosse nós que tivesse feito, nós ia mofar na cadeia. Nós não saía mais da cadeia não”. O crime que eles fizeram... Eles fizeram uma estrada aí derrubando umas cerca lá daqui [...] passou a estrada até o Salgado que a gente chama, e lá pegaram o mangue. E tá lá as coisas mais horrível do mundo que eles fizeram [...] E depois de sair, quando a gente meteu pra eles pararem, e foram fazer do outro lado do mangue. Lá naquela praia ali, que sobre o rio ali, perto do rio. Aí lá perto do rio, eles fizeram 370 metros, que eles cortaram o mangue assim pra cima. Cortaram de um lado e do outro.

Onde tinha mangue, cortaram. Aí tava falando, que se fosse nós que tinha cortado, era um processo grande demais. E eles não... Acho que não aconteceu nada não (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Abriram até o cercado desse meu filho. Abriram. Meteram os tratores. Pra passar a máquina sem ter conversa, sem combinar nem nada. Onde o menino tinha um bocado de coqueirinho esperando pra dar, “derrubaram meus coqueirinhos”. Lá onde trabalhava um rapaz que deu pra, também, pra roubar tudo os coco deles lá, o pessoal roubava. Aí ele botou pra esse homem trabalhar lá, “não pode carregar, não paga nada, só pra olhar pros ladrão não roubar”. Ele tinha plantadeira, tinha feijão plantado, tinha outras coisas plantado, o cara foi e pegou tudo. Sem ter combinação, sem nada (Entrevistada 5– 10/09/2023)

Muitas famílias pouco acreditam na ação dos órgãos ambientais e na justiça quando se fala de dar direito ao povo, pois conhecem muitos relatos e casos em que a impunidade dá voz ao capital e os creditam para fazer novos crimes ambientais. Para o delegado, o esquema é em forma de pirâmide, no topo estão os financiadores do projeto, os quais não moram na região, monitoram as ações e garantem as condições para atuação de quem está mais abaixo. No meio, os articuladores, mais abaixo os operadores, que atuaram para a logística, documentações e histórico das terras na região. E na base os operários, contratados para o serviço braçal ou para manusear as máquinas e ferramentas (caminhões, tratores, moto serra, foices), desmatando e destruindo mangues e mata nativa, bem como aterrando com piçarra a faixa de areia.

Figura 19 – Desmatamento e cerca de arame



Fonte: Ribeiro e Cajazeira(2023)

Apurações também sinalizam suspeitas da polícia de que grupos ligados às facções que atuam na região supostamente estejam no suporte, nos trabalhos e na segurança de quem fez os crimes ambientais no território, seja através de olheiros, informantes e até como seguranças.

A secretaria municipal de meio ambiente de Itarema organizou o relatório sobre os danos ambientais. O crime aponta indícios de tentativa de grilagem, matrículas imobiliárias apontadas pelo INCRA e sob investigação da polícia Federal, diante dos documentos periciais e informações colhidas nos depoimentos. A polícia civil continua acompanhando o caso, além do Ministério Público Federal da Promotoria Pública de Itarema, bem como da Secretaria do Patrimônio Público – SPU e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A matéria, que o mesmo jornal acima citado veicula 18 dias depois, diz respeito à constatação dos órgãos do Estado quando da averiguação dos crimes ambientais praticado se traz o seguinte editorial: “Suspeita de grilagem: avanço em área de assentamento seria 10 vezes maior do que diz INCRA” (Ribeiro; Cajazeira, 2023). Até o momento em que estávamos em pesquisa no Assentamento Pachicu, os crimes ambientais haviam sido parados pelas ações organizadas das famílias em impedir o crime e pela intervenções das autoridades, mas os especuladores e seus agentes continuam em ação em seu projeto de cercamento às famílias e à comunidade. Além disso, esperam apenas que as investigações caiam no esquecimento ou que consigam alguma brecha na lei ou no processo organizativo para retomar seus crimes e possibilitar a territorialização dos empreendimentos da especulação imobiliária e dos grandes complexos turísticos.

Uma matéria do jornal O Povo alega que, na região, já ocorreram inúmeros casos de crimes ambientais. No intervalo de 2011 a 2014, a SEMACE realizou dez autuações na área, sendo que seis delas são relacionadas à ausência de licença ambiental das pousadas. As autuações revelaram que esses empreendimentos ocuparam Áreas de Preservação Permanente (APP), promovendo intervenções nos campos de dunas, na faixa marginal do rio e no ecossistema manguezal. Além dos problemas dos crimes ambientais citados, observa-se, nessa era, um processo de privatização da praia e ocupação da faixa de áreas de extrema vulnerabilidade ambiental, que pode acarretar o agravamento do processo erosivo que já se

identifica no litoral do município de Itarema.

Conforme Claudino Sales (1993), diversas zonas litorâneas do Ceará passaram por um processo de loteamento das praias, repercutindo em sérios problemas ambientais, tais como: aplainamento de dunas, desmonte de falésias, desmatamento de manguezais e ocupação de vários trechos da faixa de praia. Segundo a autora, isso se agravou como crescimento do turismo no estado, causando conflitos territoriais e degradação dos sistemas ambientais:

O crescimento do turismo tem agravado esse quadro, pela instalação indiscriminada de hotéis e pousadas ao longo da zona litorânea do estado. Os hotéis e equipamentos de lazer são em grande número construídos em prejuízos de rios, dunas e falésias, agregando ainda à degradação socioambiental o aspecto de privatização das praias e das fontes de água, gerando conflitos de toda ordem, via segregação espacial e econômica e expropriação dos praianos (Claudino Sales, 1993, p.14).

Essas empresas recebem acolhida, liberdade e incentivos por meio do governo federal, estadual e dos municípios, que lhes favorecem sem a menor reação, em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”, agora sob o discurso de ser “sustentável”. Os territórios camponeses, como é o caso do objeto desta pesquisa, com o Assentamento Pachicu e tantos outros no Ceará, estão constantemente sob ameaça da perda territorial. O cercamento como parte da territorialidade do modelo do capital no campo ganha contornos de pressão e sufocamento das comunidades camponesas, esta, pois, é a constatação a que chegamos quando analisamos a condição do assentamento de nossa pesquisa e os demais ao seu redor.

A sexta cerca na região diz respeito à disputa entre facções e imposição do medo. O Assentamento Pachicu está vivendo um momento de muita tensão e requer muitos cuidados e, mais que isso, ação das forças de justiça. O cercamento também acontece pelas disputas entre facções para o controle do tráfico na região. A comunidade se encontra em meio e, ao mesmo tempo, figura como o corredor de passagem entre os dois grupos rivais. A situação está amedrontando e mudando comportamentos entre as famílias e suas rotinas na região. Muitos são os testemunhos que retomam anos anteriores em que se podia sentar no final de tarde ou noite na área de casa para conversar com vizinhos e ou apreciar a natureza.

Um de nossos entrevistados, traz um relato revelador e recorre sua memória sobre o Assentamento e divide os tempos; o de hoje e o de “atrásmente” que para ele, o Assentamento,

Significa um bocado de coisa. Muita coisa boa. Hoje eu não tô achando muito bom mais não. Hoje, se, por a idade que eu tenho, se eu achasse um local confortável, se eu tivesse condições, eu comprava um local em outro canto, pra mim sair. Por causa do desespero que é grande demais. 'Hoje a gente não pode mais dormir sossegado. Atrasmente, a gente dormia até de noite aqui. [...] E hoje ninguém pode dormir mais. Ninguém pode ficar sossegado de noite'. [...] 'aconteceu um caso bem aí vizinho na minha casa [...]. Assassinaram um rapaz. Amigo da gente. Nós trabalhando segunda-feira cortando mandioca, eu botando mandioca, ele arrancando mais os trabalhador lá. A gente conversando, com umas hora mataram ele. Nesse dia até um chute na minha porta o cara deu (...). Eles é quem quer ser dono. Parece que eles querem ser dono. [...] E eu, se eu tivesse como eu sair, hoje eu saia. Um desrespeito muito grande' (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Esse testemunho apresenta uma situação que coaduna com aquilo que as empresas buscam em sua estratégia, a saída forçada das famílias do território, abrindo espaço para a compra ou arrendamento de terra com a famílias, que pelo menos, passam a morar com os filhos na cidade ou saem definitivamente do assentamento. Como parte da preocupação desse mesmo assentado, o medo se expressa também com o nome e reputação do assentamento com a sociedade na região: “O Assentamento era bem-visto. Era maravilhoso. Mas depois dos acontecimentos que eu tô falando, tá mal-visto. Quem já queria vir pra cá, não tá gostando, tá parado para não vir. Aí tá mal-visto por esse lado” (10/09/2023).

O tráfico e a instalação das facções estão ceifando vidas de muitos jovens nos distritos do entorno e nas comunidades camponesas, entre elas, o Assentamento Pachicu. Hoje, encontramos muitas casas com grades, portões, pouco ou quase nada de objetos domésticos deixados sob o alpendre. Depois das 18 horas, a maioria dos membros da comunidade se isolam, fazendo parecer um deserto, o que funciona mais são as igrejas ou algumas mercearias.

Antes a gente vivia muito tranquilo. Falta de segurança, tanta coisa ruim que apareceu aí, de uns tempos pra cá. Isso deixa o assentamento todo preocupado, porque não tem costume de ver essas coisas no meio da gente (Entrevistada 6– 10/09/2023).

Ninguém se atreve a sair de casa para outra comunidade ou mesmo para ir pescar ou até caçar, o que era muito comum entre as famílias. O número de assaltos tem aumentado e, com isso, a insegurança de guardar ou ter algum objeto de maior valor. Poucas famílias excitam falar sobre a questão, preferem o silêncio ou negligenciar a situação.

Percebemos o aumento de casos de depressão e ansiedade entre as pessoas, agravados depois da pandemia da Covid 19 e com a chegada de grupos armados que “tocam o terror” na região.

Hoje é que a gente tá medrosa de viver no nosso assentamento [...] O que tá destroçando nós é essa raça do cão, que não tem... que a gente não pode fazer nada. Não posso mais fazer nada. Não posso mais fazer nada (Entrevistada 1– 09/09/2023).

O nosso assentamento, eu tô falando daqui, do Pachicu. Era um assentamento tranquilo. Depois que a gente venceu as questões, passou a ser tranquilo, o assentamento, passou a ser calmo. E a gente vinha tendo paz. Todo mundo, Graças a Deus se dando bem. Mas agora, a coisa pegou de novo. Conflito de novo. Que essa notícia já tá longe. Com relação a esse negócio de facção. Tá um caso sério. E pra melhor dizer, tá sério com uma núvem. Nunca teve tão sério como tá agora [...]. Existe um confronto de facção. Facção de um lado, e facção do outro. Aí eles ficam brigando, disputando as brigas rivais. Aí de vez em quando morre gente. E quando não morre, mas eles assaltam as pessoas, eles entram nas casas pra roubar, assaltar e isso é uma coisa que tá acontecendo de vez em quando. Não parou. Continua esse problema, e é uma coisa assustadora. E muito assustadora. O povo fica traumatizado, fica com aquele medo. Algumas pessoas deixam as casas, e procuram outras casas pra dormir [...]isso existia em todo canto, só que aqui era pouco. Aqui a gente quase não tinha. Essas coisas aqui quase não existia. Isso aqui existia na cidade, anteriormente, mas agora tá aqui. Chegou aqui (Entrevistado 3– 10/09/2023).

Porque hoje é assim. Se você for ser contra uma pessoa acima, é arriscado o cara morrer. Porque tem umas facções perigosas aí, e manda matar a pessoa. O caba quer lutar, o caba lutador, sempre tem uma pessoa que não quer que a pessoa lute (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Eu não sei nem se eu posso falar [risos], mas as coisas que tão acontecendo [...] Mais essas coisas mesmo, porque antes a gente vivia muito tranquilo. Falta de segurança, tanta coisa ruim apareceu de uns tempos pra cá. Isso deixa o assentamento todo preocupado, porque não tem costume de ver essas coisas no meio da gente [...]. É recente, do ano passado pra cá (Entrevistada 6– 10/09/2023).

Tem sido a juventude o alvo mais procurado e que está se envolvendo no mundo do tráfico, seja pela oferta de melhoria das condições econômicas ou por meio de status adquiridos quando se apossam de armas e condições de ostentação, impõem assim, o medo. No Assentamento Pachicu, são mais de cinco vidas de jovens (homens) que foram assassinados de forma brutal dentro e fora do assentamento por estarem envolvidos, ou senão, como dizem no jargão popular, “por escutar e falar demais”. Podemos dar voz às próprias famílias.

O negócio tá vindo mais da parte dos jovens, da juventude. Dificilmente a gente vê uma pessoa idosa envolvida nisso. É mais a juventude, que se envolve nisso [...]. Porque a gente sabe que o jovem é muito perseguido, ele é muito iludido pelas coisas do mundo. Aí ele faz essa escolha. Ele acha

melhor as coisas do mundo, se apegam com as coisas do mundo (Entrevistado 3– 10/09/2023).

Muitas famílias estão dizendo que querem sair do assentamento, ir morar na cidade ou em outro lugar mais tranquilo, amedrontadas pelos constantes atos de violências que presenciam e pelo grau do medo de serem violentadas. Os confrontos são constantes, embora a polícia esteja fazendo rondas na região e conseguindo prender parte dos integrantes. Escolas são fechadas e transportes escolares são impedidos de circular, ou mesmo, outro dia, impedem de transitar motos ou de circular pessoas entre as comunidades. Festas já nem são mais tão frequentadas, e os momentos de lazer nas comunidades estão sendo deixados de lado.

Há quem diga e, em alguns dos conflitos, é possível constatar que as empresas estão coadunadas com alguns grupos de facções para expulsar famílias das comunidades e assentamentos, como poderá ser o caso do Pachicu, para então justificar a entrada das empresas para se apossarem dos bens ali existentes.

O crime organizado pode ser um braço, o qual, por meio das armas, garante as condições para a territorialização do capital na Zona Costeira cearense a partir das empresas de produção ou de empreendimentos imobiliários. Esse tipo de cercamento, se não forem tomadas as devidas providências por meio do Estado, o processo de desterritorialização do campesinato na região será uma ação desastrosa e com muitos impactos para o meio rural e, principalmente, para as pessoas que têm ali nos assentamentos e comunidades seu lugar de vida e de morte. Estamos falando de um território aterrorizado.

Quando perguntávamos às famílias do que entendiam sobre essa(s) cerca(s), o que sentiam diante de tudo isso e as consequências, destacaram:

Medo. Muito medo. Veja bem, pra cá é Salgado Comprido, bem ali uma eólica, ali o mar, bem ali já tem outra. O medo de já ser tão pequeno, e com a força do dinheiro, a gente perder. Por isso que eu sempre, nas reuniões nossas de luta, mesmo aqui como a gente tá conversando, eu não sou a favor de parcelamento (Entrevistada 1– 09/09/2023).

Não para nos ajudar, mas sim muitas vezes para nos atrapalhar. Porque, muitas vezes, as pessoas quando não conhecem acha que quando entra uma empresa num lugar é pra ajudar. Emprego, pra aparecer aqui, e tal. Mas muitas vezes atrapalha tudo. O caso que hoje nós tamo cercado dessas pessoas são praticamente os nossos inimigos. Porque eles não querem nada. Se eles pudessem fazer a gente morrer mais cedo ainda era melhor. Porque rico não dá valor a nossa classe, e se torna sempre os nossos inimigos. Muitas vezes o rico, muitas vezes, por mais que ele seja amigo da gente, mas você nunca considere ele como seu amigo. Porque o

rico, muitas vezes, começa a te atrair ali pra querer algo de você. É. Desse jeito. A gente tá cercado mesmo, como você falou, por esse tipo de gente, e precisa, se é que tem condições de a coisa melhorar, que a gente corra atrás pra... melhore (Entrevistado 2– 09/09/2023).

O interesse deles de tomar a terra, é porque eles sabem que essas terra, que pertencem à marinha, que pertence ao IDACE, a gente, dizem...eu não sei 100%, mas dizem que não foi desapropriada. Tem essa outra perseguição que eu falei no início, dos invasor, que tentam invadir nossas terra da região litorânea da praia. Pois é, e aí tem essas empresas também, da eólica que ninguém queria que ela entrasse aqui. A gente tentou impedir (Entrevistado 3– 10/09/2023).

Por causa do desespero que é grande demais. Né? Eu, hoje a gente não pode mais dormir sossegado. Atrasmente, a gente ficava... a gente dormia até de noite aqui [...]hoje ninguém pode dormir mais. Ninguém pode ficar sossegado de noite. Porque aconteceu um caso bem aí vizinho na minha casa, não sei se ouviu falar. Assassinaram um rapaz. Amigo da gente. Nós trabalhando segunda-feira cortando mandioca, eu botando mandioca, ele arrancando mais os trabalhador lá [...]a genteouve muito falar em ameaça. Que a gente tem que ficar calado, a gente tudo ficar calado. Parece que eles querem ser dono. E cê vê ali tudo, até essas barraca véa é pixada. Falta de respeito. Pixar o muro do cidadão. E ele sem poder dizer nada. E eu, se eu tivesse como eu sair, hoje eu saía. Por causa que eu não tô achando... Um desrespeito muito grande. A polícia passa aí, mas não serve pra nada. Prtrasmente, o assentamento era bem-visto. Era maravilhoso. Mas depois dos acontecimentos que eu tô falando, já tá mal-visto (Entrevistado 4– 10/09/2023).

Tem aparecido gente aqui. Só tem faltado fazerem um negócio. Só tem faltado fazerem um negócio. Mas pelo um milagre de Deus de isso se tornar melhor ou pior, mas eu só acredito de isso se tornar pior (Entrevistado 5– 10/09/2023).

É possível identificar nesses testemunhos o quanto as famílias do assentamento estão impactadas com o grau de insegurança e ameaças que adentram o território. É também possível identificar o quanto elas percebem o grau de intervenção das empresas para com as riquezas existentes no assentamento. Essas visões acima descritas estão desde as pessoas com mais idade até a juventude, elas falam de insegurança e ameaças por que passam o território e suas famílias.

A cerca para além do arame e das porteiros das propriedades das eólicas é imposta nos impedimentos do direito de ir e vir dos camponeses no território. Esse impedimento acontece também quando impõem contratos abusivos, quando coagem por meio das empresas de segurança, atuando 24 horas no território na missão de assegurar o direito de propriedade e do patrimônio privado. Cercam quando possibilitam a grilagem de terras, criando escrituras falsas e se apossando indevidamente de parte do território. Estão cercando as fontes de água, as roças,

quintais, locais de pesca, reservas, áreas de preservação permanente e a rica biodiversidade da região.

A cerca também é a imposição do fundamentalismo religioso por meio das diversas formas de manifestações religiosas que destroem completamente os processos até ali construídos, tendo como base a Teologia da Libertação, sendo esta até alguns anos atrás, uma condição para fazer a luta e a resistência.

A ânsia da propriedade privada da terra é base do pensamento em grande parte dessas famílias camponesas, condição de existir muita pressão das empresas com o INCRA para entregar o título definitivo da terra afim de facilitar o processo de compra e arrendamento da terra e bens naturais. Essa defesa ainda é de um grupo minoritário na comunidade, e no debate do coletivo prevalece a decisão da maioria de não querer a divisão da terra.

Existem muitas pressões sobre as lideranças, tentativas de cooptação e até ameaças para permitir a entrada das empresas. As consequências da tentativa de implementação desses empreendimentos ou dos que já existem têm sido o medo, vontade de sair do assentamento e das comunidades, a depressão, ansiedade, doenças de pele, migração forçada, animais adoecidos, comunidades inteiras extintas e desmatamento, destruição da paisagem e escassez da biodiversidade que existe no território.

A ganância do capital de se apossar da terra e de bens naturais e comuns dos camponeses na Zona Costeira Cearense tem referência em alguns estudos que apontam para um ataque avassalador das corporações ao que estão chamando de fundo territorial que existe em números significativos no Brasil e também no Ceará. São estes considerados territórios que a lógica da propriedade privada e do trabalho assalariado, bases condicionantes do capital, ainda não se estabeleceram em sua plenitude. Estão nessa lista as unidades de conservação, parques nacionais, reservas extrativistas, terras da União, territórios indígenas e quilombolas, os assentamentos de reforma agrária, entre outros.

Com o discurso de resolver a crise ambiental, a nova investida passa a ser no contexto das mudanças climáticas e no semiárido nordestino, e o cearense ganha importância no processo atual de acumulação do capital, o qual, articulando com o trabalho, busca resolver as crises de reprodução deste. O Assentamento Pachicu e os demais que existem na região são parte desse fundo territorial que está sob pressão para tornar-se território para esse novo ciclo de acumulação, principalmente

o da chamada transição energética. São movimentos verticais que impedem o campesinato tomar decisões sobre seus territórios, impondo projetos não compatíveis com a realidade.

Muitas serão as investidas das empresas e do Estado nos territórios costeiros cearenses para se apossarem de nossas riquezas e subjugar o povo. O inimigo agora está mais diversificado, internacionalizado e atua de múltiplas formas.

Se antes a gente tinha a presença dos latifundiários com os jagunços e tudo, não mudou muita coisa. Mudou apenas as táticas de como tentar ocupar o território, de como possuir a terra de novo. Nós temos hoje presente, muito presente, principalmente no nosso território a especulação imobiliária. Se a gente for ver aqui, para pegar a questão do turismo, a nossa região da praia, o nosso assentamento tá aqui nessa parte da região da praia pegando moitas, pra pegar Jericoacoara, Itarema ali, o que tem no meio são os nossos assentamentos, que no caso aqui, Pachicu e o Morro dos Patos. Então, ocupando essas duas faixas, eles conseguem ligar ali Moitas com Jeri e tudo. Então há uma pressão muito grande da especulação imobiliária, e como estamos aí no território da marinha (Entrevistada 7– 11/09/2023).

O Assentamento Pachicu, além de ser uma terra propícia para expansão dos projetos das eólicas e da especulação imobiliária, é também um corredor de acesso para as corridas de *off Road*, ralis que passam entre a agrovila da comunidade, rota costeira do turismo para as praias de Jericoacoara e região. Pior ainda, o assentamento tem, desde sua desapropriação, uma questão não resolvida de demarcação de terra que dizem estar sobreposta para o assentamento confinante, Patos Bela Vista, e, nos últimos anos, o aparecimento de empresários que se dizem proprietários de áreas que estão ou deviam estar delimitadas no perímetro do projeto de assentamento.

Nós temos uma questão que ainda não sabemos se parte desse assentamento está de fato registrado no Incra, e se está nas mãos da comunidade de fato, ou se está com brechas soltas para que essas pessoas que estão em busca de se aproveitar dessa faixa do litoral, eles têm como conseguir pegar do assentamento. Porque até então hoje, o assentamento tem pertença a esse lado, mas tem uma disputa, porque apareceu, de uns tempos pra cá, uma pessoa dizendo que é dono, que comprou do Banco do Nordeste, e houve isso, e diz que é dono já, abrindo uma estrada lá, que acabou danificando alguns cercados, de algumas pessoas que tinham plantações. E aí a comunidade está em enfrentamento, com relação a essa faixa do assentamento, principalmente esse que está ligado à praia (Entrevistada 7– 11/09/2023).

Os processos de produção das desigualdades sociais, econômicas e ambientais, como parte da dinâmica de acumulação por espoliação, tendem a favorecer os conflitos territoriais e ambientais, os quais, por sua vez, inviabilizam a

existência do campesinato no campo, pois sua reprodução depende das relações com o território.

Esse território é atravessado por conflitos e está sempre exposto aos movimentos expansivos e espoliativos do capital. O Assentamento Pachicu, entre outros territórios camponeses, está no olho desse conflito na região costeira cearense. Até o momento, as famílias camponesas do assentamento não estão desterritorializadas, contudo, com o avanço sistemático das empresas de capital, por meio das cercas, quando da territorialização de seus empreendimentos, vão aos poucos tentando estabelecer relações de subordinação, podendo criar mecanismos de controle do processo produtivo, sob a renda da terra e da apropriação dos bens naturais.

Essas cercas, as quais tentamos descrever nestas poucas linhas, não estão separadas no tempo e no espaço, atuam juntas ao mesmo tempo na realidade, afirmando o modelo do capital no campo, expropriando e se apropriando das riquezas existentes no território.

Esse universo camponês do assentamento pesquisado requer afirmar que há ainda ali um valor de uso que produz e reproduz uma representação do concreto, por isso reclama outra lógica que contemple em seu conteúdo o seu modo de viver. As estratégias de sobrevivências são frutos de experiências históricas e se traduzem em quase sua maioria nas relações não capitalistas de produção na fração do território. São, segundo Oliveira (2003, p.13), as “relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas” que dão a configuração histórica específica ao território, o qual, por sua vez, é “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

A atual crise estrutural do capitalismo guarda singularidade frente às crises anteriores, tanto nos aspectos políticos, econômicos e sociais, mas especialmente pela sua dimensão ambiental. Sabemos, no entanto, que as contradições ambientais do capitalismo não são novas. A submissão da agricultura à indústria tem produzido em todo o mundo um fluxo constante de pessoas e bens naturais para as cidades, principalmente para os grandes centros e metrópoles na relação de livre mercado internacionalizado, gerando uma ruptura no metabolismo socioecológico das sociedades que historicamente tiveram muito vínculo territorial.

Karl Marx identificou, de forma bastante consistente, um fenômeno que produziu mudanças subjetivas importantes na classe trabalhadora e denominou de ruptura metabólica. Esse processo constatava-se a partir da alienação, principalmente do trabalho assalariado, lidando em primeiro plano como alienação de si mesmo, depois como alienação dos demais seres humanos, e em terceiro do ser genérico.

Marx também veio a aprofundar o que seria uma quarta dimensão da alienação, para com a natureza, condição estabelecida quando a classe trabalhadora, ao ser separada dos meios de produção, perde seus vínculos não apenas com a matéria prima e o objeto produzido, mas fundamentalmente com as formas de produção e reprodução ecológica desses fatores de produção. Aprofundam, a todo modo, a divisão internacional do trabalho, investindo em indústrias complexas nos países de capitalismo central e em exploração de matérias-primas nos países de capitalismo periférico.

O sentido das cercas traduz também as bases da acumulação capitalista que buscam transformar a questão ambiental em uma síntese forçada das mudanças climáticas e que, ao mesmo tempo, permitem ao capitalismo global fundar uma nova arquitetura econômica em escala mundial, baseada numa ofensiva sobre os bens comuns ainda conservados e sob controle do campesinato e do Estado, numa perspectiva de expansão da renda fundiária para uma espécie de renda da natureza.

É, pois, a financeirização da natureza, por meio de seus agentes nos territórios que, se apropriando de parcelas do globo onde os povos resistem, a partir de seus modos de vida e de organização, se reproduzem e produzem nos territórios de conservação dos bens comuns. Como bem analisa David Harvey sobre as transformações provocadas pelo capitalismo em escala global:

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos[...]. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra. As mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana ao longo de toda a nossa história, tem sido enorme. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida (Harvey, 2011 p.120).

Na gestão do último "desgoverno" no Brasil, o modelo ganha mais força e poder, seja ampliando a carteira de recursos para o setor, na sustentação política no parlamento, ao mesmo tempo que se dá a paralisação das políticas de reforma agrária. As consequências do favorecimento político desses governos aos grandes negócios agropecuários, minerais e energéticos privados nacionais e estrangeiros, além de acumular, via espoliação e exploração desenfreada dos recursos naturais e do trabalho, compromete as condições de reprodução da vida dos povos e soberania alimentar.

O capital, como forma de superar sua crise e retomar o ciclo de acumulação e lucro, impõe mudanças nas relações sociais e produtivas até ali predominantes no meio rural. O Estado passa a compor o polo dinâmico e articulador dessa modernização da produção agrícola, difundindo o modelo produtivo do agronegócio e territorializando as grandes empresas, "concentrando, nas áreas dos vales dos principais rios, das serras úmidas e do litoral", que são hoje as regiões mais visadas para a exploração intensiva por esses agentes e conômicos onde:

O Ceará passa a assumir um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil com a consecução e difusão do modelo produtivo do agronegócio, através da expansão dos monocultivos e do latifúndio, da introdução de modernas técnicas à produção, do assalariamento de trabalhadores rurais e da interligação do capital agropecuário com o agroindustrial, resultando no desenvolvimento de uma agricultura de caráter marcadamente capitalista, voltada para a acumulação de capital (Cavalcante, 2020, p.27).

A região semiárida, não cortada pelos rios perenes e vales úmidos, não oferece condições que garantam em abundância fontes hídricas para expansão da produção de frutas para exportação, contudo, está se configurando como área de expansão das empresas de energia eólica, assim como, para fazendas de placas solar e para a mineração; essa última com alta demanda de estrutura de armazenamento de água para realizar sua extração. Essa realidade espacial do capital no campo cearense se confronta diretamente com as formas de existência e resistência de milhares de famílias que vivem nos espaços camponeses, mantendo suas formas de vida e uso do espaço rural produzindo alimentos e sua sociabilidade.

Nas fontes de pesquisas consultadas, vamos desvelando a relação de produção e extração de minérios, embora tenha existido em condição mais rústica ou menos intensiva, com investimento do Estado e do capital internacional para a

atividade. Com uma maior intensidade e, em condições de acumulação do capital, a mineração passou a operar entre os anos de 2002 a 2011 no chamado “boom” das *commodities*, dando a tônica do capital financeiro no campo.

Os ventos são outra territorialidade do capital, passando a ser apropriado no Ceará pelas grandes empresas estrangeiras e pelo capital financeiro, buscando se ajustar no tempo e no espaço para manter sua acumulação. Mais uma vez esse processo se insere no contexto do modelo vigente para sair da crise que se expressa também em aspectos sociais, ambientais, econômicos, políticos e financeiros, colocando em risco os seres humanos, seus modos de vida e a natureza.

Sustentando a narrativa da conservação da natureza por meio da forte propaganda e defesa da economia verde, propaga-se a falácia da sustentabilidade, como uma aparência, pois na essência se realiza um avassalador processo de exploração, rapina e expropriação dos bens naturais e de modos de vida. É nesse contexto de crise do capital, de novos ajustes e criação de novas narrativas e normativas que a apropriação privada dos ventos ocorre no Nordeste do Brasil (Pereira, 2021, p.11).

O sentido maior é atrair capitais, usando o discurso da geração de emprego, do desenvolvimento, da aptidão para tal fim e de avanços na economia. Na verdade, todos esses diagnósticos, levantamentos e possibilidades apontados no Atlas, dimensionando potenciais em todas as regiões do estado, ofertando territórios (no litoral, na serra, nos vales, no mar), são partes da fase expansiva e concorrencial do processo de acumulação e expansão da fronteira e do capital.

As corporações transnacionais que são as proprietárias dos parques eólicos, que normalmente são controladas por fundos de investimentos; existem empresas que detêm tecnologia, majoritariamente advindas do exterior; empresas que atuam na construção de infraestrutura para possibilitar a instalação do parque; grupos de consultorias que realizam pesquisas e elaboram os estudos de impactos ambientais; empresas locais que agem no mercado de terras, identificando e negociando propriedades fundiárias possíveis para arrendamento; pessoas locais que, na maioria das vezes, são cooptadas com o objetivo de possibilitar o convencimento da população acerca de tal empreendimento. O Estado está presente em todo

o momento, seja na identificação das áreas, como os atlas de potencial eólico, seja no financiamento através das políticas públicas ou na criação de marcos regulatórios e jurídicos, de instruções e normas que legitimem a apropriação privada dos ventos no Nordeste do Brasil. Desta forma, o Estado é financiador, investidor e regulador, exercendo um papel contraditório (Pereira, 2021, p.30-31).

A territorialização do capital por meio da instalação dos parques eólicos altera as dinâmicas naturais das dunas, dos manguezais, da serra ou da planície, resultando em impactos de caráter econômico, alimentar, da paisagem, social, ambiental, na saúde e nesses territórios atingidos.

A dinâmica da territorialização e desterritorialização é determinada pela luta de classes em movimento, e precisa ser percebida como historicamente construída e constituída por relações econômicas, políticas e culturais. Esse movimento dialético de contradição e superação só é possível quando os sujeitos desse território se colocam frente a problemas estruturais ou conjunturais, de ameaça à produção de sua existência, seja pela exploração, pela concentração de riqueza ou pela dominação social. A desterritorialização, na maioria das vezes, tem bases em políticas econômicas e sociais capitalistas, que embora se manifestem de forma globalizada, sua materialização mais brusca dar-se de forma local e os processos de lutas e resistência começam no local, mas precisam se ampliar para o global (Pereira, 2014, p. 59).

O atual modelo produtivo e de ocupação do território pelo capital, por meio da produção de energia limpa e renovável no Ceará, esconde a face mais perversa e agressiva contra os bens naturais, os povos e suas formas de vida e relação com o território. A desterritorialização de comunidades e povos tradicionais afetados com a implantação dos parques eólicos pelas empresas e o Estado está gerando muitas conflitualidades, marcadas pelo aumento significativo dos conflitos nos territórios pesqueiros, principalmente por meio de perseguições, criminalização de lideranças, ameaças e processos judiciais.

3.2 Resistência, trilhas e caminhos que se articulam na luta pelo território camponês do Assentamento Pachicu

Quero começar esses caminhos e trilhas da história com alguns fragmentos da história em cordel de Maria Expedita Lineu Silva, conhecida como Maria Bia, camponesa, poetisa e uma de nossas lutadoras histórica no Assentamento Lagoa do Mineiro, queremos falar de existência e da resistência.

Sou filha desta terra
Lutei com meus irmãos
Nunca perdi a esperança
De ter um pedaço de chão
Com a esperança de todos
Que ganhamos essa questão

A terra já libertada
Só faltava nós cultivar

Já temos vários projetos
 Casa para morar
 Acúde, viveiro de muda
 Para o agricultor desfrutar

Hoje está tudo mudado
 Tem tudo a nosso favor
 Moradia, casa e comida
 Carro, dinheiro e trator
 Foi com ajuda de Deus
 Que as coisas melhorou

Temos sete escolas
 Plantadas aqui nesse chão
 Antes não tinha nada
 Nem um pequeno salão
 Os nossos filhos estudavam
 Todos sentados no chão

Temos a nossa cultura
 Dentro do nosso lugar
 Rádio e muito mais
 O povo sabe brincar
 A nossa poesia
 Da cultura popular

Hoje o MST
 É nosso grande parceiro
 Luta por reforma agrária
 Pra ajudar os companheiros
 Garantindo os direitos
 Desse povo guerreiro

22 de agosto
 O dia de comemorar
 Nossa Senhora da Liberdade
 Vamos todos festejar
 É a santa escolhida
 Do povo desse lugar

Hoje nós temos orgulho
 De morar nesse lugar
 Num pedacino do mundo
 Num cantinho do Ceará
 Que Lagoa do Mineiro e Pachicu
 Tem história pra contar

(Maria Expedita Lineu - Maria Bia), 2020, p. 175-178)

Nesse universo camponês do assentamento pesquisado, requer afirmar que há ainda ali um valor de uso que produz e reproduz uma representação do concreto, por isso reclama outra lógica que contemple em seu conteúdo o seu modo de viver. As estratégias de sobrevivências são frutos de experiências históricas e se traduzem em quase sua maioria nas relações não capitalistas de produção.

A palavra e o ato de Resistir permeiam o cotidiano e a prática das famílias assentadas e acampadas. A Resistência é originada da própria condição social, explorados e expropriados da terra, da propriedade e da condição de classe a que foram historicamente submetidos. Resistência ao inimigo à espreita, ao tempo negado à fruição da vida, ao espaço expropriado. No entanto, a Resistência se traduz também na poesia do cordel, no mutirão, na arte da reciprocidade e da ajuda mútua, na Mística, nas artes e no folclore, no jeito de fazer os alimentos, na fé, nas cantigas e nos causos. “*Nós rezava muito, contava a história, que nós só podia ter liberdade, se fosse com união*”, refrão de uma música da luta, cantada em todas as reuniões, celebrações e lutas, criada por outra poetisa e pioneira da luta de resistência na região, Dona Francisca Martins do Nascimento Souza, mais conhecida como Dona Chiquinha (in memória).

A Resistência frutifica nas novas ocupações, nas escolas e na Educação do Campo, na agroecologia, na cooperação e nas lutas por pão, terra e território. É expressão da produção do alimento saudável nos roçados e quintais, da fatura de caju, coco, mandioca, no fácil acesso a água nos córregos, açudes e lagoas. Ainda é possível perceber o sentido de comunidade que guarda seus aspectos históricos, ancestrais, mas também busca garantir melhorias e qualidade de vida no território.

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações comunitárias, coletivas, familiares e de vizinhança, formas de organização e gestão da produção, condições materiais de vida e trabalho, valores, relações culturais e políticas. Diante da ofensiva do capital, o campesinato, suas formas de vida e de lutas continua vivo, construindo história, resistindo à expansão das *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, sendo, pois,

Os movimentos camponeses em sua luta de resistência à expropriação e à exploração praticadas pelo capital, ainda que submetidos às relações sociais capitalistas, desenvolvem lutas anticapitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam alguns pilares de uma nova forma de organização societária, [...]. Mesmo na condição de subalternidade, o campesinato tem resistido e enfrentado o processo de territorialização do capital (Martins, 2017, p.9).

O Assentamento Pachicu, na Zona Costeira do Ceará, é resultado da questão agrária (que também é uma questão territorial), a qual compreende dimensões de caráter econômico, social, ambiental, político, cultural, dentro da contradição estrutural do capitalismo. Ela é parte da luta dos movimentos populares, em especial

do MST, constituindo-se e fazendo-se espaços novos, resultados do conflito na tentativa de apossar-se de um pedaço de terra.

Representa, portanto, um acúmulo de força social para a luta política e para as transformações sociais mais profundas, constituindo-se em territórios de resistência. Passa a ser, assim, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

A resistência tem se materializado nas lutas e na reivindicação de direitos ao território com diversas ações que contribuem para a permanência desses camponeses na terra. A resistência no assentamento Pachicu se dá quando afirmam a necessidade da ação coletiva e comunitária, exigindo que as famílias tomem parte na condução do assentamento.

Na luta pela terra, reafirma um direito costumeiro, impregnado pela forma econômica do relacionamento camponês com a terra: a agricultura de roça (Martins, 1993, p.67). Rompe muitas fronteiras, entres elas, a da invisibilidade ao exigir o atendimento das políticas públicas como direito, pois têm sido relegadas principalmente nos últimos dez anos, quando nenhuma das ações estruturantes do governo federal chegou a essas comunidades.

Resistem quando lutam contra o apagamento de suas histórias e experiências, quando se posicionam contra o bloqueio dos direitos coletivos e o avanço da lógica privada e quando promovem o resgate da memória histórica, por meio das pesquisas realizadas por sua juventude e por pesquisadores/a comprometidos/a com a luta popular, entendendo que a Escola pode e deve ser um espaço para avançar.

Resistem quando defendem que o território não seja tomado pela especulação imobiliária, por meio dos grandes empreendimentos sob controle do capital. Há um conjunto de questões sociais, culturais e das tradições que expressam e justificam a permanência desse povo nesses territórios de cobiça e de interesse do capital. O Assentamento é sinônimo e fruto da luta, temperado de sofrimento e algumas esperanças, alguns desalentos que não fazem esmorecer o sentido da resistência, observado como um dispositivo cujo vigor advém da disposição coletiva. As toadas da memória e do tempo presente, recupera o Pachicu como um território de vida e de humanização. Podemos deixar a palavra com os próprios sujeitos:

Parte da minha vida. [...] Jamais eu queria, ou quero, que aconteça de ser necessário eu sair daqui pra eu ir pra outro canto. [...] Dizer assim 'tu vai ter que se deslocar do teu lugar pra ir morar em outro canto, ou acabar teus anos de vida em outro canto', que eu com certeza queria ficar por aqui até o fim da vida. [...] a gente sobrevive disso. Precisa do mangue, a gente precisa da praia... Pelo menos na minha trajetória de vida, aí de mim se não fosse o rio, o mangue, que foi quem me ajudou a criar a minha família. [...] tanta gente dizer assim 'aí que eu pudesse ser assentado, pudesse morar em um assentamento e ter o direito que vocês tem. [...] Não tem coisa melhor do que aqui. Só se for o céu! (Entrevistado 2– 09/09/2023).

Minha casa. Eu não me vejo em outro espaço se não for lá. [...] eu não vou dizer que eu nunca vou sair daqui, se houver uma necessidade maior, claro que eu vou sair, mas que eu... vontade, 'ah, eu tenho vontade pra sair', não tenho. Eu não me vejo fora. Me vejo ali. Eu gosto muito. Acho que o assentamento é minha casa, meu espaço. [...] o Assentamento tem tudo. Principalmente o nosso. Tem tudo o que você quiser ele tem. Basta mesmo você, se for plantar é plantar, se for regar, é cuidar [...]. É difícil viver em comunidade? É. Porque as pessoas pensam diferente. Eu penso uma coisa, você pensa outra. Então para chegar em um consenso junto demora mais. Mas a melhor forma é essa. Sabe? Viver em assentamento, em coletividade. As pessoas, eu acho que elas já estão muito máquinas. Quando se vive em assentamento, você vive mais humanizado. Acho que essa é a palavra (Entrevistada 7– 11/09/2023).

Pra mim significa uma riqueza, uma riqueza morar nesse assentamento. Não tenho do que dizer, de reclamar de morar aqui. Porque tudo o que a gente quer encontrar aqui a gente encontra... É só procurar, procurar viver bem [...]. A gente produz a mandioca, o milho, o caju, a banana, graviola, abacaxi... macaxeira, batata. E do mar, do rio, do mangue e da praia. Caranguejo e o peixe. Muita gente pesca. Quase todo mundo pesca, pro seu consumo, aquela pescariuzinha de ir lá e voltar (Entrevistada 6– 10/09/2023).

O Assentamento significa um bocado de coisa boa. A gente venceu, a gente tá aqui. tem praia, tem o rio, tem açude, tem Mangue, tem açude [...]. Eu já andei lá pelo Pecém, Fortaleza, Caraúba, eu já andei. Mas eu nunca vi um lugar melhor do que esse aqui não. Porque aqui é bom. Tem camboa, que nós chama, tem o riacho também. Tem peixe. Aqui, se o cara não tiver coragem de trabalhar, nem vale a pena, porque acaba não passa fome (Entrevistado 4– 10/09/2023).

A resistência no Assentamento Pachicu, como tantas outras lutas que marcam a história do campesinato brasileiro, compõe um arcabouço dos traços da liberdade no campo, sendo, pois, “memória da capacidade de resistência e de construção dos expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista” (Oliveira, 1996, p. 13).

As cercas, como destacamos anteriormente, é parte de uma estratégia para territorialização do capital por meio das empresas na tentativa de monopolizar o território. A resistência se faz no enfrentamento ao que hoje se expressa de mais avançado do sistema produtivo para a acumulação de capital no meio rural.

Nesse processo de escrita e apontamentos sobre as formas de resistência no território, abrimos essa análise para além do assentamento em estudo. Como falamos anteriormente, a região em estudo é composta por um número significativo de assentamentos com áreas contínuas e que fazem fronteiras entre si, assim como com as empresas do capital. A luta e a permanência na terra até os dias atuais, em qualquer desses assentamentos, nos municípios de Itarema e Amontada, são parte de um todo na afirmação do campesinato e de sua condição de territorialização para permanecer na terra.

Diversas são as formas de luta e resistência ao longo do período em estudo no Assentamento Pachicu, e sabemos que o tema não se esgotou neste trabalho. Entretanto, é de ressaltar um repertório multifacetado de experiências de aglutinação no Assentamento, ao longo dos anos e, inclusive, atualizando as formas de unidade de ação, tentando incidir sobre pautas concretas ou novas articulações envolvendo os saberes e fazeres comunitários.

Quase ao final desta escrita, sublinhamos alguns pontos que indiciam a trajetória de vida e de luta no Assentamento Pachicu, fios de (re)existência em relação aos territórios dos demais assentamentos ao seu redor, bem como os desafios que persistem. Um forte sinal da prevalência da união na organização da vida é percebido, seja nas entrevistas, nas conversas informais e na pesquisa, de modo geral prevalecem até hoje a realização de assembleias e o trabalho nos coletivos, como modo de encaminhar as questões que se afiguram de interesse da vida e dos processos organizativos em estreito vínculo orgânico com a associação comunitária, cujo papel formulador e aglutinador é fundamental.

A valorização da assembleia, como um fórum de debate e tomada de decisões é aprendido que religa o assentamento às suas formas originais de mobilização, organização e cuidado com a palavra coletiva. As procissões da fé que liberta e da luta popular podem ser vistas quando vividas no dia 12 de agosto de cada ano, quando os passos se encontram na Caminhada dos Mártires em homenagem à memória dos que tombaram em luta no território. A caminhada começa na comunidade Morro dos Patos (próxima à praia) e segue até a comunidade da Barbosa (assentamento Lagoa do Mineiro) no monumento em homenagem, o qual recebe o nome de “Cruzeiro dos Mártires”.

Dito de outro modo, uma farinhada é muito mais que uma simples forma de aproveitar o fruto da terra, é lugar e momento de encontro, de avivamento das

amizades, de debulhar conversa, de fortalecer laços de vizinhança, laços geracionais e afirmar modos de produzir os alimentos saudáveis para si, para a família, para a comunidade e para abastecer as banquinhas nas feiras regionais da Reforma Agrária e dar concretude à pulsão de vida camponesa nos Armazéns do Campo.

A organização da produção, beneficiamento e comercialização, por meio da cooperativa regional, se observa, por exemplo, no melhoramento do processo produtivo da mandiocultura, motivando as famílias da região em busca do aumento da produtividade, da qualidade e da garantia do beneficiamento e da relação direta com o mercado por meio da venda da farinha. A construção de uma agroindústria no Assentamento Lagoa no Mineiro é almejada como um modo também de fortalecimento dos laços organizativos no Assentamento Pachicu.

As manifestações das artes em múltiplas vivências e formatos correspondem, em alguns casos, aos legados ancestrais das danças; cantos; modos de fiar; tecer e bordar; preparo dos alimentos, inclusive com o respeito às formas memoriais, conhecimento das plantas em geral, e das frutíferas e alimentares, em particular; conhecimento dos bichos do quintal, do terreiro, da vida doméstica; da vida do trabalho e da provisão alimentar; mezinhas para curar o corpo e o espírito; brincadeiras infantis; no fabrico dos utensílios da vida cotidiana – cestos, urus, peneiras, vassouras e outros mais; conhecimento do lugar onde habitam e vivem, sendo a natureza parte constitutiva do viver.

As entrevistas recolhidas neste trabalho indiciam o modo como se referem ao mar, ao mangue, ao rio, donde se ligam à beleza do mundo e à fartura, por exemplo. Neste ponto, é de relevo a aproximação das lutas com os povos do mar e suas organizações, e seus avanços como visto a partir do intercâmbio de experiências com o Movimento de Pescadores e Pescadores Artesanais – MPP e do Conselho Pastoral dos Pescadores– CPP. Passos relevantes, nessa relação ecossistêmica, têm sido dados na realização de formas de turismo comunitário e solidário, oferecendo aos visitantes a fruição respeitosa dos bens da natureza, a vivência comunitária e instituindo uma forma concreta de luta contra o turismo predatório avançando sobre os territórios camponeses.

Outro exemplo de alcance aglutinador entre as comunidades no território é a realização anual da regata ambiental de paquetes, transformando-o num dia de festa e celebração da natureza e de sua proteção pela vida comunitária nos

assentamentos de Reforma Agrária. As imagens das citadas Regatas (no Assentamento Maceió) formam um potente colorido de suas velas, veiculando mensagens e marcas de apoio à luta por movimentos de luta do campo e da cidade. É um dia de festa e conagração comunitário e tudo temperado com sabor dos alimentos saudáveis do mar e do mangue.

No caso das chamadas "manifestações artísticas", vários assentamentos foram, durante muitos anos, parte do Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária – PACRA sob a coordenação do INCRA, com a estreita participação de associações comunitárias e grupos locais – cordel, poesia, música, dramas, danças, brincadeiras, folclore foram avivados pela memória dos mais velhos e recuperados em convívio com as gerações mais novas e até hoje compõem as diversas manifestações de resistência nos Assentamentos. No primeiro ano de atuação do PACRA, foi realizado o Mapeamento Artístico Cultural dos Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará, constando de um rol de manifestações em 66 Assentamentos: grupos de reizado, dança de São Gonçalo, repentistas, emboladores, cordelistas, grupos de teatro, coral, dança, quadrilhas juninas, entre outras.

Outro fato relevante se deu no encontro de camponeses de mais de 80 anos, brincantes do Reizado, com seus filhos e netos, possibilitando a continuidade de tais manifestações da cultura popular. Tal processo está bem documentado e descrito no livro *A Arte e a Cultura na Construção da Reforma Agrária* (2005) do professor e pesquisador Oswaldo Barroso, assim como na Exposição Fotográfica "Uma Terra onde corre Leite e Mel", de Leonardo Melgarejo, com registros de grupos e manifestações culturais de onze Assentamentos, além das Oficinas realizadas por Silma Magalhães (coordenadora do PACRA) e Ivaniza Martins, do grupo de Dramistas do Assentamento Lagoa do Mineiro.

A Escola do Ensino Médio do Campo Francisco Araújo Barros é também um caminho de resistência na educação e na formação da juventude e sua permanência na terra. Ela se encontra bem instalada, muito bonita, articulada com os nexos da agroecologia e da história e memória do território e do campesinato. Parte da juventude do assentamento estuda na escola do campo, e é uma jovem do Assentamento Pachicu quem ocupa hoje a função de coordenação pedagógica. Neste último ano, a escola ofereceu cursos de formação profissional nas áreas de agroecologia e administração. Seu sentido de valorização do Assentamento e de pertencimento ao Movimento se alarga quando começa a "conhecer outros lugares.

(...) conhecer outras realidades, (...) Então quando eu comecei a conhecer outros assentamentos, eu comecei também a mudar essa percepção", e amplia, quando expressa que,

A Escola do Campo é um sinal de resistência do território, principalmente por aglutinar a juventude e fortalecer seu sentido de pertencimento ao seu lugar, com a sua comunidade. [...] Se eu sou parte daquilo, eu defendo aquilo, porque eu sou parte dela. E a Escola tem esse papel muito grande na formação da identidade do jovem, da jovem, do campo. [...] a pertença da identidade, se um dia a gente saísse, se formasse, depois retornasse para o assentamento, mas que a gente tivesse essa pertença (Entrevistada 7–11/09/2023).

Os referidos nexos com a agroecologia produzem uma potente reflexão sobre as relações com a natureza. Ali se começa a compreender que o mar também é um território sagrado, onde acontecem as manifestações populares, os cultos ancestrais, onde as preces são ecoadas. Encontram-se os fundamentais nexos ecossistêmicos, vinculados aos usos do oceano, do ar mais limpo, da saúde física e mental. Ali também é um viveiro do pescado de qualidade, da mariscagem, da cultura que influencia diretamente na alimentação saudável destes povos e do combate à fome. É de se observar como se portam em relação ao mar, ao mangue, ao rio e como estabelecem suas sociedades dentro dos territórios, sendo impossível não diferenciar o território de terra e o território de mar, daí a feliz expressão "Maritório", porque adentra na área da marinha e se constitui em território camponês. Em processo, neste momento, estão debate e a construção do projeto de EcoMaritório.

Como visto neste trabalho, é acelerada a ocupação ilegal de áreas, como as dunas; tais vendas e destruições de áreas que deveriam ser protegidas por lei são uma constante e atingem a vida nos assentamentos. Assim, iniciou-se a discussão sobre a urgente necessidade de criação da Unidade de Conservação (UC) na modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no assentamento. Para os gestores, o objetivo principal é a proteção e preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais, da biodiversidade e os bens naturais, garantindo que os povos originários, do campo e das águas participem efetivamente da gestão do território.

Por determinação do Governador do Estado, foi criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional envolvendo o IDACE, a SEMA, PGE, INCRA, entidades e movimentos populares para realizar visitas, reuniões, trabalho de campo e consolidar as unidades nos territórios. No Assentamento Pachicu o processo de

cartografia e reunião para explicar a questão da RDS, ocorreu no dia 15 de novembro de 2023. Deverá compor um conselho deliberativo que deve atuar na gestão e criação de um plano de manejo para o uso e exploração dos recursos naturais da reserva.

As discussões nesses territórios apontam que uma solução urgente que garanta a proteção ambiental é a construção de um conceito legal e de mecanismos de regularização fundiária, territorial e socioambiental, dando, assim, uma maior garantia do uso adequado e sustentável da área, preservando e garantindo a permanência das comunidades em seu lugar de vida, história e trabalho, o que afasta, por exemplo, a proposta de titulação imposta pelo INCRA, ou seja, possibilitando a propriedade coletiva da terra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, na sua fase de financeirização, impondo leis e condições aos Estados nacionais, atenta a todo custo em transformar a questão ambiental em uma síntese forçada das mudanças climáticas, permitindo, assim, fundar uma nova arquitetura econômica em escala mundial baseada na chamada economia verde, que limita, em grande parte de suas análises, as causas do colapso ambiental, como a queima de combustíveis fósseis. Embora esse seja um fator relevante, não é o único que ameaça a vida e os ecossistemas no planeta. O capital objetiva se apropriar de parcelas do globo onde os povos do campo, principalmente, resistem e produzem territórios de conservação dos bens comuns.

A atual crise ecológica tem uma ligação imbricada na complexa e intensa rede de mediações que compõe a estrutura econômica do modo de produção capitalista. O tripé *expropriação-apropriação-mercadorização* ocupa, nesse processo, o lugar central do estado de degradação acelerada dos ecossistemas terrestres. Uma grande parte das atividades humanas e, com isso, a natureza são incorporadas e transformadas em práticas sociais capitalistas, isto é, produtoras de valor.

“A natureza do capitalismo é capitalizar a natureza. Capitalizar no sentido de se adequar aos intentos da produção de lucro” (Fontes, 2005; Aguiar; Bastos, 2012, p. 87). A utilização de recursos energéticos com o viés de alternativos renováveis e não poluentes (energia solar, eólica, hidrogênio verde etc.) está longe de ser uma questão estritamente técnica, na medida em que, “no capitalismo, são os recursos energéticos que geram lucros para o capital e não os que comportam maiores benefícios para a humanidade e para a Terra” (p.89).

Estamos em pleno ascenso da ofensiva sobre os bens comuns ainda preservados e conservados, mas também dos territórios que ainda estão sobre controle e guarda do campesinato, das populações originárias, do povo das águas e das florestas, bem como das áreas pertencentes à tutela de defesa e preservação do Estado, numa perspectiva de expansão da renda fundiária para uma espécie de renda da natureza.

Do outro lado, comunidades e movimentos camponeses lutam e resistem para não sair ou perder seus territórios, são testemunhos e vítimas das injustiças ambientais, da escalada dos conflitos fundiários e do agravamento da vulnerabilidade social, econômica, ambiental e territorial. Tais evidências adquirem contornos cada

vez mais dramáticos, quando se verifica o agravamento da miséria e pobreza no campo, por meio da concentração da terra e dos recursos hídricos, do desmatamento, das queimadas, da degradação do solo e do uso intensivo de agrotóxicos.

De par com tais questões, observam-se novos e agravados problemas quanto ao aumento da violência, do narcotráfico, da prostituição, do cercamento das comunidades, além de um cotidiano permeado pelo crescente das ameaças constantes, da violência e da criminalização.

As lutas, os movimentos populares e seus sujeitos emergem e se forjam em resistência contra esse modelo e suas contradições; além disso, colocam na ordem do dia os problemas e desafios. As ações estabelecem marcos na dinâmica funcional do capital e possibilitam permanecer ou ocupar novos espaços, exigir a reparação e a retomada de direitos e conquistas históricas. Acima de tudo, estabelecem-se outras formas de organização, luta ante os problemas sociais, consolidando uma dinâmica em movimento permanente e contra-hegemônico à ordem vigente na sociedade de classes.

As organizações camponesas têm a luta como sua única condição, identidade e ato de (re)existência contra o modelo do grande capital no campo; resiste quando se propõe a articular, mobilizar e construir redes entre sujeitos, movimentos e organizações para defender seus territórios e direitos: ocupando terra, bloqueando rodovias, realizando audiências públicas, atos, denúncias, greves e pesquisas engajadas. Um dos avanços no último período, na esteira da luta contra o uso intensivo e criminoso dos agrotóxicos, é a defesa da soberania alimentar, tendo a agroecologia como matriz, ampliando, assim, a base da unidade entre campo e cidade.

A construção da unidade se verifica no cuidado dos bens comuns, sendo o campesinato, em sua grande variedade de expressões sociais, guardiões e guardiãs da biodiversidade, das fontes de água, das florestas e dos biomas, da terra com solo vivo. Atente-se que o cuidado aqui não é prática tecnocrata de preservação ou de conservação, mas vivência internalizada da compreensão das relações com a natureza, compreendendo os bens comuns para além do crivo de matérias-primas ou recursos naturais, constituindo-se, portanto, como bens de todos os povos, sob os cuidados do campesinato.

A permanência de ambos revela a produção de desigualdades e injustiças, potencializada ainda mais com o agronegócio, sendo este portador do que há de moderno e, ao mesmo tempo, arcaico, como poderoso mecanismo de acumulação capitalista. As corporações do capital, as quais se territorializam no campo brasileiro, assentadas na especulação financeira, na renda fundiária e na importância atribuída à exportação, configuram o uso corporativo do território, estabelecendo novas relações de poder. Esse modelo de apropriação de nossos bens naturais e de produção nos territórios cearenses possui especificidades, temporalidades e espacialidades próprias e diferentes, está em diferentes contextos, escalas, agentes e em determinados segmentos de produção.

É justo afirmar, que no Assentamento Pachicu, crescem as incertezas quanto ao futuro, devido à posse do território - é da Marinha? Toda a terra está de fato registrada no Incra? Está nas mãos da comunidade de fato?, são indagações feitas por quem conseguimos conversar, para arguir com preocupação se existem brechas soltas e as empresas que estão em busca de se aproveitar dessa faixa do litoral têm como conseguir se apropriar do território do assentamento. A insegurança no Assentamento é um dado de realidade, frente também às táticas de grilagem,

O campesinato representa um acúmulo de força social à luta política para as transformações sociais mais profundas, pelas suas características históricas, culturais e políticas constituindo-se em territórios de resistência aos diferentes tipos de exploração. Além disso, ele se reinventa, mediante uma série de estratégias criadas pelos movimentos populares ao longo do tempo. Sua luta constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa, quando luta pela posse e uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo. A história dos territórios de assentamento de reforma agrária no Brasil e no Ceará são exemplos dessa resistência e de reinvenção que, a cada dia, se fortalecem.

O Assentamento Pachicu é, sim, um território em disputa e em permanente conflito, é, pois, um campo de forças, de poder, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna e da relação com o seu entrono, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade que se faz resistência e persistência da luta pela terra e de afirmação do campesinato.

As famílias são sujeitas de sua história, com certa autonomia e gestoras de seu território, carregando uma história de luta pela posse e uso da terra de trabalho, construindo ali modos de vida e viver com especificidades históricas, culturais,

organizativas, ambientais, políticas, econômicas e sociais. O assentamento como um novo espaço social, do campo brasileiro, resultado da luta e organizado em torno de um movimento popular, representa a contradição do capital e do Estado como mediador.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre a relação entre natureza e capitalismo. **Rev.Katál**, Florianópolis, v.15, n.1, p.84-94, jan./jun.2012.
- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias**. 2002.163f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2002.
- ALBUQUERQUE, Ana Maria de. Território de resistência: O estado do Ceará/Brasil no Século XVIII. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 15., 2015, Habana. **Anais** [...]. Habana: Unipampa, 2015.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: EUFC, 2000.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. 2005 297f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes; DINIZ, Aldiva Sales. MST - Ceará: 20 anos de movimento em movimento. **Revista da Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 9, n.20, set./dez. 2010.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, ano 16, n.1, esp., p. 32-38, maio 2020.
- ALVES, Rodrigues. **A efetividade de conservação do parque ecológico de acaraú: do planejamento à gestão**. 2016. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humana, 1980.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- BARRETO, Aníbal (org.). **Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BRASIL DE FATO. **Entrevista do Professor Roberto Leher (UFRJ)**. Brasília, DF: Brasil de Fato, 2002. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/18/classico-de-florestan-fernandes-sobre-a-reforma-universitaria-brasileira-é-relançado>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma análise do percurso. **Trabalho, educação, saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Curitiba: Appis, 2019.

CLAUDINO SALES, Vanda de. **Lagoa do Papicu - Natureza e Ambiente na cidade de Fortaleza**. 1993. 344f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CARVALHO, Horácio Martins de. Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos Trabalhadores Rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento-NEAD. Curitiba: IICA, 1999.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **As firmas tomaram conta de tudo: território, agronegócio e questão agrária**. São Paulo: Editora CRV, 2020.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, [S. l.], v. 23, n. 53, p.22-46, maio/ago. 2020.

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L; CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço Histórico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Alexandre Pessoa *etal.* **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no Sertão. In: ELIAS, Denise; FURTADO, José Levi Sampaio.(org.). **A modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.11-36.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.2, p.223-239, maio/ago. 2005.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-278.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FILHO, Luís Cruz. **História do Ceará: resumo didático**. 2. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

FONTES, Virginia. Interrogações sobre o capitalismo na actualidade: trabalho e capital, e economia e política. In: GALVÃO, A.(org.). **Marxismo e socialismo no século XXI**. São Paulo: Xamã Cemarx, 2005, p.167-196.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide *et al.* (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. atual, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

GINO, Guilherme Façanha. **A face suja da energia limpa: conflitos territoriais a partir da produção de energia eólica em Itarema/CE**. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2018.

GUARABIRA, Célia. **A crise permanente do modelo exportador**. Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 1989.

GODINHO, Paula; GONÇALVES, Adelaide; VICENTE, Lourdes. (orgs). **Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres Sem-Terra do Ceará**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOORNAEART, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro- 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. Panorama Regional da Carcinicultura: Histórico e desenvolvimento da atividade de carcinicultura no Mundo e no Brasil. Aspectos produtivos e principais problemas ambientais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico da Carcinicultura**. Fortaleza: [s.n.], 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Laudo de Vistoria e Avaliação**. Ordem de serviço INCRA/SR (02) G nº 39/95. Processo nº 001343/94. Brasília, DF: Ministério do Abastecimento, Agricultura e Reforma Agrária, 1995.

JOCA, Tereza Helena de Paula. **Quadro recente da agricultura e trajetória dos movimentos sociais no campo do estado do Ceará: 1965-1985**. Fortaleza: ESPLAR, 1994.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Vilas, povoados e estradas do Ceará colonial: os caminhos da ocupação territorial. In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 10., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Machado, 1997.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na Serra de Baturité (1850-1900)**. 2000. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Luiz Cruz. “Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho”. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, [S. l.], v.6, 2002. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/59104>. Acesso em: 10 maio 2023.

LIMA, Brendon Bessa. **A educação do campo e o ensino de geografia na recreação do campesinato na Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros Itarema/CE**. 2024. 185f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024.

LOPES, Jecson Girão. O assentamento como território das lutas camponesas. **Rev. GEONORDESTE**, [S. l.], ano XXIII, n. 2, p. 34-51, 2012.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. (org.). **Henri Lefévre e o retorno à dialética**. São

Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação.** 2017. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O capital.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MCCABE, Mary Alice. **A nossa luta foi uma luta sagrada.** O povo do Assentamento Maceió conta a história da sua luta pela terra.– Fortaleza: Instituto Terramar, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica.** São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. "Perspectivas da Geografia Agrária "In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 2., 2003, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: USP, 2003.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A dimensão Atlântica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In.: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL. 1., 2006, Fortaleza. **Anais** Fortaleza: UFC, 2006.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do litoral ao semiárido: o Nordeste brasileiro como região de expansão do acapariamento do território – o caso da apropriação privada dos ventos.** São Paulo: Dataluta Land Matrix, 2021.

PEREIRA, Simone Silva. **Soberania Alimentar e o assentamento Mulungu no Semiárido Cearense.** 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, 2014.

PINHEIRO, Francisco José. **Brotando da terra: a subordinação dos pobres livres, no Ceará sob a vigência da escravidão (1780-1880)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

POMAR, Wladimir. **Os latifundiários**. São Paulo: Página 13, 2009.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do Nordeste brasileiro. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n. 51, 1937.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. **Ethnos: Revista Brasileira de Etnohistória**, [S. l.], v. 2, n. 2, 1993.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa. Delírio de Liberdade. **Revista Serrote**, [S. l.], v. 40, p. 16-21, 2022.

RIBEIRO, Cláudio; FONTENELES, Francisco. **Tensão no Litoral: Comunidades costeiras temem proibições com eólicas no mar do Ceará**. Fortaleza: O POVO, 2022. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/eolicas-offshore-litoralceara/2022/05/13/tensao-no-litoral-comunidades-costeiras-temem-proibicoes-com-eolicas-no-mar-do-ceara.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

RIBEIRO, Cláudio; CAJAZEIRA, Alexandre. Suspeita de grilagem: avanço em área do assentamento seria 10 vezes maior do que diz INCRA. (19/05/2022). Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/itarema-especulacao-imobiliaria/2023/05/19/suspeita-de-grilagem-avanco-em-area-de-assentamento-seria-10-vezes-maior-do-que-diz-incra.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RIBEIRO, Cláudio; CAJAZEIRA, Alexandre. **A estrada ilegal que ninguém construiu em mangue de Itarema**. Fortaleza: OPOVO, 2023. Disponível em <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/itarema-especulacao-imobiliaria/2023/05/01/a-estrada-ilegal-que-ninguem-construiu-em-mangue-de-itarema.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2.ed. São Paulo: Hucitec: Editora da USP, 2002. p. 125-138.

SILVA, José Ricardo Basílio da. **No leito e nas margens: histórias, conflitos e resistências no Rio Jaguaribe (1990-2010)**. 89f. Monografia. João Pessoa/PB: UFPB, 2011.

SILVA, Antônia Ivoneide Melo. **Terra, conflitos e disputa: significados da titulação dos assentamentos rurais no Ceará**. 2018. 86f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

STEDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. **A Luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

VIÉGAS, Rodrigo Nunes. Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”. **Mapa dos Conflitos Ambientais**, Rio de Janeiro, v. 21, 2006.

WITCEL, Rosmeri. **MST um Educador Popular**. Carta ao MST. 09/02/2023 - Guararema – São Paulo.

**APÊNDICE – ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS
SEMIESTRUTURADAS**

Territorialização do capital na Zona Costeira cearense: resistência camponesa no assentamento Pachicu.

Assentamento _____

Data: _____

Seu nome: _____

Quanto tempo no assentamento _____

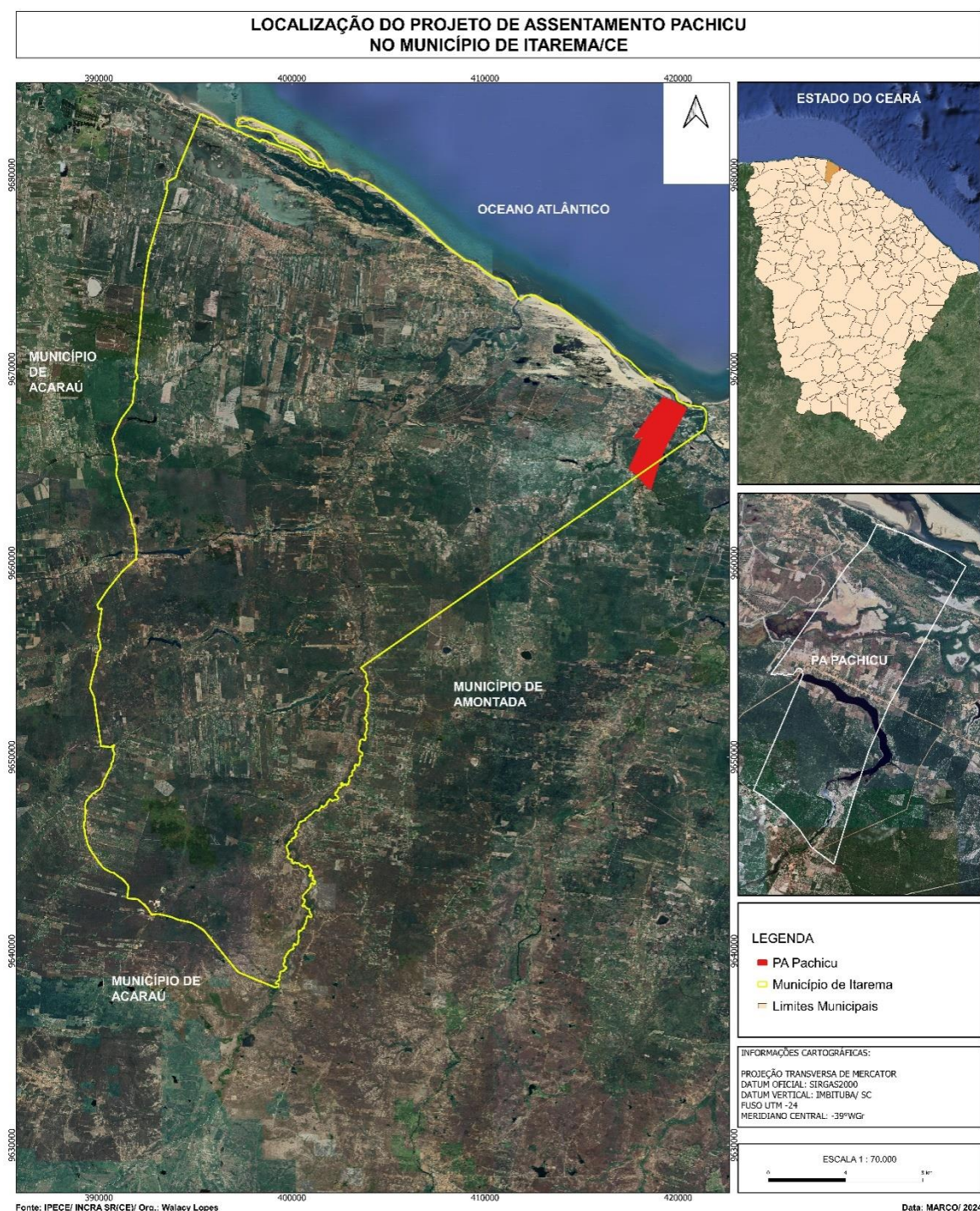
Conhecido (a) como _____

Idade _____ **anos. Casado** _____. **Filhos quantos** _____

1. Fale um pouco da sua história, da sua vida antes do assentamento?
2. Conte como foram as lutas, as resistências pela terra e conquista do assentamento?
3. O que significa esse assentamento para você (a terra, o rio, o mangue, a praia)?
4. Como vocês desse assentamento são vistos na cidade, na região?
5. Quem são os principais inimigos na disputa pelo assentamento? Onde eles estão e qual forma de ataque deles? Por que o interesse no assentamento? Quais são os impactos das ações e das obras do capital no assentamento?
6. Como as famílias assentadas fazem para garantir a permanência nessa terra? O que significa resistência e como ela se expressa no dia a dia?
7. Como as instituições públicas (INCRA, SDA, IDACE, MPF, MPE, ETC, ETC) tem atuado para garantir os direitos das famílias assentadas?
8. O Sindicato, MST, Igreja, ONGs tem ajudado vocês, apoiado vocês? Como?
9. Vale a pena viver num assentamento como vocês estão vivendo? Por quê?
10. Tem mais alguma coisa que queira falar?

Agradeço atenção, gentileza por essa nossa conversa.

ANEXO A –LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PACHICU



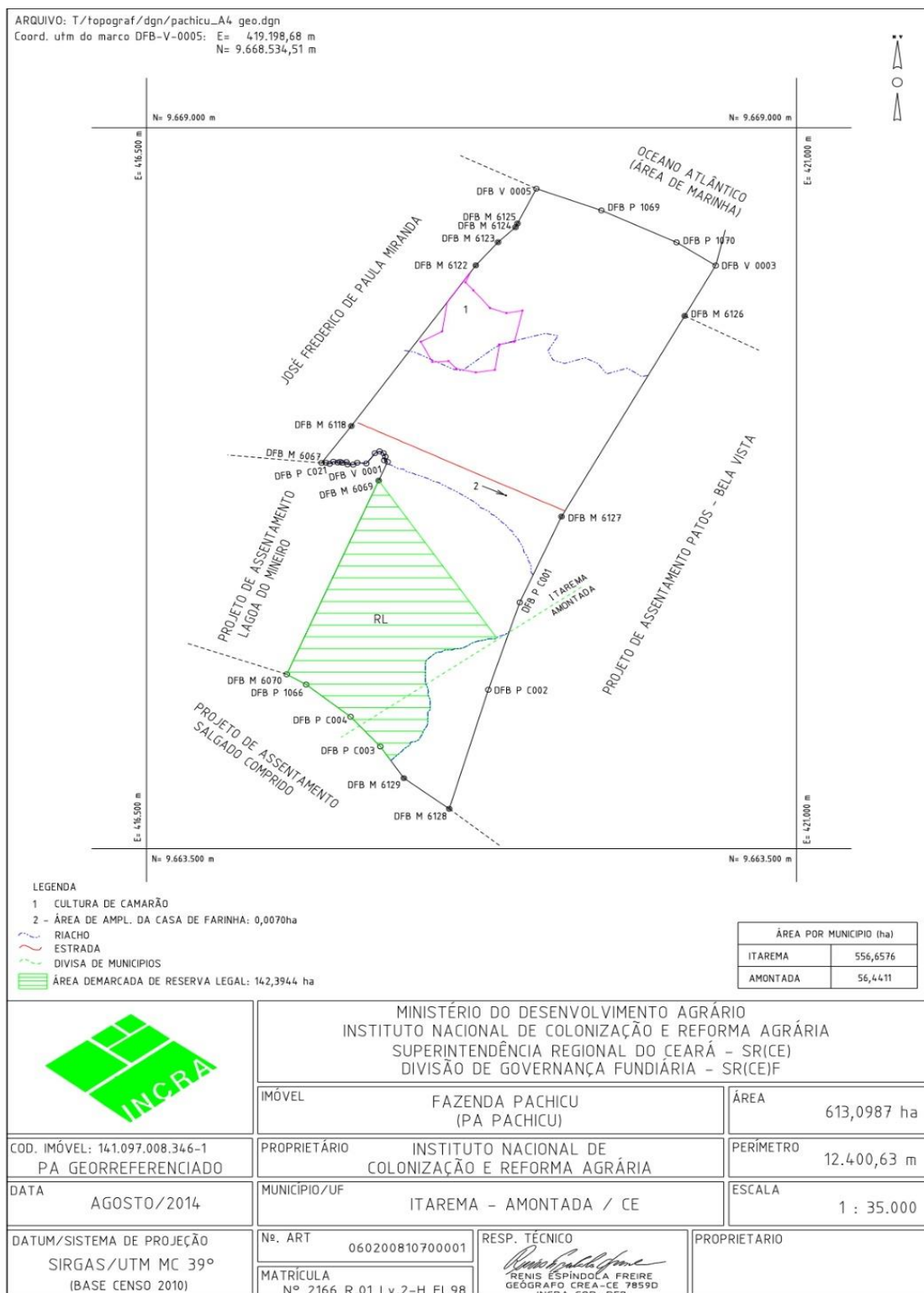
Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (SR 02). Org. Weslei Lopes. 2024.

ANEXO B– PROJETO DE ASSENTAMENTO PACHICU



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (SR 02). Org. Weslei Lopes. 2024.

ANEXO C– MAPA DA TOPOGRAFIA DO ASSENTAMENTO PACHICU



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (SR 02).
Org. Weslei Lopes. 2024.